

Héctor Fernando Segura-Ramírez

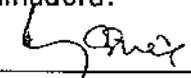
**Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997)
e
Relações Raciais no Brasil**

Elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Mariza Corrêa

Este exemplar correspondente à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/03/2000

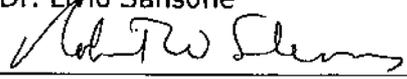
Banca examinadora:



Prof. Dra. Mariza Corrêa (orientadora)



Prof. Dr. Livio Sansone

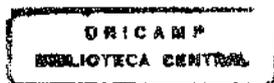


Prof. Dr. Robert W. A. Slenes

Prof. Dr. John Monteiro (suplente)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Março de 2000



2000 10/11/07

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
TIUNICAMP
Se 39 r
V. 4 F. 1675
TEMPO GO/ 278/00
PREÇO R\$ 11,00
DATA 25-07-00
N.º CPD

CM-00143173-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Se 39 r **Segura-Ramírez, Héctor Fernando**
Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997) e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil / Héctor Fernando Segura-Ramírez.
-- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Mariza Corrêa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Hasenbalg, Carlos Alfredo. 2. Negro - Brasil. 3. Racismo. 4. Ciência política. 5. Relações étnicas. 6. Brasil - Relações raciais. I. Corrêa, Mariza. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

À memória de minha avó Eva Ramírez Segura e de minha
irmã Maria Adriana Segura-Ramírez

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Sumário

Resumo	vi
Agradecimentos	vii
Introdução.....	9
1. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a “questão racial” no Brasil	
1.1. O contexto de surgimento.....	18
1.2. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos as problemáticas dos afro-brasileiros.....	26
2. O dever da revista Estudos Afro-Asiáticos	
2.1. O CEAA e a Revista <i>Estudos Afro-Asiáticos</i>	31
2.1.1. Primeira etapa 1978/1985.....	32
2.1.2. As mudanças no CEAA	46
2.1.3. Carlos Hasenbalg: elementos da uma trajetória.....	51
2.1.4. Hasenbalg assume, ordem na casa.....	53
2.1.5. Treze anos depois.....	58
2.1.6. Hasenbalg se coloca	62
2.2. Segunda etapa 1986-1997	65
2.2.1. A revista <i>EAA</i> em números.....	69
2.2.2. Os estudos afro-brasileiros em <i>EAA</i> 1986/1997	75
3. A política editorial da revista <i>EAA</i> em relação aos afro-brasileiros	
3.1. Uma noção de sentido.....	84
3.2. Os afro-brasileiros na sociedade de classes: um olhar sociológico.....	86
3.2.1. Primeira conclusão preliminar	117
3.3. A história dos afro-brasileiros na revista <i>EAA</i>	118
3.3.1. Segunda conclusão preliminar.....	129
3.3.2. Outros trabalhos que apóiam a posição Hasenbalg	132

4. Movimento negro e academia	
4.1. Os afro-brasileiros no discurso do movimento negro.....	134
4.2. Os problemas levantados.....	137
Conclusões.....	147
Anexos.....	152
Anexo 1 - Instituições às quais aparecem vinculados os articulistas em EAA 1986/1997.....	153
Anexo 2 - Listagem segundo a disciplina dos articulistas que abordaram às questões referentes aos Afro-brasileiros - EAA 1978/1997	156
Bibliografia.....	161

Índice de Gráficos

Gráfico 1	Artigos publicados segundo a região - EAA 1978/1985	43
Gráfico 2	Participação das disciplinas segundo N° de Artigos - EAA 1978/1985.....	45
Gráfico 3	Frequência dos Centros de produção de conhecimento - EAA 1986/1997.....	70
Gráfico 4	Participação dos autores brasileiros e estrangeiros em EAA - 1986/1997.....	71
Gráfico 5	Participação dos sexos nos artigos publicados em EAA - 1978/1985.....	72
Gráfico 6	Frequência das regiões nos artigos publicados em EAA - 1986/1997.....	72
Gráfico 7	Participação das disciplinas acadêmicas em EAA - 1986/1997.....	74
Gráfico 8	Etapas comparadas segundo número de artigos por região EAA - 1978-1997.....	74
Gráfico 9	Participação dos autores brasileiros e estrangeiros EAA - 1986/1997.....	75
Gráfico 10	Participação das disciplinas nos Estudos Afro-brasileiros EAA - 1986/1997.....	76
Gráfico 11	Frequência das temáticas Afro-brasileiras EAA - 1986/1998.....	76
Gráfico 12	Comparativo da frequência dos temas no Cadastro 1970/1990 nos EAA 1986/19975.....	79
Gráfico 13	Frequência das temáticas Afro-brasileiras - EAA 1986/199	144
Gráfico 14	Comparativos dos articulistas segundo a cor nas etapas da revistam - EAA 1978/1997	145
Gráfico 15	Presença dos articulistas segundo a cor em EAA - 1978/1997.....	146

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise histórica e relacional da revista *Estudos Afro-Asiáticos* do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes. A análise deste produto cultural foi realizada tentando cobrir duas esferas da revista. A primeira delas é a parte institucional ou os bastidores, que tem a ver com a organização e planejamento de produção da revista enquanto meio de divulgação acadêmico, com as suas origens, com o contexto histórico de seu surgimento, etc. A segunda, é a parte física da revista. Os seus números editados, os conteúdos dos mesmos, os lineamentos teórico-políticos, a frequência dos contextos África, Ásia, Brasil, as principais características do pensamento acadêmico sobre as relações raciais, sobre os afro-brasileiros, e sobre a cultura negra, divulgado pela revista EAA. A análise realizada nos permite afirmar a premissa de que a revista *Estudos Afro-Asiáticos* como órgão de difusão dos trabalhos acadêmicos que focalizam o negro no Brasil, basicamente tem publicado artigos que compartilham a linha teórico-política e metodológica da obra **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**, de Carlos Hasenbalg (1979), o editor da revista entre 1986 e 1996. Em segundo lugar, partindo do pressuposto de que, a partir da revista em questão é possível fazer uma radiografia do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil, afirmamos que o paradigma Hasenbalg tem sido o modelo hegemônico na pesquisa sobre relações raciais nos últimos vinte anos no Brasil. Em terceiro lugar, afirmamos a premissa de que o modelo Hasenbalg se constrói num diálogo crítico constante com a explicação de Florestan Fernandes a respeito da subordinação social dos negros na sociedade brasileira. E, por último, levantamos a hipótese da existência de uma 'escola' carioca de relações raciais, da qual Luiz de Aguiar Costa Pinto é o pai fundador, e Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg são os seus principais representantes, no sentido de eles terem atualizado, renovado e enriquecido a tradição de pesquisa sociológica fundada por Luiz de Aguiar Costa Pinto.

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas e instituições.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à professora Mariza Corrêa, pela forma profissional e rigorosa com que orientou a minha pesquisa, pelos contatos profissionais que estabeleci através dela e pela solidariedade, confiança, e deferência para comigo durante o meu tempo na UNICAMP.

Do professor Livio Sansone igualmente recebi um grande apoio, graças à sua gestão no Centro de Estudos Afro-Asiáticos me foi possível obter boa parte da totalidade dos números publicados da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, o que me permitiu desvincular o meu trabalho dos horários da biblioteca do IFCH-UNICAMP. Também lhe agradeço pela confiança em mim depositada para participar em diversos eventos acadêmicos.

O professor Robert Wayne A. Slenes leu e fez comentários valiosos ao meu projeto de pesquisa, também fez críticas construtivas e sugestões ao meu trabalho, como membro da banca do exame de qualificação.

Do CNPq recebi uma bolsa de estudos que me permitiu desenvolver meus estudos sem grandes preocupações econômicas.

Agradeço aos professores do Departamento de Antropologia Social do IFCH da UNICAMP com os quais tive a oportunidade de tomar aulas, especialmente Heloisa Pontes, pelos desafios.

Agradeço também a colaboração e gentileza do pessoal da secretaria de pós-graduação, da biblioteca e das fotocopiadoras do IFCH-UNICAMP.

No Rio de Janeiro, dou graças ao pessoal da biblioteca do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes e aos pesquisadores entrevistados Márcia Lima e Edson Borges.

Os professores Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva, Peter Fry, não só me receberam com deferência, como também que tiveram a coragem de enfrentar o gravador. Carlos Hasenbalg teve a cordialidade de responder duas vezes às minhas perguntas ou de falar, duas vezes sobre o mesmo assunto (por razões técnicas), além de responder a algumas questões pela Internet. Sem a

colaboração deles teria sido impossível entender a política acadêmica a respeito de raça nos últimos vinte anos no Brasil.

José Maria Nunes Pereira dedicou-me valiosas horas da sua vitalidade no Rio de Janeiro e respondeu de forma alegre e comedida às minhas entrevistas pelo telefone. Jacques d'Adesky aceitou ser entrevistado e compartilhou abertamente comigo os seus pontos de vista a respeito da raça/cor no Brasil. Tanto d'Adesky como Nunes Pereira doaram à minha pesquisa alguns exemplares da revista *Estudos Afro-Asiáticos* e ofereceram valiosos elementos para pensar noutras direções.

Alessandra Guedes Milanez, a minha amiga filósofa, fez as correções ao meu português do projeto inicial da pesquisa e deste escrito, também interessou-se pelo tema e me ofereceu apoio espiritual nos momentos mais difíceis deste trabalho.

Ana Maria Alves colaborou gentilmente na edição final deste trabalho.

Marta Fuentes e Luis Eduardo Alvarado, me acolheram carinhosamente na minha chegada ao Brasil e ofereceram-me a sua desinteressada amizade. Martha Célia Ramírez me recebeu na sua casa durante meus primeiros dias no Brasil.

Carolina Junqueira Homem de Mello tem sido uma amiga leal e paciente.

Durante estes três anos no Brasil, e particularmente no primeiros oito meses (sem bolsa), contei com a solidariedade e o apoio espiritual de Gladys Ramírez Stockinger, minha mãe, e de Margarita Rosa Segura-Ramírez, minha irmã.

Também contei com a solidariedade dos meus amigos na Colômbia, Orlando Rincón, Lisbeth Riis e Mikel Grüm, Esperanza Yedias e Erico Renteria Perez, me deram muita força.

Com Valéria Bosco temos caminhado de mãos dadas pela vida, durante os últimos dezoito meses. O seu apoio tem sido constante e, sem ela, não teriam sido possíveis muitas das coisas maravilhosas que têm acontecido na minha vida durante esta passagem pelo Brasil, entre elas a realização desta pesquisa.

Introdução

Por que pesquisar a revista *Estudos Afro-Asiáticos*

A revista *Estudos Afro-Asiáticos* é promovida e conhecida pelo fato de ser "...a única publicação de Ciências Sociais do Brasil especializada em relações raciais e estudos afro-brasileiros". Na verdade não é a única, mas, diferentemente da revista do Centro de Estudos Afro-Orientais -UFBA, ela tem conseguido se manter em cena desde a sua aparição e conquistar uma posição relevante numa esfera da realidade, que poderíamos denominar como o campo acadêmico das relações raciais no Brasil. Por outra parte, a revista *EAA* tem jogado, embora quase restrita ao meio universitário, o papel de órgão de divulgação de algumas das problemáticas dos afro-brasileiros, na medida em que publica em forma de artigos resultados de pesquisas que abordam *o negro* no Brasil.

Na revista *Actes de la Recherche en sciences sociales* 121-122, mars (1998), no artigo intitulado "Sur les ruses de la raison impérialiste", Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant afirmam a existência do imperialismo cultural, fenômeno que repousa sobre o poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-os irreconhecíveis como tais.: "...hoje em dia, numerosos tópicos oriundos diretamente de confrontos intelectuais associados à particularidade social da sociedade e das universidades americanas impuseram-se, sob formas aparentemente não historicizadas, ao planeta inteiro." Tratar-se-ia de uma série de instruções etnocêntricas entre as quais os autores destacam o debate político em torno a "raça" no Brasil.

Para Bourdieu e Wacquant, numa sociedade como a brasileira, mais complexa que a norte-americana, na qual os princípios de visão e divisão codificados ou praticados das realidades étnicas são completamente diferentes e que até recentemente (Degler, 1974) era considerada como contra-exemplo do "modelo americano", impõe-se a representação histórica norte-americana que calca de

maneira arbitrária a dicotomia entre brancos e negros.¹ Prova do anterior seria o fato de que a maior parte das pesquisas recentes sobre desigualdade etno-racial no Brasil, realizadas por americanos e latino-americanos formados nos Estados Unidos se esforçariam em provar que o Brasil não é menos "racista" do que os outros países, e que o racismo mascarado à brasileira seria, por definição, mais perverso, já que dissimulado e negado.

Na tentativa de determinar os mecanismos da "globalização", entendida simplesmente como americanização do mundo ocidental, "...sobretudo, quando se trata de questões, tais como a de 'raça' em que a particularidade da situação americana é flagrante e está longe de ser exemplar", os autores invocam o papel motor que desempenham as grandes fundações americanas de filantropia e pesquisa na difusão da *daxa* racial norte-americana no campo universitário brasileiro, tanto no campo das representações como das práticas e afirmam que:

Ainsi, la Fondation Rockefeller(sic) finance un programme sur «Race et ethnicité» à l' Université fédérale de Rio de Janeiro ainsi que le Centre d' Etudes Afro-asiatiques (et sa revue Estudos Afro-asiáticos) de l' Université Candido Mendes, de manière à favoriser les échanges de chercheurs et d'étudiants. Elle impose comme condition de son assistance que les équipes de recherche obéissent aux critères d' affirmative action à l' américaine, ce qui pose des problèmes épineux puisque, comme on l' a vu, la dicchotomie blanc/noir est d' application pour les moins hasardeuse dans la société brésilienne (p.113).

O fato de não ser a Fundação Rockefeller, mas sim a Fundação Ford, a agência financiadora não muda o sentido e a importância desta argumentação que para o bem ou para o mal coloca o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, e particularmente a revista *Estudos Afro-Asiáticos* - enquanto produto cultural específico do campo das relações raciais no Brasil, no centro de um debate de cunho político-teórico.

Outro forte argumento para afirmar a relevância do trabalho aqui desenvolvido é oferecido por Roberto Motta em "Paradigms in the Study of Race Relations in Brazil." Nesta comunicação, o autor, sem negar a existência de outros modelos, determina três paradigmas nos estudos sobre

1. Bourdieu e Wacquant, 1988, p. 111-2. O grifo é meu.

relações raciais no Brasil no século XX, associados respectivamente a Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e, mais recentemente, Carlos Hasenbalg. Não obstante Motta, criticar a premissa básica do trabalho *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (Hasenbalg, 1979) reconhece que este é um trabalho pioneiro e seminal.

O importante, na nossa maneira de ver, é o fato de Carlos Hasenbalg ser enunciado como o fundador de um novo paradigma nos estudos sobre relações raciais no Brasil. Ao anterior devemos acrescentar o fato de que Carlos Hasenbalg, no período 1986-1996 foi o editor da revista *Estudos Afro-Asiáticos* e o vice-diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Em síntese, Carlos Hasenbalg, o fundador de um novo paradigma nos estudos sobre relações raciais foi durante doze anos o responsável pela supervisão, preparação e publicação dos textos, na revista *EAA*. Qual a posição da revista *EAA* no debate sobre raça no Brasil? É uma posição diferenciada daquela de Carlos Hasenbalg? *EAA* é o órgão de difusão do ponto de vista do paradigma Hasenbalg?

As noções

Em relação à questão conceitual de nossa análise, abordamos a revista *EAA* como um produto cultural historicamente determinado do sub-campo das relações raciais no Brasil, que articula múltiplos discursos que dizem respeito à forma como a academia está produzindo os/as afro-brasileiros/as. O discurso enquanto conjunto de enunciados é concebido como uma prática que forma os objetos sobre os quais fala. Neste sentido, *EAA* é um espaço em que textos escritos e imagens constituem terrenos de luta por uma política de representação que envolve como os/as afro-brasileiros, as suas problemáticas e os diferentes aspectos da sua realidade estão sendo nomeados, posicionados, desejados e descritos. Desde esta perspectiva, a pesquisa desenvolvida foi uma tentativa de expor e compreender um espaço singular no qual os discursos vão construindo versões do mundo e posicionando os indivíduos numa certa geografia e economia do poder.

Abordamos a revista *EAA* como uma revista de divulgação científica com uma política teórica particular, cujo objetivo não se limita à redução e à simplificação das novas tendências, pesquisas e descobertas de uma área específica de conhecimento, a saber: as relações raciais e os estudos afro-

brasileiros, mas que também funciona como uma alavanca para a publicização das questões referidas às problemáticas dos afro-brasileiros.

Os editores da revista *EAA* foram conceituados como agentes, isto é, como indivíduos imersos em uma rede de relações objetivas, que existem independentemente da consciência e da vontade individual. Em termos analíticos, esta rede ou configuração de relações objetivas entre posições é o campo, o cenário de relações de força e de lutas encaminhadas a transformá-las, e, por isso mesmo, o campo é o lugar de uma mudança permanente.² Por outro lado, levamos em conta a noção de trajetória para abordar os editores. Esta noção se define como a série das posições sucessivamente ocupadas por um agente ou por um grupo de agentes em espaços sucessivos. Toda trajetória deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*.³

As posições no campo definem-se objetivamente na sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, sejam estes agentes ou instituições, pela sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição dos diferentes tipos de poder (ou de capital) - cuja posse implica o acesso aos ganhos específicos que estão em jogo no interior do campo- e pelas suas relações objetivas com as outras posições.⁴

Tentamos fazer do 'campo' o centro das operações de nossa pesquisa. Isto não significa que os indivíduos sejam meras ilusões, mas que a ciência os constrói como agentes e não como indivíduos biológicos, atores ou sujeitos: estes agentes são socialmente constituídos como ativos e atuantes no campo, pelo fato de possuírem as características necessárias para serem eficientes neste dito campo, para produzirem efeitos no seu interior.⁵

2. Assim, por exemplo, no campo das relações raciais no Brasil, existem diversas tomadas de posição enunciadas por agentes, de diferentes posições, em relação aos sistemas classificatórios: as posições de Peter Fry (1995) e Michael Hanchard (1996); ou em relação aos efeitos da industrialização e do desenvolvimento sobre a importância do critério raça na alocação de pessoas na estrutura de classes e na hierarquia da sociedade brasileira, no sentido de aumentar ou reduzir as desigualdades raciais. Com efeito, para Hasenbalg (1979), as desigualdades teriam-se mantido ou até crescido; para Fernandes (1965), diminuiriam; e, para Telles (1994), a industrialização reduz, mantém e até aumenta a desigualdade racial no Brasil, dependendo da estrutura ocupacional analisada.

3. Bourdieu, 1992, p. 292.

4. Bourdieu e Wacquant, 1996, p. 64.

5. Bourdieu e Wacquant, 1996, p. 71.

Três tipos de capital têm particular importância no campo acadêmico: o capital simbólico, que se refere ao grau de prestígio, celebridade e honra acumulados e que estão baseados na dialética do conhecimento e do reconhecimento; o capital cultural, que se refere às formas de conhecimento cultural e à competência necessária para agir no campo; e terceiro, o capital social, isto é, as relações que possam ter um agente com outros agentes, com diferentes grupos sociais e instituições.⁶ É destas formas de capital que está falando Laura Moutinho (1996: 113) quando afirma que Carlos Hasenbalg foi escolhido como vice-diretor do CEAA, pela “...evidência do mesmo ser a única pessoa com compromisso e condição intelectual de peso para atuar nesse área.”

É importante deixar claro aqui que a noção de campo e aquelas outras noções que lhe são concomitantes foram utilizadas no contexto de nossa pesquisa de uma forma experimental, ou seja, que não tivemos a pretensão de realizar uma análise à Bourdieu, basicamente pelo fato desse empreendimento ser praticamente impossível no contexto de uma pesquisa de mestrado e porque esse não era nosso interesse. Tratou-se simplesmente de uma tentativa de por a funcionar uma série de noções num contexto específico, a saber, essa esfera da realidade que enunciamos como o sub-campo acadêmico político das relações raciais no Rio de Janeiro, a partir da revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

As técnicas

Para coletar os dados e as informações pertinentes à análise proposta, realizamos “trabalho de campo” no Rio de Janeiro entre junho e julho de 1999. Durante esse período realizamos uma série de entrevistas abertas, dirigidas e em profundidade, a integrantes e ex-integrantes do *staff* do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, assim como a outras pessoas diretamente relacionadas à questão pesquisada. Por outro lado, visitamos o “arquivo” da revista no Centro, assim como as bibliotecas do CEAA e do IFCS/UFRJ na procura de documentos e bibliografia. Também realizamos uma análise estatística baseada em três recortes: geográfico, disciplinar e temático, com o objetivo de determinar a frequência dos contextos África, Ásia, Brasil nos artigos; o peso das disciplinas na

6. Bourdieu, 1993, p. 7.

revista; a frequência dos temas; a representação de homens e mulheres nos artigos publicados; e outras questões referidas aos articulistas, tais como o sexo, a cor/raça, sua vinculação aos centros de produção de conhecimento, sua nacionalidade, a frequência de suas publicações, entre outras. Além do trabalho de campo e da análise estatística, realizamos a leitura e análise de conteúdo dos cento e quinze (115) artigos publicados sobre os afro-brasileiros, na revista *Estudos Afro-Asiáticos*, entre 1978 e 1997.

O interesse de um estudante afro-colombiano nos estudos afro-brasileiros

Formado em Filosofia, o destino levou me até a antropologia. Logo após da minha formatura tive a oportunidade de realizar um projeto de pesquisa para a agência norte-americana *Smithsonian Institution*. No contexto das atividades para “comemorar” o quinto centenário do descobrimento de América, o pessoal do *Center of Folklife Programs and Cultural Studies* da dita instituição estava interessada em saber como os afro-americanos das terras baixas do Pacífico colombiano tinham re-interpretado o Catolicismo. Foi durante o desenvolvimento dessa pesquisa que me relacionei com a bibliografia que a historiografia e a antropologia tinham produzido sobre os afro-colombianos, também tive a oportunidade de morar um ano numa das regiões com os piores indicadores de desenvolvimento humano da Colômbia, no território afro-colombiano. Até então, pouco havia convivido entre pessoas negras, com exceção da minha família, nem havia estado tão perto do cotidiano da pobreza. Após, no contexto de uma pesquisa que realizei para uma ONG que trabalha com jovens em “alto risco”, conheci a periferia de Cali, a minha cidade. A maioria das crianças e adolescentes em “alto risco” eram afro-colombianos descendentes das últimas gerações de imigrantes do Pacífico para Cali. E aí fiquei sabendo um pouco mais, soube da violência policial na periferia, da ausência de futuro desses jovens e de suas mortes prematuras por motivos fúteis. Era quase o mesmo quadro do Pacífico, só que desta vez num contexto urbano. Em síntese, tomei consciência da subordinação social dos afro-colombianos. Claro, eu sabia da existência do preconceito e discriminação raciais, toda minha vida o havia experimentado, não entanto, desconhecia a gravidade da situação.

Por essa época, 1995-1996, já me encontrava vinculado à *Universidad del Valle* como membro do nascente *Laboratório de las Culturas Negras* e como professor do departamento de História. Assim, estava experimentando as limitações próprias de não ter uma pós-graduação.

Em 1997, seduzido pela bibliografia sobre os afro-brasileiros e pela tradição de pesquisa em Antropologia, vim para o Brasil, iniciar o meu mestrado na Unicamp. Tinha a pretensão de desenvolver um projeto de pesquisa intitulado *Etnicidade e Movimento Político Afro-Colombiano*, mas não tinha condições para fazer uma pesquisa de mestrado que implicasse trabalho de campo fora do Brasil. Então, decidi que a melhor forma de retribuir à sociedade brasileira pela bolsa de estudos que me havia sido outorgada, era fazer uma pesquisa que contribuísse aos estudos afro-brasileiros. Por essa mesma época, começaram as minhas conversações com a minha orientadora Mariza Corrêa, no intuito de determinar o meu objeto de estudo.

Num primeiro momento pensamos na possibilidade de trabalhar a questão da etnicidade em algum setor do movimento negro no Brasil. Foi nesse contexto que Mariza Corrêa me sugeriu, visitar as páginas da revista *Estudos Afro-Asiáticos*. Também havia participado de alguns encontros acadêmicos, o que me permitiu não só conhecer alguns dos pesquisadores da área de estudos afro-brasileiros, mas também ter uma noção bastante geral das idéias que estavam circulando na 'área'⁷. Por outro lado, a minha participação no *laboratório de Culturas Negras* em Cali implicou que eu focalizasse a atuação dos pesquisadores brancos que se enunciam como "amigos dos negros". Chamou muito a minha atenção as dinâmicas desses pesquisadores, as relações que estabeleciam com os movimentos negros, com os "intelectuais negros", com entidades governamentais nacionais e centros de pesquisa tanto nacionais quanto estrangeiros. Em síntese, tinha um interesse pela atuação concreta e a produção acadêmica desses pesquisadores.

Neste contexto, a revista *Estudos Afro-Asiáticos* constituir-se-ia a porta de entrada a isso que eu chamo de sub-campo acadêmico-político das relações raciais no Brasil. O lugar onde é possível determinar as diversas posições teóricas, políticas e metodológicas dos pesquisadores, e as relações

7. Entre 1997 e 1998 participei do V Congresso Afro-Brasileiro em Salvador, dos encontros nacionais da ANPOCS, do evento Afro-Latinos e do Curso Fábrica de Idéias, estes dois últimos no Centro de Estudos Afro-Asiáticos no Rio de Janeiro.

que mantêm com os movimentos negros, com os chamados intelectuais negros e com os centros de pesquisa e agências financiadoras. Em certo sentido, abordar a revista da forma em que eu estava pensando significava para mim realizar um forte investimento na minha formação, já que foi para isso que vim ao Brasil.

O texto

No capítulo primeiro deste escrito abordamos o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a “questão racial” no Brasil, no intuito de determinar a gênese da sua existência, isto é, o contexto de seu surgimento, por um lado, e, pelo outro, a forma como se introduziram as problemáticas dos afro-brasileiros no dito centro.

No capítulo segundo, focalizamos a revista *Estudos Afro-Asiáticos* no contexto da história do Centro. Oferecemos elementos chaves para compreender não só a gênese da revista, mas também como as mudanças no centro tiveram ressonância no seu órgão de divulgação. No mesmo capítulo, focalizamos os conselhos consultivo e editorial, os editores e as etapas da publicação; apresentamos uma análise estatística da revista, a partir da qual traçamos o perfil disciplinar da revista em geral e de suas etapas em particular, a frequência dos contextos que informa a sua existência, África, Ásia, Brasil, assim como o universo dos colaboradores. Também apresentamos uma análise particular para os artigos publicados na revista concernentes aos afro-brasileiros e sua problemáticas. A partir da análise estatística levantamos a hipótese de que a revista *Estudos Afro-Asiáticos* basicamente tem publicado artigos que compartilham a linha teórico-política e metodológica da obra *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, de Carlos Hasenbalg, o editor da revista entre 1986 e 1996.

No capítulo terceiro, a partir da noção deleuziana de sentido, apresentamos a análise dos artigos que falam respeito dos afro-brasileiros na sociedade de classes e da experiência negra no Brasil e, determinamos a política editorial da revista *Estudos Afro-Asiáticos* em relação aos brasileiros negros.

No capítulo quarto, tentamos responder a pergunta de se a academia tem ouvido ao movimento negro, isto é, se a academia tem pesquisado as questões levantadas pela militância. Para isso, utilizamos a voz do chamado movimento negro como um meio de contraste, como o pano de fundo sobre o qual deve-se refletir à produção acadêmica.⁸ No fundo, indagamos pela legitimidade externa da produção intelectual sobre os brasileiros negros, publicada na revista *Estudos Afro-Asiáticos*.

8. A voz do chamado movimento negro foi extraída das comunicações e alocações apresentadas pelos militantes de dito movimento no Encontro Nacional Afro-Brasileiro, realizado em 1982 no Centro de Estudos Afro-Asiáticos e publicadas no número duplo 8/9 do mesmo ano na revista *Estudos Afro-Asiáticos*.

1. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a “questão racial” no Brasil

1.1. O contexto de surgimento

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Rio de Janeiro nasce em janeiro de 1973, num momento histórico específico das relações Brasil-África em que confluem toda uma série de circunstâncias e vontades nacionais, internacionais, globais, raciais, pessoais, políticas. (Nunes Pereira, 1991; Mendes, 1998).

Seus objetivos aparecem enunciados cinco anos mais tarde no primeiro número do Cadernos Candido Mendes - Estudos Afro-Asiáticos, que mais tarde se converteria numa importante publicação do campo acadêmico brasileiro. Estudar, difundir, pesquisar e reavaliar são três verbos que expressam desejos, vontades, posicionamentos ético-políticos de indivíduos historicamente determinados, a saber, Candido Mendes e José Maria Nunes Pereira. Estudar e difundir a história das culturas africanas e asiáticas, pesquisar as relações afro-brasileiras e reavaliar os valores culturais de origem africana participantes da sociedade brasileira. São desejos que, neste caso concreto, dizem respeito a um interesse pelo outro, longínquo, distante, desconhecido, mais por isso mesmo próximo, o africano, o asiático e o afro-brasileiro.

A produção de tal conhecimento é desejada como devendo ter “uma ótica brasileira” e, ao mesmo tempo, deveria ser capaz de responder “...à crescente necessidade nacional de uma prática ecumênica que enriqueça o diálogo entre a América latina e o mundo afro-asiático.”

Em 1929, devido à concorrência afro-asiática aos produtos brasileiros nos mercados internacionais, começou-se a observar um interesse do Brasil pela África. Nesta época gerava-se no país a discussão de se a África constituía ou não uma área particularmente importante para a

expansão dos interesses brasileiros.⁹ Até então as relações do Brasil com a África teriam sido superficiais, esporádicas e formais.¹⁰ Segundo Rodrigues, as potências colonialistas ocidentais teriam obrigado historicamente o Brasil a manter se afastado da África.

Se o Império fôra obrigado a voltar as costas para a África e a cuidar apenas do africano escravo, a República ignorou-a totalmente, não só porque não tinha os poderes para fazer uma política independente, [...] como porque era obrigada a sujeitar-se às idéias de ascendência européia ou de superioridade branca, anglo-saxônica britânica e norte-americana (Rodrigues, 1962: 200).

Em 1930, mediante a realização de acordos comerciais, o ministro do exterior Afrânio de Melo Franco procura fomentar a expansão da produção do país e arranjar novos mercados a exportação brasileira. É nesse momento que começa a despertar o interesse das autoridades brasileiras pela África. Em 1937, na mensagem do presidente Vargas ao Congresso comunicava-se a continuidade dos esforços para assinar um novo acordo de intercâmbio comercial entre o Brasil, a Grã-Bretanha e as suas colônias. Em 1942, o comércio exterior do Brasil com a África representava apenas 3% do total.¹¹

Durante a “Segunda Guerra Mundial”, devido à perda dos mercados dos países beligerantes, renova-se o interesse brasileiro pela África. O ministro do exterior envia um agente diplomático “ao teatro de guerra africano”¹² com a missão de criar um consulado em Argel e instalando missões militares, enviadas para estudar a cooperação militar na guerra ao lado dos Aliados. Com o fim da guerra, ter-se-ia apresentado uma nova descontinuidade no interesse brasileiro pela África. O país teria deixado de acompanhar a evolução dos países africanos no período compreendido entre 1945 e 1955.

9. Em 1929, Waldir Niemayer escrevia um ensaio sobre a concorrência afro-asiática aos produtos brasileiros, no qual evidenciava “...que a França e a Grã-Bretanha as duas potências de maiores domínios coloniais estavam transformando as suas colônias em centros “fornecedores” de matérias-primas e artigos de alimentação para os seus mercados consumidores de suas mais variadas manufaturas.” Vide Rodrigues (1962:202).

10. Helene Monteiro, O ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, Dissertação de mestrado, 1991 p.40-5.

11. José Honório Rodrigues, Brasil e África: outro horizonte, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, p. 203.

12. Rodrigues, *op. cit.*, p. 204.

É a partir de 1955 que a África passa a ser incorporada nas análises e nos projetos desenvolvimentistas de determinados setores econômicos e políticos do Brasil. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no qual se deu a explosão da independência dos países africanos, no novo contexto da política exterior brasileira não podia estar mais “marcada pelo seu continentalismo”, devia então voltar-se para os mercados dos novos países africanos.¹³ Com o início do processo de descolonização da África e a conseqüente saída dos europeus, o continente africano passa a ser de vital importância para alguns destes setores, e retomar as relações com a África era o caminho pertinente para o Brasil se transformar de média potência em grande potência.¹⁴

É no curto governo do presidente Jânio Quadros (1961) que se realiza uma série de iniciativas para fortalecer as relações com o mundo afro-asiático e para implantar uma política dinâmica com a África no contexto de uma nova política externa delineada pelo espírito do Bandoeng¹⁵, isto é, o problema da luta contra o subdesenvolvimento, a repulsa ao racismo, ao colonialismo, e ao imperialismo¹⁶. Entre essas ações se destacaram: a abertura de algumas embaixadas na África, o incremento de uma política de concessão de bolsas para estudantes africanos, a nomeação do primeiro embaixador negro num país africano¹⁷, um esforço visando a aplicação da chamada Lei Afonso Arinos¹⁸, na qual são consideradas como contravenções penais ações discriminatórias que têm como base preconceito de raça ou de cor; e a mais importante para a questão que aqui nos traz: a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiático (Ibeaa)¹⁹. Essas iniciativas representavam

13. Rodrigues, *op. cit.*, p. 206.

14. Monteiro, *op. cit.*, p. 91.

15. Conferência realizada em 1955 em Bandoeng, Indonésia na qual se reafirma o direito à autodeterminação dos países do Terceiro Mundo, e se constitui o bloco afro-asiático contra o colonialismo e o racismo, dando origem a um processo de independência de grande parte dos países sob o regime colonial.

16. Moacir Werneck de Castro, *Dois caminhos da revolução africana*, Rio de Janeiro, CEAA, 1962. p. 9-13.

17. O jornalista Raimundo Souza Dias em Gana.

18. Lei 1.390 de 03 de julho de 1951. Segundo Monteiro, (1991:44) “o terceiro-mundismo preconizado sob o governo de Jânio Quadros atendia à questão do racismo: o Brasil é uma democracia racial, povo culturalmente mestiço que havia resolvido de maneira ideal o convívio entre suas diferentes etnias. No âmbito internacional, o lusotropicalismo atraía os governos e os intelectuais africanos, revoltados contra Europa que os havia tanto marcado com o racismo do sistema colonial. O Brasil surgia então como uma alternativa.”

19. Segundo Nunes Pereira (1991:87), seu primeiro diretor foi o crítico literário oriundo da Bahia Eduardo Portela, “membro destacado de um grupo de intelectuais brasileiros que se aproximaram do Terceiro Mundo através de uma

a concretização das reflexões elaboradas por grupos de intelectuais e políticos envolvidos nas discussões da dependência e do desenvolvimento do Brasil e da América Latina (Monteiro, 1991: 40-5). Nessas reflexões, assim como na promoção e no desenvolvimento das relações comerciais, assumiram grande importância e eram destacados os laços históricos e culturais do Brasil com a África e o peso da cultura africana no país²⁰. Não obstante, a África permanecia longínqua para a maioria dos brasileiros, para aqueles que historicamente não têm participado das decisões.

O Ibeaa²¹ nasce ligado à Presidência da República através do Decreto 50.465, do 14 de abril de 1961. A função principal deste centro de estudos era colaborar com o Itamarati no estudo das realidades dos países da África e da Ásia e no planejamento das relações culturais entre o Brasil e países desses continentes (Nunes Pereira).

Emergia da linfa mesmo das mais poderosas intuições do presidente, responsável pela política externa autônoma em que ensaiávamos um perfil de terceiro Mundo na América Latina.²²

O governo de João Goulart (1961-1964) teria tentado manter a continuidade política anterior, e talvez a mais importante das ações realizadas nesse sentido foi ter tomado partido a favor da independência de Angola. Com a ascensão dos militares ao poder, em 1964, o impulso para consolidar relações fortes com os países da África debilitou-se. Uma das primeiras medidas do governo após o golpe militar do 64 foi dar fim às iniciativas de aproximação com a África. Com o governo de Castelo Branco, a política externa brasileira passa a reger-se pela bipolaridade da guerra fria e a enquadrar-se dentro da doutrina de Segurança Nacional caracterizada pelo alinhamento

visão nacionalista." Portela e Jorge Amado teriam desempenhado um papel fundamental no viés culturalista da visão do IBEAA.

20. José Honório Rodrigues, *op. cit.*, p. 216-8.

21. Outras instituições dedicadas aos estudos africanos foram determinadas por Nunes Pereira (1991:9), a saber, o Centro de Estudo Afro-Orientais da Bahia da UFBA, fundado em 1959; o Centro de Estudos e Cultura Africana criado em 1963 em São Paulo sob os auspícios da USP; o Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Candido Mendes no Rio de Janeiro, criado em 1973; e o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade de Londrina (não datado).

22. Centro de Estudos Afro-Asiáticos - 25 Anos. p. 2 1998.

incondicional aos EUA e a prestar novamente solidariedade ao colonialismo português (Monteiro, 1991:49). Neste período, o Ibeaa seria transferido para o Ministério de Relações Exteriores, onde permaneceria até 1967, ano em que, segundo Nunes Pereira (1991: 87), seria extinto pela administração de Humberto Castelo Branco; noutra versão anacrônica da extinção do instituto, Moutinho (1996: 94) afirma que, “com o golpe militar, o instituto dissociou-se do Itamarati, sendo então integrado ao Conjunto Universitário Candido Mendes”.

Numa terceira versão, Candido Mendes (1998: 2) afirma que “o movimento militar transferiu o Centro (sic) para o Itamarati... E a etapa subsequente foi a de integrar-se ao então Conjunto Universitário Candido Mendes”.

Este tipo de afirmação é “perigosa”, sobretudo quando se trata de “escrever história”. Explico-me: a afirmação de Moutinho “some” com o período compreendido entre 1967 e 1973 (a primeira, a suposta data de extinção do Ibeaa; a segunda, a data de criação do CEAA), enfatizando desta forma a continuidade da vontade ou o interesse nos estudos afro-asiáticos de Candido Mendes como “indivíduo”, mas não como agente que realiza uma determinada tarefa ou missão, enquanto representante de interesses específicos articulados a setores econômicos e políticos brasileiros, desta vez privados. Uma historiografia detalhada do CEAA tem, então, que se perguntar o que aconteceu com essas vontades e interesses nos estudos afro-asiáticos no período 1967-1973, isto é, tem que dar conta da rearticulação desses interesses, a sua concretização no CEAA em 1973. Talvez ali encontremos outras respostas à pergunta que indaga pela razão que levou ao CEAA a abrir as suas portas a alguns setores da militância negra no Rio de Janeiro da década de 70. Como diz Hobsbawm (1998:19): “O abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes em anacronismos que em mentiras.”

Em 1972, durante o governo Garrastazu Médeci, as relações entre Brasília e Lisboa sofrem um forte desgaste, pelo fato do governo português não conceder um mínimo acesso do Brasil nos seus territórios de ultramar. Num momento em que o parque industrial brasileiro estava constituído, e a procura de mercados era um imperativo, a política externa para África retoma uma nova fase,

desta vez rica em iniciativas comerciais. O novo gesto de aproximação do Brasil a África vai incluir a visita do chanceler Gibson Barbosa a onze países africanos entre 1972 e 1973. Era o fim do realinhamento do Brasil com o colonialismo português, no sentido das políticas do Brasil para África deixarem de ser mediatizadas e policiadas pelos interesses portugueses. As repercussões econômicas da nova política brasileira para África foram quase imediatas e, em poucos anos, de 1973 a 1977, por exemplo, o Brasil aumentou em mais de sete vezes suas exportações para o continente.²³ É neste contexto de reaproximação do Brasil a África que se cria a Câmara de Comércio Afro-Brasileiro em São Paulo em 1973 e o Centro de Estudos Afro-Asiático (CEAA) no Rio de Janeiro, em janeiro do mesmo ano como uma continuação do Ibeaa.

A continuidade se manifestava pelo fato de que herdamos, mantivemos toda a biblioteca original, toda a documentação original e todo o plano de estudos que nos tínhamos.²⁴

Tal integração não teria acontecido, como também o CEAA não teria “herdado a biblioteca original”. Uma pessoa que pediu para não revelar a sua identidade, afirmou a este pesquisador que o Ibeaa realmente deixou de existir em 64, a última atividade oficial teria sido a visita de Léopold Senghor em setembro do mesmo ano. A mesma pessoa afirmou que a dita biblioteca herdada teria estado constituída por uma pilha de alguns dos seis livros que editou o Ibeaa na sua curta existência.

Outros elementos constituintes do contexto de surgimento do CEAA foram: no sistema mundo as tensões da guerra fria, na África as guerras de independência do jugo colonial iniciadas pelos países de língua portuguesa e da África Austral, e no Brasil sob o governo mais reacionário do regime militar, a sociedade vive forte repressão política, perseguição intelectual e uma exacerbada censura à produção e veiculação de idéias.²⁵

23. Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 98.

24. Candido Mendes citado por Hélène Monteiro (1991:51).

25. Centro de Estudos Afro-Asiáticos - 25 Anos. p. 2 1998. Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 87.

O CEEA foi fundado em 1973²⁶ por Candido Mendes, “*oriundo dos quadros dirigentes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)*”²⁷ que havia sido assessor técnico do presidente Jânio Quadros e seu enviado especial à África. Também foi o segundo diretor do Ibeaa, até pouco depois da tomada do poder pelo movimento dos militares. Atualmente, Candido Mendes, é o diretor da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) fundada em 1902, instituição que é a mantenedora do Instituto Universitário de Pesquisas de Rio de Janeiro, IUPERJ e da Universidade Candido Mendes (UCAM). Na fundação do CEEA Candido Mendes recebe a grande colaboração de José Maria Nunes Pereira, na época seu assistente na cadeira de Política Africana na PUC²⁸ do Rio de Janeiro, e considerado então uma autoridade em assuntos de África. Parte da contribuição de Nunes Pereira na criação do CEEA consistiu em levar para a biblioteca do mesmo um importante acervo de livros, periódicos e documentos sobre o continente africano. Nunes Pereira, que afirma que o CEEA foi fundado por um certo voluntarismo de Candido Mendes, seria o vice-diretor executivo do CEEA até 1986, ano da chegada de Carlos A. Hasenbalg. O que permitiu a Nunes Pereira assumir a direção do Centro foi o capital social e cultural adquirido ao longo de sua trajetória pessoal e de sua relação com alguns países africanos de língua portuguesa. Com efeito, Nunes Pereira, embora brasileiro, como ele mesmo afirma,²⁹ estudou desde criança em Portugal, onde foi membro das Casa dos Estudantes do Império³⁰ ao final dos anos 50 e inícios dos 60. Em 1962 casado com uma angolana de família tradicional Kimbundo de Luanda, voltou para o Brasil, onde ambos continuaram apoiando a luta do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

26. Nunes Pereira (1991: 13). Segundo este autor, a segunda metade da década de 70 seria o estágio final do processo de consolidação dos Estudos Africanos no Brasil. Teriam contribuído para este fenômeno a reaproximação do Brasil à África a partir de 1972, e o ressurgimento dos movimentos negros, “que de certa forma criaram uma nova clientela para os estudos africanos.” Estes estudos entrariam em declínio em favor dos estudos afro-brasileiros na década de 80, no momento em que, segundo o autor, diminui o interesse do Brasil pela África, em relação ao evidenciado na década anterior. Duas razões são assinaladas para explicar este fenômeno: a primeira, a crise econômica que atingiu os dois lados do Atlântico provocando uma queda relativa nas trocas comerciais entre o Brasil e seus parceiros africanos; e a segunda, o clima de abertura política dos primeiros anos da década de 80, que trouxe para a discussão na sociedade brasileira problemas internos, entre eles a pressão dos movimentos negros ao governo, à sociedade civil e à universidade para encararem o problema racial brasileiro e a questão da identidade cultural negra.

27. Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 87.

28. Pontifícia Universidade Católica.

29. Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 87.

30. A Casa dos Estudantes do Império teria sido, a partir dos anos 50 e até a década de 60 um “centro habilidosamente camuflado de atuação anticolonialista”. De seus quadros teriam saído dirigentes tais como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Mário de Andrade, Vasco Cabral e Marcelino dos Santos, entre outros.

O CEAA nasce como uma instituição privada ligada ao então Conjunto Universitário Candido Mendes. A criação do Centro foi fundamentalmente a retomada por parte de Candido Mendes³¹ de sua proposta programática iniciada no Ibeaa, isto é, o estudo das realidades dos países da África e da Ásia e a cooperação no planejamento das relações culturais entre o Brasil e países desses continentes, mas, desta vez, relacionada a uma política de cooperação privada para o desenvolvimento ligada a interesses sociais e econômicos de determinados setores brasileiros³². Neste sentido, Nunes Pereira³³, afirmou ter sido sabatinado no Itamarati em 1974 sobre as possíveis vantagens para o Brasil em apoiar o governo do MPLA em Angola; por outro lado, uma missão enviada pelo CEAA a Guiné-Bissau desempenhou um papel importante na vinda ao Brasil da primeira delegação ministerial de uma nação africana de língua portuguesa e intermediou a ida de muitos cooperantes brasileiros para a África lusófona.³⁴

Para Monteiro³⁵ a iniciativa privada presente na criação do CEAA estaria refletindo a nova maneira como as questões referentes à África se deslocavam dos centros de decisão tradicionais, isto é, das esferas do poder, para um conjunto maior da sociedade civil, os movimentos sociais negros. O CEAA, então, teria propiciado na década de 70 um espaço institucional privilegiado, no qual se estabeleceu a ligação entre as relações Brasil-África e a questão racial brasileira, no sentido de ter permitido a apropriação pela incipiente intelectualidade militante afro-brasileira do Rio de Janeiro da reflexão existente em torno da África. Desta forma, o CEAA desempenhou um papel fundamental na rearticulação política dos afro-descendentes e no conseqüente ressurgimento do movimento negro,³⁶ no Rio de Janeiro.³⁷ Segundo Monteiro (1991: 58), enquanto a repressão pesava sobre as universidades, o CEAA oferecia cursos sobre os movimentos de libertação na África, falava das guerrilhas e utilizava o livro de Franz Fanon, *Os condenados da Terra*, então

31. Segundo Nunes Pereira (1999), Candido Mendes teria participado das conversas iniciais para a criação do Ibeaa no governo de Jânio Quadros.

32. Monteiro, *op. cit.*, p. 55.

33. Entrevista pessoal, julho de 1999.

34. Entre eles Paulo Freire, na tentativa de implantar seu método de alfabetização na Guiné-Bissau.

35. Monteiro, *op. cit.*, p. 49.

36. O movimento negro do Rio de Janeiro da década do 70 teria-se caracterizado pela sua dimensão internacional, expressada no apoio ao processo de independência das colônias portuguesas na África, na condenação do regime do Apartheid da África do Sul, e pelo fato de se espelhar na luta dos negros norte-americanos.

37. Monteiro, *op. cit.*, p. 51-62.

proibido pela censura. Estes acontecimentos teriam sido possíveis no CEAA pelo fato de seu diretor, Candido Mendes, além de ser membro da Comissão de Justiça e Paz do Vaticano e de estar vinculado à UNESCO, ter sido um velho amigo do General Golbery desde os tempos em que ambos participaram do governo de Jânio Quadros. A respeito da relação do chamado Movimento Negro de Rio de Janeiro e o CEAA, este teria sido concebido como uma instituição de apoio a esse movimento social, tal como o explicita Nunes Pereira³⁸, que participou da criação do CEAA:

A concepção do afro-asiático, embora grande parte de sua energia seja africana, era que nós deveríamos ser uma infra estrutura do movimento negro, e não sermos, digamos, um órgão destinado a estudar a questão racial. Nós queríamos ser a infra-estrutura. Tínhamos a cobertura política, a discutimos com a Igreja: nós precisamos trabalhar com a questão racial aqui dentro da ditadura..., e assim não aconteceu...(Nunes Pereira, 1999).

1.2. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos as problemáticas dos afro-brasileiros³⁹

Como e em que momento se introduzem as problemáticas dos afro-brasileiros no interior do CEAA, se como vimos o Centro nasce voltado para o estudo das realidades afro-asiáticas?

A incorporação das problemáticas dos afro-brasileiros no CEAA acontece de uma “forma inesperada”⁴⁰ na primeira etapa do Centro, a qual teria se iniciado com a criação da entidade em 1973 e iria até 1978, ano do lançamento do primeiro número de *EAA*. Conta a história que em 1973, a professora Maria Maia Berriel da UFF enviou ao CEAA⁴¹ alguns estudantes negros de sua turma de graduação para fazer consultas a respeito da história do “negro”, a questão racial e a história da África. Estes e outros estudantes teriam passado a reunir-se a cada semana para discutir

38. Entrevista pessoal, julho de 1999.

39. Jacques d' Adesky determinou cinco sistemas classificatórios de cor predominantes no Brasil: o sistema do IBGE usado no censo demográfico com as categorias branco, pardo, preto, e amarelo; o sistema referente ao mito fundador da nação brasileira com suas categorias branco, preto e índio; o sistema de classificação popular de 135 cores segundo amostra da PNDA realizada pelo IBGE em 1976; o sistema de bipolar branco/não-branco utilizado por grande número de pesquisadores em ciências humanas; e por último o sistema bipolar negro/branco proposto pelo Movimento Negro. Eu prefiro usar a categoria genérica de afro-brasileiros=descendentes (tanto homens quanto mulheres) de africanos no Brasil.

40. Monteiro, *op. cit.*, p. 57.

41. Naquela época sediado em Ipanema.

textos sobre o assunto.⁴² Nas primeiras discussões teria sido particularmente importante a participação de Maria Beatriz Nascimento⁴³ assim como a discussão de um artigo dela publicado na revista *Vozes*. Após alguns meses, teriam se institucionalizado aos sábados reuniões gerais para discutir com base “na dinâmica de grupo” os textos preparados por “militantes” como Carlos Alberto Madeiros, Yedo Ferreira, José Ricardo de Almeida e Paulo Roberto dos Santos. Em 1974, através do CEEA foram promovidas as *Semanas Afro-Brasileiras*⁴⁴, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, organizadas pela recém-criada Sociedade de Estudos da Cultura Negra da Bahia (SECNEB), com Mestre Didi e Juana Elbein.

Em 1975, o grupo tinha se multiplicado e contava já com uma centena de pessoas, as quais a partir das reuniões “aos sábados”, teriam criado algumas das entidades autônomas do “movimento negro” do Rio de Janeiro, entre elas: a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), o Instituto de pesquisas das Culturas Negras (IPCN), e mais tarde o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), na Universidade Federal Fluminense. Também neste ano foi comemorado no CEEA pela primeira vez o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial criado pela ONU, e que contou com a presença de representantes da ONU e diplomatas africanos. O CEEA teria desempenhado um papel decisivo na formação dos militantes brasileiros sobre a questão africana e na sua articulação com a questão racial brasileira.⁴⁵

Vale a pena destacar que nestes primeiros anos do CEEA não era um objetivo a questão racial brasileira no sentido de ter um programa de estudos de pesquisas relativo à problemática: era a África o principal foco de atuação, embora existisse uma articulação com a “questão racial” brasileira,

42. Moutinho, *op. cit.*, p. 95.

43. Na época estudante de História da UFF.

44. Os eventos principais dessas semanas foram: debates, exposições de arte sacra afro-brasileira e shows de artistas negros como Gilberto Gil, Jards Macalé e Djalma Corrêa. Segundo Monteiro (*op. cit.* p 58), as “semanas” foram um sucesso no sentido de contar com a participação de milhares de jovens negros. Por outro lado, a mesma autora nos conta que a saída de uma centena de negros às nove da noite das reuniões do CEEA na Faculdade Candido Mendes gerou pressões dos militares que aumentaram com o tempo. Candido Mendes, para superar o impasse, teria recomendado que “fossem misturados alguns brancos”.

45. Monteiro, *op. cit.*, p. 60.

...o CEAA era como um almoxarifado. Isto é, aquele lugar onde se encontrava a documentação sobre África, sobre o negro no Brasil e onde se podia fazer uma ponte de negros entre o Brasil e a África.⁴⁶

Com efeito, como afirma Nunes Pereira (1991:100), entre 1973 e 1978, os estudos no CEAA foram essencialmente voltados para questões como o colonialismo, o apartheid, a descolonização, e para o acompanhamento dos acontecimentos que sucediam nas colônias portuguesas. Esta seria a etapa “terceiro mundista” do centro, na qual predominava no CEAA a difusão de informações relacionadas à África sobre a produção de um conhecimento original.⁴⁷ Esta também foi uma etapa onde predominou a escassez de recursos humanos no Centro, a equipe de trabalho estava composta pelo vice-diretor José Maria Nunes Pereira, alguns pesquisadores africanos e um reduzido número de estagiários. Por outro lado, deu-se início à organização do setor de documentação, com a catalogação e sistematização do material (livros, textos, documentos e recortes de jornais nacionais e estrangeiros) e o intercâmbio com instituições estrangeiras similares.⁴⁸

A segunda fase⁴⁹ do CEAA tem o seu início com a chegada do financiamento ou da assinatura do “convênio” com a Fundação Ford⁵⁰ para o desenvolvimento do programa “Relações do Brasil com a África, seu impacto na sociedade brasileira em geral, e na comunidade negra, em particular.”⁵¹

46. Palavras de um “ex-funcionário” do Centro e informante de Moutinho (1991: 99).

47. O mesmo autor afirma que as informações divulgadas provinham de fontes não acadêmicas (o grifo é meu). Vide Nunes Pereira, op. cit., 107.

48. Nunes Pereira, op. cit., p. 107.

49. Segundo periodização de Nunes Pereira, a primeira fase iria desde a criação do centro em 1973 até o lançamento do primeiro número de Estudos Afro-Asiáticos, em 1978, quando se inicia uma fase de transição só concluída em 1980. A segunda fase teria como marco inicial a assinatura de convênio com a Fundação Ford e terminaria com a chegada de Carlos Hasenbalg ao centro em 1986, ano de início da terceira fase que vai até 1996. Seria o chamado período Hasenbalg do CEAA..

50. A Fundação Ford também financiaria a partir de 1980 duas entidades do Movimento Negro, a saber o Instituto de pesquisa e Estudo Afro-brasileiro IPEAFRO, fundado em 1980 por Abdias do Nascimento e Elisa Larkin do Nascimento, e o grupo cultural OLORUM BABA MIM.

51. No próprio projeto se enunciava a idéia central: “Integrar o conhecimento das sociedades africanas da Costa Atlântica na história do Brasil e iniciar a revisão da historiografia brasileira visando reavaliar a participação dos africanos e seus descendentes no processo de formação da sociedade brasileira.”

Os recursos da Fundação Ford obtidos através do programa mencionado, junto com o suprimento de maiores recursos do Conjunto Universitário Candido Mendes ao CEAA possibilitaram a consolidação e expansão do centro, expressadas na contratação de pesquisadores(as) na área de ciências humanas,⁵² na ampliação do quadro de professores e do corpo administrativo; na consolidação da edição semestral dos Cadernos Candido Mendes⁵³ - Estudos Afro-Asiáticos (EAA); e na retomada⁵⁴ “em nível acadêmico mais consistente os estudos afro-brasileiros”. Assim, as pesquisas das problemáticas afro-brasileiras e da cultura de origem africana presentes na sociedade brasileira teriam passado a ser objetos de estudo do CEAA consolidando o Departamento Afro-Brasileiro.

O CEAA foi escolhido pela Fundação Ford para desenvolver tal programa pela sua experiência com a questão racial, por causa de seu *background* com questões de raça e identidade nacional.⁵⁵ Haveria também uma confluência entre os objetivos da Fundação Ford e do CEAA, no sentido das duas entidades estarem interessadas na produção de um conhecimento e de um grupo de intelectuais alternativos ao oficial.⁵⁶

The fact that CEAA had the institutional history of linking together the liberation movements in Lusophone Africa, the Brazilian foreign policy

52. Entre eles estavam Paulo Roberto dos Santos, Joel Rufino dos Santos, Ari Araujo e Judite Rosaira, todos eles com os cursos de graduação já concluídos. Esta teria sido a primeira equipe de “militantes intelectuais” negros do CEAA, segundo depoimento de Jacques d’Adesky (vice-diretor administrativo do Centro e responsável pelo departamento de Estudos Afro-Brasileiros entre 1983 e 1985) ao autor. Uma segunda equipe de militantes intelectuais negros teria entrado em 1982 no marco do financiamento da Ford, e estava formada por J. Jorge Siqueira na época mestrando em história, hoje já mestre; Helena Theodoro Lopes, na época doutoranda em história da UGF; e Juarez Coqueiro, mestrando em sociologia. Todos eles com exceção de Juarez Coqueiro saíram do CEAA em 1986, logo após a chegada de Carlos Hasenbalg. Segundo o mesmo d’Adesky, estes militantes intelectuais negros saíram devido a uma “limpeza” ordenada pela Ford e realizada por Hasenbalg.

53. Cadernos Candido Mendes teria sido o nome de um projeto editorial constituído por duas publicações, a saber, Estudos e Memória Social, a qual teria editado uns poucos números, e Estudos Afro-Asiáticos. Segundo Nunes Pereira (1999), só teria vingado esta última publicação.

54. Fala-se de retomada (o grifo é meu) no artigo informativo do CEAA presente no Nº 4 dos EAA.. Na verdade tal retomada não existiu já que só é possível recuperar o que se tinha, e o centro não tinha até então uma linha de estudos afro-brasileiros. O que verdadeiramente existiu foi uma exigência por parte da Fundação Ford de um perfil acadêmico, que num primeiro momento foi preenchido por negros que em sua maioria se definiam como militantes e intelectuais. (Moutinho 1996:110; e depoimentos de Nunes Pereira, Jacques d’Adesky, Edson Borges e Carlos Hasenbalg ao autor).

55. Era tal o interesse da Fundação Ford no CEAA e no programa em questão que em 1980, num espaço de seis meses, o CEAA recebeu a visita dos mais importantes funcionários da Fundação, entre eles o presidente Franklin Thomas (que é afro-americano ou “negro”), o vice-presidente David Bell, e o chefe da divisão da América Latina. Cf. Moutinho op. cit., 105.

56. Moutinho, op. cit., p. 106.

initiative for Africa and the Afro-Brazilian social movement made it a logical choice for a Ford Foundation program action in the Afro-Brazilian Affairs. CEEA published a respected academic journal, Cadernos Candido Mendes Estudos Afro-Asiáticos, devoted to research on Africa, Asia, and Afro-Brazilians. CEEA had gained an academic reputation, as well as a national (and international) reputation as a progressive and socially activist institution (Turner, 1982)⁵⁷.

Por outro lado, na década de 80 a estratégia de fomento da Fundação Ford teria se caracterizado por uma mudança numa direção temática e aplicada, cujo objetivo era associar atividades de pesquisa às de impacto e intervenção. A preocupação da Fundação Ford teria sido apoiar iniciativas de “baixo para cima”. Tratava-se de incentivar a participação popular na construção da cidadania através de apoio a projetos de educação, de saúde, de geração de renda e culturais.⁵⁸ Não obstante, a experiência da Fundação Ford nos Estados Unidos influencia a maneira como ela atua noutros países, embora seu interesse em relação às escolhas temáticas obedeça a diferentes critérios:

“Segundo uma já citada ex-funcionária da casa, o tema relacionado a gênero, por exemplo, acompanhou o interesse mundial na valorização do papel de mulher. Já a temática racial está mais relacionada à forma como a própria sociedade americana enfrenta essa questão.”⁵⁹

Dado que o nosso interesse não é a história do CEEA, mas sim os relatos sobre as problemáticas e a cultura dos afro-brasileiros presentes na revista *Estudos Afro-Asiáticos*, por enquanto deixaremos de lado a história do centro, e só voltaremos a ela quando seja estritamente necessário para explicitar as mudanças na mesma determinadas por acontecimentos no interior do centro. Justificamos esta estratégia com a existência de uma correspondência entre determinadas mudanças em EAA e mudanças específicas no CEEA.

57. Michael Turner. Early Ford Foundation initiatives and strategies in support of African-Brazilian Studies. 1982, mimeo, sem paginar.

58. Moutinho, *op. cit.*, p. 21-3.

59. *ibidem*. O grifo é meu.

2. O devir da revista *Estudos Afro-Asiáticos*

E seria preciso analisar as novas formas de dominação e de dependência, como as instauradas pelo mecenato, e contra os quais os beneficiários ainda não desenvolveram sistemas de defesa apropriados, na falta de lhes ter levado todos os efeitos à consciência; seria preciso analisar também as sujeições que o mecenato de Estado [...] impõe, seja através do reconhecimento que concede espontaneamente àqueles que o reconhecem porque têm necessidade dele para obter uma forma de reconhecimento que não podem assegurar pela sua própria obra, seja, mais sutilmente, através do mecanismo da comissões e dos comitês, lugar de uma cooptação negativa que desemboca no mais das vezes em uma verdadeira normalização da pesquisa, quer seja científica, quer artística.

Pierre Bourdieu

2.1. O CEAA e a Revista *Estudos Afro-Asiáticos*

Como se mencionou antes, a revista *EAA* foi criada em 1978, no quinto ano de existência do CEAA. Foi concebida e criada para ser o órgão de divulgação do CEAA, e por isso mesmo nasce com uma função própria: a divulgação das realidades dos países da África e da Ásia e das relações afro-brasileiras supostas desconhecidas entre os brasileiros.

Como órgão de divulgação do CEAA, na nota de apresentação da revista, escrita por José Maria Nunes Pereira, enunciava-se a intenção de publicar artigos de pesquisa; textos didáticos; documentos oficiais de governos africanos e asiáticos, de instituições internacionais; resumos das principais atividades do CEAA; e comentários bibliográficos e outros. Não obstante *EAA* ser a publicação do centro, no ideal expressado na mesma nota⁶⁰, ela é enunciada, projetada, como um meio de divulgação heterodoxo, isto é, como: “...uma revista **aberta** a todos os estudiosos das realidades africana, asiática e das relações afro-brasileiras.”

60. Jose M. Nunes Pereira, Nota de apresentação, *EAA* N°1, 1978, p. 5.

Passados mais de vinte anos desde que José Maria Nunes Pereira, o primeiro vice-diretor do CEAA escreveu a nota de apresentação da revista, agora chegou o momento de nos perguntarmos se a utopia de uma revista aberta ao debate, a diferentes linhas ou correntes de pesquisa ou a diferentes posicionamentos teórico-políticos se concretizou.

Grosso modo podemos afirmar que a presença das questões afro-brasileiras nos 32 números da revista *EAA* publicados no período estudado (1978/1997) tem duas etapas. A primeira vai de 1978 (Nº1) até 1985 (Nº11). A segunda, envolve o período entre 1986 (Nº12) e 1997 (Nº32).

2.1.1. Primeira etapa 1978/1985

A revista *EAA* nasce na etapa africana ou terceiro mundista do CEAA, isto é, o período compreendido entre 1973 e 1985, no qual as atividades do Centro estavam voltadas para questões relacionadas com o colonialismo, o *apartheid*, a descolonização e o acompanhamento dos acontecimentos ocorridos nas colônias portuguesas. Por outro lado, com a implantação de uma nova política brasileira para a África⁶¹, o CEAA desempenharia o papel de “agente intermediário” entre setores específicos de interesses brasileiros e determinados governos africanos.

CEAA also had a reasonably good professional relationship with Itamaraty, because of its institutional image in Africa, respected academic journal on Africa affairs, and close friendships with African political leaders and intellectuals (Turner, 1982).

Ao mesmo tempo, a partir do Centro, teria se realizado uma espécie de assessoria ou consultoria a várias empresas privadas e estatais. Este leque de questões teria determinado não só a produção da casa, mas também as temáticas dos trabalhos publicados em *EAA*.⁶²

Nesta primeira etapa do CEAA, entre 1973 e 1980, as atividades foram realizadas com recursos provenientes do Conjunto Universitário Candido Mendes e outros recursos captados de organismos internacionais. A partir de 1980, o centro começou a contar com o apoio institucional e

61, Segundo Nunes Pereira (1991:104), o incremento das relações político-econômicas do Brasil com a África proporcionou o desenvolvimento dos estudos africanos no CEAA.

62. Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 101.

financeiro de organismos nacionais e internacionais. Entre os primeiros, encontravam-se o CNPq, a Subin (Secretaria de Cooperação Técnica e Econômica Internacional) e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos); entre os segundos, estavam, a Fundação Ford, a Unesco, e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Uma história econômica e social do CEAA -que também não se pretende fazer aqui- teria que dar conta da natureza destes “apoios”. Seria de suma importância determinar os interesses tanto explícitos quanto implícitos das partes envolvidas.

Sabemos pelo estudo de Nunes Pereira (1991:103) que em 1985 a Finep encomendou uma pesquisa ao CEAA sobre os perfis e os planos de desenvolvimento de alguns países africanos e financiou a edição de dez números de um boletim mensal destinado a empresários e executivos, intitulado Conjuntura Africana, boletim que desapareceria rapidamente pela retirada do financiamento da Finep. Não entanto, a Finep, enquanto integradora junto com o CNPq e o MCT do Programa de Apoio a Publicações Científicas, voltaria ao CEAA em 1993 desta vez, para financiar a revista *EAA*.

Também sabemos que a Fundação Ford financiou o desenvolvimento de um programa acadêmico-político de intervenção intitulado Relações do Brasil com a África, seu impacto na sociedade brasileira, em geral e na comunidade negra, em particular.⁶³ Segundo Moutinho (1996:101), que analisou esse programa-convênio, o “pedido de financiamento” tinha três partes-programas: o programa A, dedicado às relações internacionais na África; o programa B, ao qual estava destinada a maior parte da verba, focalizava as relações Brasil-África. Duas eram as idéias básicas que norteavam esta parte-programa, a primeira, integrar o conhecimento das sociedades africanas da Costa Atlântica na história do Brasil e a segunda, iniciar a revisão da historiografia brasileira visando reavaliar a participação dos africanos e seus descendentes no processo de formação da sociedade brasileira.⁶⁴ Por último, o programa C foi dirigido às áreas de

63. A inclusão das relações históricas do Brasil com a África e seu impacto na comunidade negra brasileira, estaria refletindo o debate acadêmico político norte-americano, no sentido da redescoberta da África e da sua importância para os afro-brasileiros.

64. Trecho do projeto em questão citado por Moutinho (1996: 102). Esta revisão da historiografia já havia sido enunciada por Hasenbalg quando afirma a necessidade de resignificar a escravidão (1979: 21-22).

documentação e publicação. Na primeira área se enfatizavam as relações Brasil-África no período 1960-1980 e na segunda, destinavam-se recursos à revista *Estudos Afro-Asiáticos*, o objeto desta pesquisa. A mesma Moutinho,relata que era tal o interesse da Fundação Ford tanto pelo CEAA quanto pelo programa de intervenção em questão que durante 1980, num breve período de seis meses, o Centro foi visitado pelos mais destacados membros da cúpula da instituição norte-americana, entre eles Franklin Thomas (presidente), David Bell (vice-presidente), James Hins (chefe da divisão da América latina)⁶⁵.

A idéia inicial da Fundação Ford teria sido lançar um programa sobre o negro no Brasil que articulasse a problemática doméstica da comunidade negra brasileira com a política externa do Brasil com a África. Como mencionamos antes, nesse contexto o CEAA teria sido escolhido pela Fundação Ford para lançar o dito programa, pela sua experiência em lidar com essas questões. Na intenção de sintetizar a gênese dessa parceria com uma imagem simples, José Maria Nunes Pereira, que participou da criação do programa como representante do CEAA e que foi o seu primeiro coordenador, afirmou: “Eles queriam comprar cigarros e nós éramos a tabacaria.”. Segundo Jacques d’Adesky⁶⁶, que trabalhava no Centro na época do início da parceria Fundação Ford-CEAA, tratar-se-ia de criar um programa de pesquisa sobre o negro, sobre a questão racial brasileira, conjunto com a comunidade, “esse era enfoque filosófico do programa”, idéia inicial que também teria sido alavancada com algumas pessoas “militantes” que trabalhavam para a Fundação Ford.

É lugar comum no sub-campo acadêmico das relações de raça no Rio de Janeiro -para utilizar uma expressão cara a Costa Pinto- a idéia de que a presença da Fundação Ford no CEAA (enunciada por uns como “financiamento” e por outros como “convênio”), mudou a história do Centro. Basicamente, a dita presença teria possibilitado a contratação de pesquisadores com pós-graduação em andamento ou já concluída, a criação do Departamento de Estudos Afro-Brasileiros, a consolidação da edição semestral da revista e o desenvolvimento da linha de pesquisa das relações

65. Moutinho, *op. cit.*, p. 104.

66. Jacques d’Adesky, entrevista pessoal, Junho de 1999.

do Brasil com a África.⁶⁷ Por outro lado, a presença da agência norte-americana mudaria, também, a trajetória de pessoas que nesses tempos estavam atuando no campo político das relações de raça no Rio de Janeiro. Em um primeiro momento (1980), no contexto da tentativa de introduzir a pesquisa sobre a problemática dos afro-brasileiros no Centro, foi contratado um grupo pessoas (negros e brancos) pelo então vice-diretor da instituição, José Maria Nunes Pereira. Algumas dessas pessoas atualmente são enunciadas nos discursos dos entrevistados pelo autor, como “militantes negros” ou como “militantes-intelectuais negros”: Maria Helena de Oliveira Barbosa, Joel Rufino dos Santos, Paulo Roberto dos Santos.

Moutinho (1996:105-7) relata duas versões que explicitam a presença da Fundação Ford no CEAA. A primeira delas, que aqui chamamos de oficial teria sido enunciada por “um funcionário que trabalhava na Fundação Ford nesse momento”. Segundo esta versão, tanto o CEAA quanto a Fundação Ford teriam um objetivo em comum: “a produção de um conhecimento e de um grupo de intelectuais alternativo ao oficial.” Este último enunciado contém o elemento que é afirmado como o definidor da atuação da Fundação Ford no Brasil.⁶⁸ A outra, a versão dos bastidores, contida nas palavras do ‘ex-vice-diretor do Centro’⁶⁹ afirma que:

...a tônica desse programa de estudos afro-brasileiros era mostrar a participação dos negros na história do Brasil, não se objetivando a construção de um ‘programa acadêmico’, mas de intervenção e difusão dessa história na comunidade, nas escolas e universidades

Segundo a mesma autora, estas versões contraditórias dizem respeito a uma das disputas no campo acadêmico das relações de raça no Rio de Janeiro, que já se evidenciava na década de 70: “...a disputa pelo monopólio da competência e da autoridade para falar sobre a questão racial.” Noutros termos, a luta pelo prestígio enquanto espécie de capital simbólico historicamente determinado que define o campo acadêmico em geral. Neste caso específico, tudo indica que eram dois os discursos e duas as categorias de agentes discursivos, a saber, os ‘intelectuais militantes’,

67. Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 106.

68. Vide Sergio Sergio Miceli, *A Fundação Ford no Brasil*, São Paulo, Ed. Sumaré/Fapesp, 1992.

69. Cf. Moutinho, *op. cit.*, p. 103.

(que teriam tido algumas propostas caracterizadas como acadêmicas) e os ‘acadêmicos’. Na primeira categoria estaria um grupo de afro-descendentes cujas identidades enquanto agentes políticos tinham sido configuradas no contexto da discussão dos problemas da colonização-descolonização da África, a luta contra o racismo internacional e o *apartheid*, e para os quais o resgate e a difusão da cultura afro-brasileira seria o instrumento fundamental na luta contra o racismo. Por outro lado, estaria a mesma Fundação Ford representada nos seus assessores oficiais e não oficiais e, como mencionamos acima, por setores da academia. Para estes grupo a estratégia pertinente contra o racismo e as suas implicações na vida das pessoas consistiria na produção de conhecimento e de uma elite de negros. Tratar-se-ia de produzir pesquisa politicamente relevante (*Politically Relevant Research*) e de criar um grupo de negros, para fazer não só essa pesquisa, mas também para se inserir nas “instituições formais” da sociedade. *Political Relevant Research* é um conceito que orienta a atuação das grandes fundações americanas, no cerne do qual estaria a idéia de uma relação mecânica entre pesquisa e política. O pragmatismo norte-americano em ação.

Eles [os norte-americanos] imaginam que você produz políticas públicas racionais através de pesquisa científica e que a razão sempre vence. Uma visão iluminista do mundo. E nada disso acontece na prática, as pesquisas são feitas, são lidas e são ignoradas, parcialmente absorvidas, dependendo dos interesses, das metas, das modas... (Pedro Franco, 1999).⁷⁰

No fundo, o elemento fundamental que estava presente tanto na parceria Fundação Ford - CEAA, quanto na atuação dos “militantes”, “intelectuais” e “acadêmicos” era a convicção de que o problema da subordinação social dos afro-descendentes na sociedade brasileira deveria ser novamente levantado. Como sabemos a ditadura militar “apagou” a discussão das problemáticas dos negros no país. Para ter uma idéia mais clara do que afirmamos, basta observar o reduzido número de pesquisas realizadas sobre a questão, no país, durante o período da ditadura militar.⁷¹

70. Pedro Franco é um nome fictício que designa uma pessoa que pediu ao pesquisador para não revelar a sua identidade.

71. Florestan Fernandes, 1965 e 1972; Degler, 1971; Skidmore, 1974; Hasenbalg, 1979.

Naquela época, ou seja, nos primórdios da década de oitenta, a sociedade brasileira iniciava a construção da re-democratização do país, na qual o chamado movimento negro teria seu papel a desempenhar. Em síntese, a divisa, o comando que compartilhavam os agentes envolvidos na questão está contido na expressão “questão racial, questão nacional”.⁷² Segundo Nunes Pereira, a Fundação Ford não poderia financiar diretamente um programa de relações raciais no Brasil, então a solução foi patrocinar um programa de Brasil-África, que era uma reivindicação das diretivas do Centro e, ao mesmo tempo, no mesmo programa tentava-se abordar a questão do negro no Brasil.⁷³

Não deixa de chamar a atenção o fato de que hoje, vinte anos depois de implantado o programa convênio Fundação Ford - CEAA, as pessoas envolvidas na questão e que foram entrevistadas por este pesquisador afirmem que se tratava de um programa de relações raciais. Não obstante, segundo o afro-americano Michael Turner (1982), a pessoa da Fundação Ford encarregada de acompanhar o programa num primeiro momento, tratar-se-ia de um programa de Estudos Afro-Brasileiros (*Afro-Brazilian Studies*). Então, como explicar esta inflexão? Noutros termos, como e por que um programa de Estudos Afro-brasileiros foi transformado num programa de pesquisa sociológica sobre as desigualdades raciais no Brasil?

É importante também levar em conta que a proposta de produzir um conhecimento e um grupo de intelectuais alternativo ao oficial, há muito tempo estava rarefazendo o harmonioso ar das relações de raça no Rio de Janeiro. Porém, esta idéia não é nova. Em 1953, L. A. Costa Pinto havia enunciado, na sua introdução ao *Negro no Rio de Janeiro*, e que hoje poderíamos considerar como o mais importante programa de pesquisa “para gerações futuras” sobre os afro-brasileiros na segunda metade do século XX, uma proposta de produção de um verdadeiro conhecimento

72. Nunes Pereira, entrevista pessoal, julho de 1999; Candido Mendes, *op. cit.* p. 1998.

73. Por esta mesma época, Abdías do Nascimento, com financiamento da Fundação Ford e da Prefeitura de São Paulo, teria realizado o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas (Moutinho, 1996: 46). O primeiro destes eventos realizou-se em Cali-Colombia em 1977 e o segundo no Panamá em 1980. Ali teria sido escolhido o Brasil para realizar o terceiro congresso, cuja organização está a cargo de Abdías do Nascimento. Vide Abdías Nascimento, O negro revoltado, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 46-56.

alternativo ao discurso oficial das relações de raça. Também Clovis Moura havia já publicado *Rebeliões da Senzala* (1949), uma obra que continha um saber alternativo ao oficial e que ao mesmo tempo estava contribuindo para abrir os novos caminhos para que a história enquanto disciplina científica iniciasse a reconstrução do devir dos afro-descendentes no país.

Além destes fatos, em 1950, no 1º Congresso do Negro Brasileiro no Rio de Janeiro, dois trabalhos colocaram em questão a ideologia do “bom senhor” e do “escravo passivo”. Estes trabalhos teriam levado Guerreiro Ramos a sugerir que os negros deveriam começar escrever sua própria história (Chor Maio, 1997:280). Neste mesmo período, Guerreiro Ramos teria enunciado, a partir do Teatro Experimental do Negro, a proposta da criação de uma *intelligentzia* ou de uma “elite negra”, à qual caberia “...a elevação social e sem conflitos da ‘massa negra’.”⁷⁴ Por último, é bom lembrar que também existia desde a criação do CEAA, a vontade em Candido Mendes e José Maria Nunes Pereira de produzir um conhecimento sobre as “relações afro-brasileiras” e de reavaliar os valores de origem africana participantes da sociedade brasileira.

Em síntese, se é certo que a proposta da Fundação Ford de produzir um conhecimento e de criar um grupo de intelectuais alternativo ao oficial é uma implicação lógica do seu posicionamento político expressado em seus princípios de atuação, também é verdade que propostas “similares” estavam presentes, desde alguns anos no Rio de Janeiro.

Então, em um certo sentido, é possível afirmar que a procura desses objetivos, isto é, “a produção de um conhecimento e de um grupo de intelectuais alternativo ao oficial”, tem determinado a atuação de instituições e indivíduos no sub-campo acadêmico das relações raciais no Rio de Janeiro, desde o início da segunda metade do século XX.

Voltando à história do CEAA, em 1982, na segunda renovação do financiamento, as diretivas da instituição começaram a experimentar uma série de cobranças tanto por parte da Fundação Ford

74. Marcos Chor Maio. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais Ciências Sociais no Brasil*. Iuperj, Tese de Doutorado, 1997, p. 276.

quanto por parte de meios acadêmicos ligados à “questão racial” no Rio de Janeiro. Cobranças por uma produção verdadeiramente acadêmica, isto é, “consistente” a respeito da situação no negro na sociedade brasileira.

A este respeito, Jacques d’Adesky⁷⁵, que foi o vice-diretor administrativo do CEEA entre 1984 e 1985, afirma que também o Centro era criticado pelo fato ser uma mistura de instituição acadêmica e militância. Uma militância voltada principalmente aos assuntos da libertação da África, anticolonialismo, anti-imperialismo, anti-racismo. E por terem trabalhando, nos programas do Centro, pessoas que eram basicamente intelectuais militantes, ativistas.⁷⁶ A isto, somar-se-ia a percepção que tinham tanto membros da “direita” quanto da “esquerda”, e também alguns membros do chamado movimento negro, da presença da Fundação Ford no CEEA, no sentido de que para alguns, por meio desta presença, estar-se-ia filtrando informação para CIA; para outros, a partir do CEEA se estariam realizando ações desestabilizadoras, ao estar levantando um problema inexistente na sociedade brasileira. Neste sentido existia como antecedente um incidente entre a Inter-American Foundation (IAF) e o governo Geisel. Com efeito, em 1979 a IAF foi compelida a suspender os seus programas no país, logo de ter desagradado ao governo com uma publicação na qual advogava por um programa ao estilo “ação afirmativa” (*affirmative action*) para compensar as desigualdades sofridas pelos afro-brasileiros.⁷⁷

Esse é o contexto que explica parcialmente a contratação de uma segunda leva de pesquisadores afro-brasileiros, que foram nomeados por alguns dos entrevistados como “pesquisadores negros militantes” e que teriam como elemento comum, além da afro-descendência, o fato de estarem cursando a pós-graduação, a saber, J. Jorge Siqueira, Helena Theodoro Lopes e

75. Entrevista pessoal, julho de 1999.

76. Jacques d’Adesky, entrevista pessoal, julho de 1999.

77. Segundo Turner (1982), “[w]hile the 1979 decision to suspend activities in Brazil was made by the North American fundation, that action was taken after the Brazilian goverment demanded that all IAF grant actions, the any amount, be co-signed by Ministrey of the Interior in Brasilia”. O mesmo autor acrescenta que em 1978 a Inter-American Fundation havia feito muitas doações a grupos culturais e setores do movimento social afro-brasileiro, como também apoiava organizações formadas maioritariamente por negros brasileiros, tais como a Associação de Trabalhadoras Domésticas de São Paulo (ADEPSP) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) do Rio de Janeiro.

Juarez Coqueiro. Segundo Moutinho (1996:110), estes “militantes intelectuais” negros colocavam-se a tarefa de rever a historiografia oficial sobre o negros, para logo contar a sua história a partir do seu próprio ponto de vista.

As diretivas do Centro, isto é, Nunes Pereira e d' Adesky, conseguiram abafar as críticas, e inclusive obter mais uma renovação do financiamento ao programa, até 1984. Logo, as coisas mudariam radicalmente na Fundação Ford, e por isso mesmo no CEAA e na revista *EAA*. Mas este assunto será abordado mais adiante, por enquanto concentraremos a nossa atenção no período da revista compreendido entre 1978 e 1985, e que denominaremos da primeira etapa da publicação.

Nesta etapa da revista *EAA*, Candido José Mendes de Almeida e J. M. Nunes Pereira aparecem enunciados no verso da folha de rosto como os editores da publicação. O primeiro aparece como o editor dos sete primeiros volumes, entre 1978 e 1982, enquanto que o segundo aparece como editor entre 1983 (Nº8/9) e 1991 (Nº21). Não obstante o nome Candido José Mendes de Almeida apareça como o editor dos sete primeiros volumes, Nunes Pereira (1999) afirma ter sido ele o editor “de fato” da publicação. Situação similar acontece com este último, que aparece como o único editor de *EAA* no período compreendido entre 1983 e 1991, isto é do volume Nº 8/9 ao volume Nº21. A partir do volume Nº22 de 1991, Carlos Hasenbalg junto a J. M. Nunes Pereira são enunciados como sendo os co-editores da publicação ate o Nº33 de 1998.

Durante esse período o “conselho editorial” da publicação manter-se-ia basicamente o mesmo, integrado por Candido Mendes, Candido José Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Hélio Silva, J. M. Nunes Pereira, Sérgio Pereira da Silva. Em 1983, este conselho editorial deixaria de ser enunciado no verso da folha de rosto da revista, só (re)apareceria enunciado um “conselho editorial” em 1987. Tanto as tarefas da secretaria de redação quanto de supervisão gráfica foram realizadas desde o início da revista até o Nº 32 de 1997 por Hamilton Magalhães Neto e Carlos Augusto de Oliveira Lima.

O desenho da capa da revista foi realizado por Antonio Seara e Paula Seara. O desenho em questão, que cobre também parte do verso da capa, acompanhará a revista até o N° 25 de 1993. Nele aparece um grupo de pessoas, de homens e mulheres negros em uma manifestação ou passeata, alguns deles com os braços levantados e as mãos em punho e também há algumas bandeiras empinadas. Em síntese é uma imagem que faz referência explícita à emancipação e que sintetiza muito bem o espírito africanista presente na gênese e na atuação do CEAA. Em 1994, no período Hasenbalg, a revista ganhará uma nova estética na sua apresentação, fruto do projeto gráfico criado por Alba D' Almeida.

Na primeira etapa da revista (1978-1985) foram publicados onze números⁷⁸. Dentre esse universo, três destacam-se pelo fato de conter cada um as comunicações de eventos realizados no CEAA. O volume duplo 6/7 contém o conjunto das comunicações apresentadas e as intervenções acontecidas no 1° Seminário Internacional Brasil-África, realizado pelo CEAA com o co-patrocínio da Fundação Ford em agosto de 1981.⁷⁹ Das cinquenta e três comunicações apresentadas nesse encontro, só sete são de interesse para a pesquisa que aqui desenvolvemos, por tratarem de questões concernentes aos afro-brasileiros. O histórico volume 8/9 de 1983 contém as comunicações apresentadas no Encontro Nacional Afro-Brasileiro, também co-patrocinado pela Fundação Ford. Pretendia-se divulgar com esta publicação "...um balanço das produções teóricas, pensamentos, gestos e atos produzidos no interior das instituições do chamado movimento negro brasileiro."⁸⁰ Tudo parece indicar que, ao menos pela presença dos participantes, foi um evento significativo: fala-se da participação de sessenta e sete instituições afro-brasileiras de dezenove Estados da Federação, e da participação de duzentos e cinquenta convidados disseminados em trinta

78. Sete números simples (1, 2 em 78; 3 e 4 em 80; 5 em 81, 10 e 11 em 85), e dois números duplos (6/7 em 82; e 8/9 em 83).

79. Segundo Turner (1982), neste seminário um embaixador africano teria colocado em risco o programa de intervenção Fundação Ford-CEAA, quando abordou as relações entre a política externa brasileira e as relações de raça domésticas. O diplomata teria feito algumas observações pessoais sobre a severa marginalização econômica, política e social dos afro-descendentes no Brasil. A representação do Itamaraty presente no evento teria voltado a Brasília e depois Candido Mendes teria comparecido ante o Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil e o Ministro das Relações Exteriores, aos quais teve que responder a uma série de perguntas sobre a Fundação Ford, os seus objetivos, e programas para o Brasil, entre outras.

80. Nunes Pereira, "Apresentação", *EAA* N°8/9, 1983, p. 3.

e dois mesas redondas. Neste sentido, para Jorge Candido, um dos participantes no evento, o CEEA, com a idéia do encontro, estaria reeditando "...os momentos gloriosos de outros eventos realizados pelas organizações afro-brasileiras em tempos passados." O 1º Congresso Afro-Brasileiro em Recife (1934); o 2º em Salvador (1937); o Congresso Nacional Afro-Brasileiro em Rio de Janeiro (1954); a 1ª Convenção Nacional do Negro em São Paulo (1944); e, a 2ª no Rio de Janeiro (1949).

As comunicações publicadas em número de cinquenta e dois, mais as setenta e sete conclusões, seriam a voz da comunidade e estariam "...refletindo, fielmente, o *continuum* do pensamento negro brasileiro, ...através de suas lideranças organicamente localizadas."⁸¹

Pretendemos aqui dar um tratamento diferenciado ao conjunto de textos enunciado pelos ativistas do movimento negro. Tentaremos, em primeiro lugar, determinar qual o diagnóstico feito por eles em referência à situação e às problemáticas dos afro-brasileiros no contexto nacional, isto é, determinar como a militância do movimento negro está nomeando e descrevendo os afro-brasileiros, quais as problemáticas por eles consideradas como relevantes e quais as soluções apontadas. No fundo, pretendemos utilizar este diagnóstico feito pela militância do movimento negro, enquanto porta-voz da "comunidade" afro-brasileira, para determinar o possível diálogo estabelecido entre a militância e a academia. Perguntamo-nos se a academia tem ouvido a militância no sentido de pesquisar as questões por ela levantadas. A voz da militância será então utilizada aqui como um meio de contraste, como o pano de fundo sobre o qual deve-se refletir produção acadêmica.⁸²

Um terceiro número, o 11 de 1985, está dedicado a publicar os textos que foram apresentados por escrito no Colóquio da Afro-Latinidade, evento realizado no CEEA em agosto de

81. Nunes Pereira, *Ibidem*.

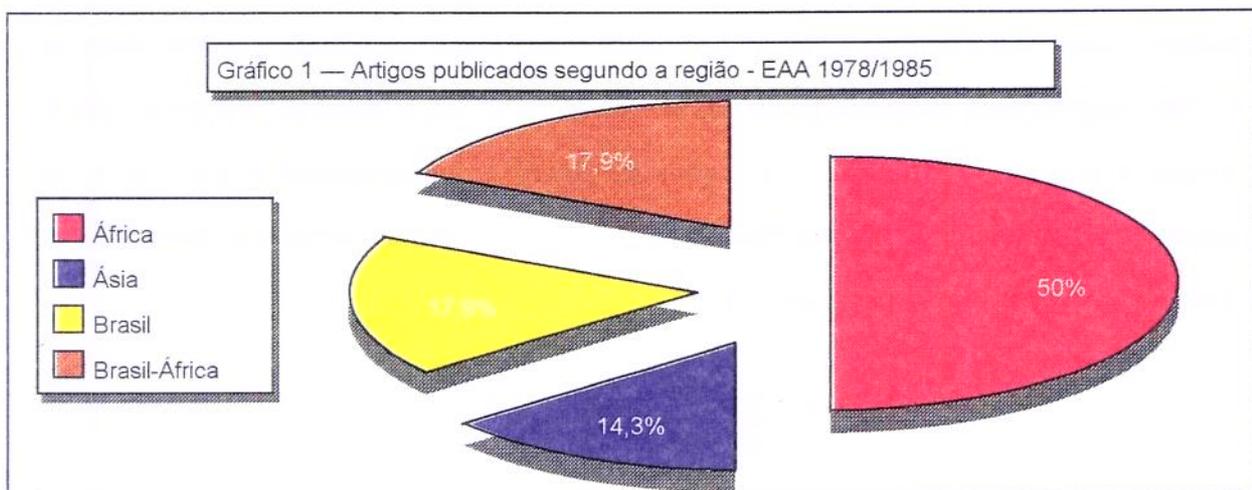
82. Vale a pena assinalar que não pretendemos chegar ao ponto de julgar, no sentido de enunciar a última palavra, isto é, de negar ou afirmar a questão de se a academia tem efetivamente prestado ouvidos às questões levantadas pela militância. Sobretudo porque em muitas das falas da militância só ouvimos a repetição do discurso da academia, que às vezes chega ao limite do plágio. Ver por exemplo o texto "Ascensão Social do negro Através dos Desportes", de Isidoro Cruz Neto em *EAA* Nº 8/, p.155-6 no qual aparece quase transcrito o discurso de Hasenbalg (1979:223-241).

1983. Nos seis números restantes foram publicados 28 artigos,³³ de 22 autores individuais e um coletivo. Desse universo de autores nove estavam vinculados ao *CEAA* e escreveram 57% dos artigos publicados no período.

A participação de mulheres articulistas durante esta etapa da revista foi ínfima. Dos 28 artigos publicados, só um foi escrito por uma mulher, o que evidencia uma assimetria de gênero nos articulistas publicados no período.

Quando observamos os articulistas pela sua nacionalidade, sob a dicotomia brasileiros/estrangeiros, a balança se inclina levemente em favor dos segundos: 54,5% dos articulistas publicados no período são estrangeiros e 45,5% são nacionais.

A grande maioria, 64,3% dos articulistas, escreveu um artigo, o restante 35,7% escreveu dois artigos ou mais. Os autores mais publicados do período foram pesquisadores da casa: com três artigos Jacques d'Adesky e com dois artigos Ricardo Joppert, J.M. Nunes Pereira, João Luis Ribeiro Frangoso. Por outro lado, dos vinte e oito trabalhos publicados no período, 60,7 % foram escritos pelos pesquisadores do *CEAA*. É importante assinalar que nesta época entre os pesquisadores do Centro encontravam se alguns estrangeiros.

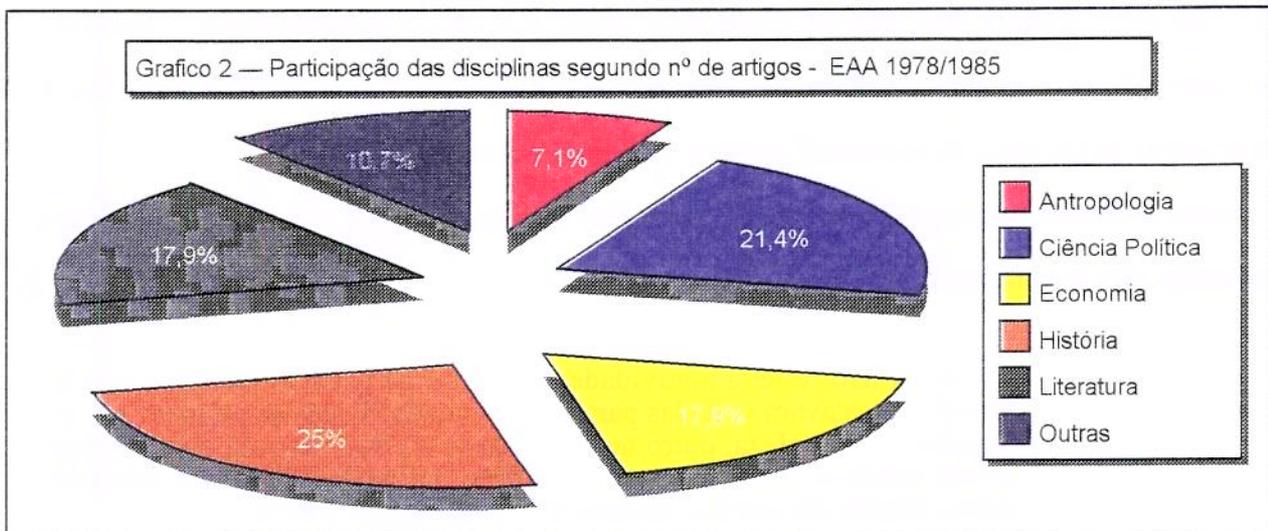


³³. Alguns dos quais podem ser incluídos na categoria de textos didáticos.

O gráfico 1 mostra claramente que, no período compreendido entre 1978 e 1985, a revista *EAA* estava voltada fundamentalmente à publicação de temáticas relacionadas com o continente africano (50% dos artigos publicados); segundo, que as relações do Brasil com a África ocuparam o segundo lugar no espaço da publicação no período (17,9% dos artigos); e, terceiro, que a participação do Brasil (17,9%) é maior que a da Ásia (14,3%). Neste contexto, vale a pena ressaltar que, da totalidade dos artigos publicados nesta etapa, só três (10,7%), estavam dedicados às temáticas concernentes aos afro-brasileiros.

Basicamente são quatro as disciplinas que traçam o perfil disciplinar da revista, a saber, Ciência Política, História, Economia e Literatura. Estas disciplinas estão presentes em mais de 78% dos trabalhos publicados. A Ciência Política teve uma marcante presença nos artigos referidos à África, a História da Arte nos trabalhos dedicados à Ásia, a Economia nos que abordaram as relações Brasil-África, e a História naqueles que enfocaram o Brasil.

Quando observamos as temáticas publicadas em *EAA*, segundo a região, percebemos que, em relação à África estavam centradas na dialética colonização-descolonização e em alguns produtos da mesma, por exemplo, racismo, independência, educação e *apartheid*. A respeito das relações do Brasil com a África, os temas essencialmente faziam referência a assuntos político-econômicos, isto é, intercâmbio comercial e política exterior. As temáticas presentes nos trabalhos sobre a Ásia, na falta de uma categoria mais adequada, poderiam ser classificadas sob o rótulo de “culturais”, isto é, arte, religião e pintura. Os trabalhos dedicados ao Brasil enfocam questões que têm a ver diretamente com os brasileiros negros. Poderíamos dizer que o tema central é a identidade no contexto da dialética assimilação-marginalidade.



Por último, em relação ao universo dos documentos publicados na revista na época, 60% deles referir-se-iam à África, os 40% restantes podem ser incluídos na categoria “terceiro mundo”.

Para concluir a abordagem desta primeira etapa da publicação do *CEAA*, podemos afirmar que: primeiro, no período compreendido entre 1978 e 1985, isto é, nos seus primeiros oito anos de existência, a revista *EAA* publicou trabalhos fundamentalmente voltados para questões africanas, relacionadas com a dialética colonização-descolonização, e as relações político-econômicas do Brasil com a África. Segundo, que a produção dos pesquisadores da casa estava também voltada a essas questões e em menor grau às referidas à Ásia. Terceiro, que as questões afro-brasileiras, presentes tanto no manifesto político do *CEAA* e do seu órgão de divulgação, quanto na justificativa do “programa-convênio” *CEAA-Fundação Ford*, foram pobremente veiculadas na revista. Embora *Estudos Afro-Asiáticos* nesse período não tenha publicado artigos resultados de pesquisa sobre os afro-brasileiros, dado que esse não era o seu objetivo, é significativo o fato de ter no seu número duplo 8/9 divulgado o que hoje poder-se-ia classificar como um documento histórico, isto é, as alocações e comunicações enunciadas pelos ativistas do chamado movimento negro brasileiro no Encontro nacional Afro-Brasileiro. Nesse mesmo ano, em 1982, Abdias Nascimento, no seu prefácio à 2ª edição de *O Negro Revoltado*, referia-se ao *CEAA* como uma das organizações que “prestavam seu concurso à luta” afro-brasileira. Neste período, segundo a fala de

Nunes Pereira⁸⁴, também teria sido publicado pelo CEAA, em edição mimeografada de trezentos exemplares, *O Lugar do negro na Força de Trabalho*, das pesquisadoras do IBGE Tereza Lucia Helena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Cristina Nascimento Arújo.

Antes de fechar, vale a pena reproduzir as palavras de Nunes Pereira em relação à presença das questões afro-brasileiras nesta etapa da revista:

A revista não refletia a atividade do Centro na questão racial porque as atividades estavam voltadas para a comunidade. Todas as semanas estava alguém em Fortaleza, outro no Rio Grande do Sul, fazendo conferências, assessorando novela, assessorando o filme *Quilombo*. Havia uma atividade muito grande voltada à comunidade (Nunes Pereira, 1999).

2.1.2. As mudanças no CEAA

O segundo grande período na história do CEAA inicia-se com um fenômeno de ressonância. Em 1985, ocorre uma mudança na Fundação Ford: o representante da agência no Brasil é substituído por Peter Fry. Por outro lado, no mesmo ano ter-se-ia que renegociar o financiamento da Fundação Ford ao CEAA ou de rediscutir os termos do convênio. Coube ao novo funcionário da agência norte-americana renegociar o convênio com o CEAA.

Em 1985, o CEAA atravessava um momento difícil, expressado basicamente em uma crise de produtividade, a qual, segundo Monteiro (1996:112-13), se associava “uma profunda desorganização interna”. Desde a perspectiva do novo assessor, tal como estavam as coisas no CEAA, no sentido da não produção de conhecimento sobre a realidade dos afro-brasileiros, era muito difícil para ele, a partir do ponto de vista ético, recomendar à Fundação Ford a continuidade do investimento no Centro. “Era cada vez mais difícil para mim dizer que esse programa estava produzindo grandes coisas.”⁸⁵

Peter Fry teria estendido as suas preocupações ao diretor e criador do Centro, Candido Mendes e este teria chamado uma comissão de “alto nível” para fazer uma avaliação. Esta comissão estava integrada por professores-pesquisadores do Instituto Universitário de Pesquisa de Rio de

84. Entrevista pessoal, julho de 1999.

85. Peter Fry, entrevista pessoal, julho de 1999.

Janeiro (Iuperj), entre os quais se encontravam Wanderley Guilherme dos Santos e Edson Nunes. O resultado da avaliação teria sido que o CEAA precisava ser “mais dinâmico em termos de pesquisa”.

Devemos frisar, também, que o novo representante da Fundação Ford tinha uma outra posição a respeito dos objetivos do financiamento-convênio CEAA- Fundação Ford, posição que teria sido compartilhada por outras pessoas da área acadêmica local das relações raciais, Yvonne Maggie e Nelson do Valle Silva entre outros. Segundo Fry (1999), tal objetivo era produzir conhecimento e uma nova geração de pesquisadores.

O ponto de partida dessas pessoas foi a premissa de que no país não se sabia o suficiente sobre a questão racial, no sentido de não existirem dados bem organizados sobre esse assunto, nem qualitativos, nem quantitativos. Portanto, valia a pena apoiar o CEAA. Ao mesmo tempo, experimentavam a preocupação gerada pela escassa presença de “pessoas de cor” nas universidades do Brasil em geral e nos programas de pós-graduação em particular.

A justificativa para financiar o CEAA era a de produzir pesquisa que esclareceria a situação do país no que diz respeito às desigualdades de cor,[...] a idéia era de que havia pouca pesquisa, poucos pesquisadores, pouca informação, se imaginava que um centro dedicado a isso, seria uma coisa importante que serviria como base (Peter Fry, 1999).

A postura de Fry parece conter a posição oficial da Fundação Ford em relação às razões para implantar o dito programa.

In 1979-80, discussion surrounding an Afro-Brazilian Studies program centered on the absence of trained Black scholars in the country, and what could be done to substantially increase that number of scholars as well as increasing national interest among non-white and white scholars on studying Afro-Brazilian (Turner, 1982)

Para lograr tal objetivo, resolveram convidar Carlos Hasenbalg, especialista em pesquisa sobre desigualdades raciais e professor do Iuperj. Carlos Hasenbalg que de fato foi contratado para dirigir o Departamento de Estudos Afro-Brasileiros do CEAA “...parecia a pessoa mais indicada

para dar uma empurrada, mas do lado da pesquisa mesmo.”⁸⁶ Ele teria sido sugerido⁸⁷ a Candido Mendes por um outro professor pesquisador do Iuperj, chamado Cesar Guimarães. Segundo Nunes Pereira⁸⁸, a decisão pela escolha da pessoa de Carlos Hasenbalg teria sido tomada no interior do CEEA:

Peter Fry pediu que nós indicássemos um nome. Hasenbalg tinha nosso apoio. Carlos Hasenbalg está no CEEA desde o primeiro momento, só que com uma diferença, antes de ser diretor, na última fila, em qualquer manifestação [do movimento negro] ele estava, ele foi o nosso consultor, modesto... (Nunes Pereira, 1999).

Não obstante, Hasenbalg teria participado no início das discussões em que se considerava a possibilidade da Fundação Ford se envolver diretamente na questão racial brasileira.

An informal one-day meeting at the Foundation's Rio office in 1977 however, did put young Afro-Brazilian students activists and social science researchers together with two foreigner researchers -the present author and Dr. Carlos Hasenbalg- and Ford Foundation staff to discuss possible approaches and modalities for the Foundation to involve itself with Afro-Brazilian Studies, and the cultural and social movement that was developing as more Black Brazilians entered university (Turner, 1982).

A respeito da chegada de Carlos Hasenbalg ao CEEA, um enunciado presente no trabalho de Moutinho (1996:113), afirma que ele era “a única pessoa com compromisso e condição intelectual de peso para atuar nessa área”. Nesta afirmação, longe da ciência, a nova posição ocupada por Hasenbalg e codificada como sendo uma consequência de sua “singularidade absoluta”, isto é, ele é percebido como indivíduo, como um homem singular. Devemos lembrar que o verdadeiro objeto da ciência social não é o indivíduo, a singularidade, “o autor”, embora só seja possível construir o

campo a partir dos indivíduos, no sentido de que a informação necessária para construir o campo aparece ligada a indivíduos e instituições singulares.⁸⁹ A ciência social, constrói os indivíduos como agentes, e estes são socialmente constituídos como ativos e atuantes no campo, devido a que possuem as características necessárias para ser eficientes em dito campo, para produzir efeitos nele.

Carlos Hasenbalg foi contratado porque possuía os três tipos de capital que determinam as posições dos agentes e das instituições em qualquer campo de conhecimento: capital simbólico, capital cultural e/ou acadêmico e capital social. Noutros termos, Hasenbalg tinha um alto grau de prestígio, celebridade ou honra, isto é, contava com o reconhecimento dos diversos agentes do campo, a saber, movimento negro, Fundação Ford, círculo acadêmico carioca das relações de raça no Rio de Janeiro e membros do CEAA. Este reconhecimento devia-se ao fato de Hasenbalg ter produzido uma série de trabalhos que evidenciavam, a partir de dados estatísticos, a subordinação social dos negros na sociedade brasileira, enfatizando a discriminação e o racismo como as causas de dita subordinação. Por outro lado, atribui-se a Hasenbalg o mérito de ter quebrado a hegemonia da interpretação de Florestan Fernandes, em voga na época, sobre as relações raciais no país.⁹⁰

Segundo Hasenbalg, contava com as formas de conhecimento cultural e a competência necessária para agir no campo, isto é, o capital cultural: doutor em sociologia pela Universidade de Berkely, além de uma longa experiência de pesquisa, primeiro como “dependentista”, na década de 60, e logo, a partir dos anos setenta, como estudioso das relações raciais brasileiras. “Naquela época era uma sumidade, no Rio de Janeiro não havia mais ninguém que tivesse o capital de pesquisa dele.”⁹¹

Terceiro, Hasenbalg tinha o capital social, isto é, as relações que tem um indivíduo como agente com outros agentes, isto é, indivíduos, instituições e grupos sociais. Neste sentido, Hasenbalg tinha uma relação duradoura, de longa data com o movimento negro de Rio de Janeiro;

89. Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, *Respuestas. Por una Antropologia Reflexiva*. Mexico, Grijalbo, 1995, p. 70-71.

90. Cf. Augusto Sales dos Santos, *A formação do mercado de trabalho livre em São Paulo: tensões raciais e marginalização social*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1997.

91. Peter Fry, entrevista pessoal, julho de 1999.

tinha sido, segundo Nunes Pereira, assessor do CEEA; era professor do Iuperj, como os membros da comissão de alto nível que Candido Mendes convocou para avaliar o desempenho do Centro.

Por último, Hasenbalg compartilhava com Peter Fry, o assessor da Fundação Ford, não só a amizade, mas também algumas idéias a respeito do que era preciso fazer para contribuir para solucionar o problema das desigualdades raciais no país. A relação entre Hasenbalg e Fry como indivíduos/agentes que produzem efeitos no sub campo acadêmico-político das relações de raça no Rio de Janeiro é enunciada como complementar.

Carlos Hasenbalg o produtor, Peter Fry faiscador, aquele que dá a chama, que acende. Hasenbalg é a luz permanente no foco, Peter Fry as grandes intuições, os *insights* (Nunes Pereira 1999).

Não podemos esquecer que no campo acadêmico, como noutros campos, as posições tomadas são inseparáveis das tomadas de posição, entendido estes últimos como o sistema estruturado das práticas e as expressões dos agentes. Como esperamos provar, a grande tomada de posição de Hasenbalg consistiu em retomar a essência do programa de pesquisa para o negro no Brasil enunciado por Luiz de Aguiar de Costa Pinto, isto é, inserir-se na incipiente “tradição” local, que quase não se constituiu como tal, sobretudo pelo fato da ditadura dos militares ter consignado, na Lei de Segurança Nacional, a proibição da discussão dos problemas raciais de qualquer tipo. “A democracia Racial se tornou dogma intocável, banido do debate público e científico.”⁹²

Também não podemos esquecer que os indivíduos enquanto agentes sociais, isto é, enquanto portadores de capital, e segundo a trajetória e a posição que ocupam no campo tendem a orientar a sua atuação ora para a conservação da correlação de forças no interior do campo, ora para a subversão da dita distribuição.

92. Vide, Abdias do Nascimento. O Negro Revoltado. Uma mensagem do Quilombismo. pg. 31. 1982. O grifo é meu.

Isto não implica que todos os possuidores de uma quantidade reduzida de capital sejam necessariamente revolucionários, ou que todos os possuidores de uma grande quantidade de capital sejam automaticamente conservadores (Bourdieu e Wacquant, 1995).⁹³

É pertinente sublinhar que, como o capital econômico, as outras espécies de capital estão distribuídas de forma desigual entre as classes sociais e os setores dessas classes, e que, embora as diferentes formas de capital sob certas circunstâncias sejam mutuamente conversíveis (por exemplo, a posse de capital acadêmico, pode converter-se em capital econômico, através de um lugar privilegiado no mercado de trabalho), as formas de capital não são redutíveis umas às outras. Posse de capital econômico não implica necessariamente posse de capital cultural ou simbólico e vice versa.⁹⁴

2.1.3. Carlos Hasenbalg: elementos da uma trajetória

Carlos Alfredo Hasenbalg, sociólogo argentino de origem vasco-alemã, nascido na província de Lomas de Zamora da grande Buenos Aires no ano de 1943. Formou-se em Sociologia na Universidade de Buenos Aires em 1965.

Em 1996 ganha um concurso e migra para o Chile, para fazer mestrado na Flacso. No Chile, seu pensamento sociológico adquire uma orientação dependentista apreendida com Cardoso e

93. A tradução e livre é e minha.

94. Lembro-me de uma situação na qual um interlocutor tentava legitimar como “intelectual negro” um jovem estudante que no sistema de categorização racial do senso comum do país seria classificado como mulato. Após ter argumentando, sem convencer, o orador disse que o jovem era um membro pobre de uma “família quatrocentona”. No fundo tratava-se de uma tentativa de alquimia, isto é, de transmutar em virtude acadêmica uma suposta linhagem “aristocrática” ou de classe. Embora este procedimento seja muito comum, é espúrio, e como tal deve ser enunciado como uma forma ilegítima de se legitimar no interior do campo acadêmico. Neste contexto, falando em negros e mulatos, proponho pensar a pertinência metodológica do uso da categoria “novos negros”. Acredito ser importante por duas razões. Em primeira instância, esta categoria diz respeito a um fenômeno de conversão, de construção de uma nova identidade. Estou referindo-me aos não-brancos (pardos e mulatos) que se tornaram negros. Por exemplo, seria importante determinar não as “razões”, mas sim os interesses materiais e simbólicos implicados na “conversão” ou na construção da nova identidade. E, segundo, por acreditar que ao alocar, por “razões políticas”, na categoria “negros” tanto mulatos quanto pretos e pardos, o pesquisador perde a oportunidade de apreender, de capturar diferenças substanciais: por exemplo, estaria apagando a diferença histórica na construção das subjetividades pretas, mulatas e pardas, e as formas comportamentais específicas adotadas em contextos de inter-ação social pelos membros destas categorias, obviamente classe, gênero e instrução ou educação também são fundamentais no momento de capturar estas diferenças.

Faletto na Flacso. Em junho de 1966, o general Juan Carlos Onganía, após golpe militar, toma o poder e a faculdade de sociologia da Universidade de Buenos Aires é desmantelada. Não obstante, os militares não teriam sido o suficientemente competentes para cortar -lhe a bolsa. As mudanças no clima político e acadêmico do seu país o levam a procurar emprego noutros países e, em setembro de 1967, vem para o Brasil, após ter sido recomendado para Candido Mendes, por amigos brasileiros exilados em Chile. Entre 1967 e 1970 trabalha no Iuperj num mega-projeto sobre as elites administrativas no Brasil, neste último ano viaja aos Estados Unidos para fazer o doutorado em Sociologia na Universidade de Califórnia. Em 1971, fez um curso sobre relações raciais com Robert Blauner, seu futuro orientador e autor de *Racial Opression in America* (1972). Segundo Hasenbalg (1999), é a partir desse curso com Blauner e pelo clima político no Estados Unidos que surgiu o seu interesse pelo tema das relações raciais.

Fue en 1971 que hice un curso con que fue mi orientador, a partir de ahí surgio mi interés académico por el tema. En parte también por la efervescencia política em general, el movimiento estudiantil contra la guerra del Vietnam e también la campaña por los derechos civiles, el movimiento negro norte americano... En Berkely las panteras negras circulavan por toda la universidad. Yo creo que eso llamó mi atención, el contraste entre los Estados Unidos donde el problema racial estaba candente, con visibilidad política e aquí, en el Brasil donde no habia nada parecido (Carlos Hasenbalg, 1999).

Antes de voltar ao Brasil no final de 1972, Hasenbalg deixa formalizada a sua proposta de tese de doutoramento. No Brasil, se reintegra ao trabalho no Iuperj, e desenvolve o seu projeto de pesquisa. Em 1978, defende na Universidade de Califórnia em Berkely a sua tese de doutorado intitulada *Race relations in post-abolition Brazil: the smooth preservation of racial inequalities*. No ano seguinte a tese é traduzida e publicada no Brasil sob o nome de *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979).

Recibi una invitación para publicar la tesis y acepte con cierto recelo. Porque era el gobierno de los militares, era el gobierno de Geisel, salió el libro e no acontecio nada, no hubo ningún problema político con la publicación del libro que trataba de un tema, que durante todo ese período

del gobierno de los militares era un poco... No hubo problemas, el libro fue publicado y tuvo un cierto impacto (Hasenbalg, 1999).

Por aquela época, Hasenbalg mantinha uma relação próxima com o movimento negro de Rio de Janeiro, relação que terminaria em 1986, quando ele assume a direção da ala afro-brasileira do Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Nós primórdios da década de 1980 conhece Nelson do Valle Silva com quem trabalhara no CEAA até 1996, na pesquisa sobre relações raciais e na formação e/ou treinamento de pesquisadores negros. Parte dos frutos desse encontro entre Hasenbalg e Silva, são uma série de artigos e dois livros sobre a questão das desigualdades raciais no Brasil.

2.1.4. Hasenbalg assume, ordem na casa

Uma vez tomada a decisão de que o CEAA deveria se voltar para a produção acadêmica, Hasenbalg assumiu, com certo receio, a vice-direção da instituição em 1986⁹⁵, e convidou Nelson do Valle Silva como consultor. Os dois trabalhariam no Centro até 1996, ano em que Livio Sansone “substitui” Hasenbalg.

Yo tenia un cierto miedo, um poco de recelo porque de África yo no sabia mucho y de Asia yo no sabia nada. Y el nombre do centro era Centro de Estudios Afro-Asiáticos (Hasenbalg, 1999)

Segundo o novo vice-diretor do CEAA, ele iniciou imediatamente as negociações com o representante interino da Fundação Ford para renovar o convênio e pedir novos recursos. Nas discussões implícitas no processo de negociação, Hasenbalg e Fry teriam determinado os novos projetos a serem desenvolvidos pelo Centro:

Digamos que com Peter Fry no habia mucha diferencia de opinión, fue una cosa de afinidad electiva, o digamos de mútua conveniencia, Ok (Hasenbalg, 1999).

95. Entrevista pessoal, julho de 1999.

A nova estratégia de intervenção orquestrada pelo CEAA e a Fundação Ford ou por Carlos Hasenbalg e Peter Fry foi focalizada na ala afro-brasileira do Centro. Quatro teriam sido os elementos dessa nova estratégia de intervenção.

Primeiro, treinamento de um pequeno número de pesquisadores não-brancos e pesquisas contratadas. Segundo, fortalecimento e ampliação do centro de documentação e da biblioteca; neste sentido além da ênfase na aquisição de livros sobre temas afro-brasileiros, pretendia-se, com o apoio do Ministério da Cultura, ampliar com fotocópias a coleção de artigos publicados em revistas sobre o negro e a questão racial no país. Além disso, dar continuidade ao acervo do banco de teses com trabalhos inéditos sobre os temas afro-brasileiros. Terceiro, criação de dois concursos nacionais com recursos financeiros da Fundação Ford para estimular as pesquisas sobre temas afro-brasileiros, isto é, implementar um concurso de monografias aberto a estudantes de graduação em Ciências Sociais, Sociologia, História, Comunicação e Letras, e um concurso de auxílio a pesquisa destinado a financiar projetos, orientados ou não, para a realização de teses de mestrado e doutorado, incluindo a Antropologia e a Ciência Política.

A respeito do programa de formação de pesquisadores negros ou de *“formação de quadros de jovens cientistas sociais negros”*⁹⁶, vale a pena assinalar que eram principalmente “recrutados” no IFCS/UFRJ. Do IFCS por três razões: a primeira, porque neste instituto também teriam criado um laboratório de pesquisa social, com o apoio da Fundação Rockefeller segundo Bourdieu e Wacquant (1998); a segunda, porque nesta época, estava aumentando o número de alunos negros nesse instituto; e a terceira, porque existia um contato pessoal entre Peter Fry, Hasenbalg e do Valle Silva com os professores do IFCS, especialmente Yvonne Maggie. *“Entonces, hubo una especie de conexión informal, y creo que el IFCS fue el lugar donde mas reclutamos estos jovenes pesquisadores iniciantes.”*⁹⁷

96. O grifo é meu e a expressão de Hasenbalg. Entrevista pessoal, julho de 1999.

97. Carlos Hasenbalg, entrevista pessoal, julho de 1999.

Algumas das pessoas entrevistadas para esta pesquisa acrescentaram um quarto elemento ao programa de intervenção CEEA- Fundação Ford, a saber, o fortalecimento da área de publicações -este último envolveria a revista que aqui nos ocupa- bem como um cadastro da produção intelectual sobre escravidão e relações raciais do período 1970 -1990, publicado pelo Centro em 1991.⁹⁸

Vale a pena assinalar que em 1986 e 1987 Peter Fry enquanto representante da Fundação Ford, induziu um par de reuniões (no CEEA e na UNICAMP) e a formação de um grupo de estudos para implementar a docência e a pesquisa na área dos *estudos afro-brasileiros* no país. O grupo de estudos em questão estava formado por membros da “comunidade acadêmica da área”, isto é, professores e pesquisadores de alguns dos centros de produção de conhecimento mais importantes do país, a saber, Carlos Hasenbalg e Jose Maria Nunes Pereira (CEEA), Nelson do Valle Silva (LCC do CNPq), Tereza Cristina Nascimento Araújo (IBGE), Beatriz Góis Dantas (UFS), Yvonne Maggie (UFRJ), Nancy Naro (UFF), Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMa), Moema de Poli Teixeira Pacheco (MN), Peter Fry (Fundação Ford), Robert Slenes, Célia Maria Azevedo, Silvia Hunold Lara, Leila Mezan Algrante, Mariza Corrêa, Peter Eisenberg e Lília Schwarcz (UNICAMP), Luiz Felipe de Alencastro (UNICAMP/CEBRAP), Zezito de Araujo, Manuela Carneiro da Cunha e Nelson Pereira dos Santos (USP), João José Reis (UFBa), e Cleber da Silva (UFES), entre outros. Como resultado dessas reuniões de estudo saiu o Programa de Graduação sobre Negro no Brasil. Esse programa estava formado por 14 módulos temáticos, cada um deles tinha um ou vários responsáveis. O interessante desse programa é que contém um recorte temático histórico-transdisciplinar sobre os estudos afro-brasileiros: escravidão na África, Tráfico, Escravidão, Quilombos e outras formas de luta, Transição, Família negra, Identidade e cor, Estratificação racial, Religião e cultura, Teorias raciais, Movimentos sociais negros, Linguagem, Comunidades rurais negras, África do Sul.⁹⁹ Note-se que no recorte temático implícito neste programa não aparece por nenhum lado o tema “Relações raciais e desigualdade”, não obstante hoje

98. Luiz Claudio Barcelos, Olivia maria Gomes da Cunha e Tereza Crsitina nascimento Araujo, Escravidão e relações raciais no Brasil: Cadastro da produção intelectual (1970-1990). Rio de Janeiro, Centro de estudos Afro-Asiáticos, 1991.

99. Robert Slenes, Elaboração de um programa de graduação em estudos afro-brasileiros Relatório final, manuscrito, 1987.

falarmos do tema das “relações raciais e desigualdade”, e inclusive, às vezes, afirmarmos a existência de uma “área de estudos das relações raciais”, ou simplesmente a expressão “relações raciais” aparece como um sinônimo de estudos afro-brasileiros.¹⁰⁰

O que é, afinal de contas relações raciais? Então, é importante determinar quais pressupostos ético-políticos implícitos tanto neste recorte temático quanto no recorte do “cadastro” publicado pelo CEAA. Quais os sentidos desses recortes? Qual a pertinência teórico-política dos recortes propostos? A minha impressão inicial é que “relações raciais” é fundamentalmente um tipo específico de enfoque teórico-metodológico, isto é, uma certa forma de “encarar” o objeto de estudo.

Ao se noticiar em *EAA* N°13 de 1987 as mudanças acontecidas na instituição, afirmou-se a premissa que justificava a nova intervenção voltada para a produção de conhecimento acadêmico nos estudos afro-brasileiros. Argumentou-se que, após uma rápida inspeção da literatura existente, foram constatadas “sérias lacunas no conhecimento sobre a participação do negro na estrutura social e sobre outros aspectos gerais das relações raciais no Brasil de hoje.” Para reverter parcialmente esta situação, o novo programa de intervenção CEAA-Fundação Ford a ser executado propor-se-ia a contratar pesquisas com especialistas de alta qualificação acadêmica e obra reconhecida nessa área de estudo.

Pretende[u]-se, por esse caminho, gerar um volume de conhecimentos sobre o negro e as relações raciais de impacto acadêmico e social... (*EAA* N°13, 115).

Dois seriam os temas privilegiados do conhecimento a ser produzido. No primeiro a sociologia seria a disciplina encarregada de realizar tal empreendimento, e os projetos em execução estariam baseados nas estatísticas recentes do IBGE, que abordam dimensões sociais, econômicas e demográficas dos grupos raciais.¹⁰¹ Especialmente seriam focalizadas as diferenças raciais de

100. É importante assinalar que os documentos relativos à reunião financiada pela Fundação Ford na UNICAMP, falam em *Afro-Brazilian Studies* ou *Estudos Afro-Brasileiros*.

101. CEAA, “Novas prioridades” in *EAA* N° 13, p. 115.

acesso ao sistema de ensino formal e a demografia dos grupos raciais (comportamento reprodutivo e diferenças de natalidade e mortalidade; nupcialidade inter-racial; padrões de endogamia racial; projeção de crescimento dos grupos raciais). Isto é, um trabalho feito sob medida para Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva.

Um segundo tema do programa de produção acadêmica, focalizado nas pesquisas contratadas referir-se-ia à produção cultural, especialmente a literatura de ficção; neste contexto, anunciava-se a realização de um projeto em andamento com o objetivo de oferecer um panorama da literatura negra brasileira contemporânea.¹⁰²

Em relação à ala afro-asiática, informou-se, laconicamente, que a ela estavam dedicadas duas vertentes de atuação. Uma diretamente relacionada com a elaboração das teses de pós-graduação dos seus pesquisadores (dois da área africana e um da área asiática), e outra, voltada para projetos de pesquisa aplicada ligados a demandas de organismos governamentais nacionais (Finep e CNPq) e para intensificar o trabalho de campo em países africanos e árabes.

Não deixa de chamar a atenção a quantidade -supondo que se possa quantificar- de poder acumulada por Hasenbalg na nova posição tomada, que implicou uma série de tomadas de posição. Controle sobre os concursos de monografia e de dotações para pesquisa, controle sobre o órgão de divulgação do Centro, controle sobre as pesquisas a serem contratadas e sobre os pesquisadores a serem contratados; e, por último, o poder para decidir quais as carreiras acadêmicas de pesquisadores/as negros, não-brancos ou talvez “novos negros”, a serem dinamizadas.

Impossível não lembrar aqui o trabalho de Angela Gillian (1997), no qual esta autora afro-americana afirma a existência no país de pesquisadores, de “«peritos» institucionais em matéria da vida de negros”, os quais estariam controlando a entrada dos estudantes negros na academia.

Estes porteiros da academia agarram-se firmemente ao poder, o que faz com que os negros continuem à margem da possibilidade de produzir

102. *Ibidem.*

análises alternativas da sociedade brasileira. O problema com que muitos estudantes negros se deparam quando tentam ligar às suas análises com o ativismo político tem de ser relacionado com a falta de esforço da parte da elite de especialistas em matéria de raça — os «negrólogos» — em estimular análises alternativas, que ameaçariam o seu papel de guardiões (Gilliam, 1997:94).

É curioso que Livio Sansone (1998:775), que, segundo Gilliam (1997:91-95), faz parte dessa categoria, argumente em favor da necessidade de democratizar as relações entre aqueles que pretendem ser -ou ao menos assim o deixam entender- os dinamizadores dos processos dos afro-descendentes no Brasil, quando introduz no debate a noção de “universalismo guiado”. O “universalismo guiado” constitui a proposta desse autor para reverter o quadro de discriminação racial no Brasil. Antes que apelar para uma etnicização ou racialização das relações raciais para produzir “ação afirmativa” como condição *sine qua non* da promoção efetiva da mobilidade social de negros e mestiços no país, com o “universalismo guiado” estar-se-ia advogando por políticas públicas universalistas estratégicas, “medidas locais, regionais, para determinadas camadas sociais”. O apoio individual de brancos em posições de poder faria parte dessa estratégia.

Para a minoria de negros em condição de ascensão social, esse tipo de universalismo deve prever a democratização das informações e dos contatos que facilitam o acesso a determinados trabalhos ou estudos melhores. Trata-se de despersonalizar esses contatos (Sansone, 1998:775).

2.1.5. Treze anos depois

O que aconteceu com a chegada de Carlos Hasenbalg ao CEAA?

Algumas pessoas perderam espaço, outras obviamente ganharam, outras tiveram que procurar novas fontes de renda, foi muito duro... (Pedro Franco, 1999).

O primeiro que temos de dizer é que as modificações internas ocorridas no CEAA pela redefinição dos objetivos do programa de intervenção criaram muitos ressentimentos “até hoje”, geraram “constrangimentos” para muitos dos envolvidos e, segundo que, para alguns dos

entrevistados é difícil falar do assunto, pelo sofrimento implicado na questão. Tratar do tema é para alguns como abrir uma ferida, mas como em toda ferida subsiste uma força curativa é preciso abordar o assunto, ir em frente.

Sabemos pelos depoimentos dos meus entrevistados e pelo trabalho de Moutinho (1996) que desde o primeiro momento o programa de intervenção orquestrado visava uma produção acadêmica alternativa à oficial, que era considerada muito “poluída” pelo mito da democracia racial. Neste contexto a estratégia que informa o programa da intervenção lança mão (“investiu-se” em) de militantes negros “com alguma vivência acadêmica”, que se classificavam como intelectuais. Estes eram os militantes que estavam no CEAA no momento da chegada de Hasenbalg. Aqui é preciso lembrar que, segundo Nunes Pereira¹⁰³, o Centro teria sido concebido como a infra estrutura do movimento negro no Rio de Janeiro. Mas para outros, que pediram para ser protegidos pelo pesquisador, “o CEAA era uma espécie de lugar por onde circulavam umas pessoas que “se definiam” como lideranças do movimento negro no Rio de Janeiro”.¹⁰⁴ Entre o grupo de pessoas negras e brancas, que saíram do Centro com a implantação do novo programa, encontravam-se alguns desses militantes.

Para algumas das pessoas envolvidas nos acontecimentos, próximas ao ponto de vista dos militantes, Carlos Hasenbalg teria “quebrado” a relação entre o CEAA e a comunidade negra de Rio de Janeiro.

103. Entrevista pessoal, julho de 1999.

104. O grifo é meu. Com ele quero chamar a atenção para o juízo de valor, “se definiam”, porque a argumentação dos entrevistados coloca em questão a legitimidade da liderança dessas pessoas ao enfatizar a identidade interna ou a autodefinição/autopercepção. “Se definiam” neste contexto pode ser lido e deve ser lido como “se pretendiam”, esse o sentido que se quer transmitir. E é aqui mesmo que é lícito se perguntar quem define se essas pessoas eram ou não porta-vozes legítimos da “comunidade negra” de Rio de Janeiro. É qual a legitimidade de quem define a legitimidade. Por outro lado, é pertinente perguntar pelo sentido, que não é outra coisa que os interesses materiais e simbólicos implicados no exercício de definir quem é quem, isto é, de construir as identidades das pessoas. Neste contexto, penso sobretudo no sentido da construção das identidades dicotômicas e polarizantes intelectuais militantes vs acadêmicos pesquisadores. As mesmas perguntas podem ser feitas a respeito da construção de determinados tipos de afro-descendentes, como “militantes de carterinha”, “negros problemáticos” ou “complicados”. Para evitar pensar a questão (que também tem um sentido implícito, dir-se-á que essas expressões fazem parte de vocabulário cotidiano, da linguagem comum. Mas é precisamente isso que estamos obrigados a pensar.

Ele obrigou a mudar totalmente a linha que estava sendo implementada, isto é, a questão racial em conjunto com a comunidade. Ele fez uma limpeza, e obrigou a instituição a se voltar mais para o lado acadêmico. Então nós tivemos que demitir todo mundo, exceto os pesquisadores que tinham mestrado, J. Jorge Siqueira, Luis Frangoso e Manolo Florentino [...] Essa é a minha leitura pessoal, todos os intelectuais militantes tiveram que ir embora, Paulo Roberto dos Santos, Ari Araújo, um pesquisador da área religiosa, Joel Rufino dos Santos foi embora,... Helena Theodoro foi embora, a alegação era que o diploma que ela tinha de doutorado não tinha valor, ela fez filosofia na [Universidade] Gama Filho. Carlos Hasenbalg com o compromisso de formar uma equipe de pesquisadores negros. Contratou então Luiz Cláudio Barcelos, Olívia Gomes, Denise Ferreira da Silva e uma outra Olívia. E logo no início se desentendeu com J. Jorge Siqueira, que já tinha mestrado, com Frangoso que já tinha mestrado e estava entrando no doutorado, e demitiu a Manolo Florentino, e se fechou com aquela equipe... (Jacques d' Adesky, 1999).

Para Nunes Pereira, a nova estratégia de intervenção da Fundação Ford a se realizar desde o CEAA teria desequilibrado o mesmo em favor da ala afro-brasileira:

A Ford desequilibra a nossa instituição, quando ela traz recursos para uma área, todos nós vamos trabalhar naquela área e abandonamos a outra. Por exemplo, no tempo de Hasenbalg, todos os recursos foram para a área da questão racial desde o ponto de vista acadêmico, por outro lado, a África [a ala africana] ficou abandonada, nós tivemos que sair para a rua, pegar Finep, eu e d'Adesky, para não deixar morrer o setor africano (Nunes Pereira, 1999).

Para quem na época era assessor interino da Fundação Ford, Peter Fry¹⁰⁵, tudo se reduziria a uma tentativa da agência norte-americana de mostrar a sua preocupação com o tema das desigualdades raciais no país, através do apoio àquelas pessoas que queriam aprofundar a pesquisa temática. Ao mesmo tempo, acreditava-se que as grandes fundações podiam contribuir para um debate mais rico, mais fundamentado, mais inteligente no Brasil. Teria sido “uma aposta na inteligência alheia, um financiamento em educação e pesquisa, que são imprevisíveis”.

Tratar-se-ia de dar “um salto” quantitativo e qualitativo nas pessoas, uma aposta numa nova geração, uma pequena *affirmative action*, partindo da premissa de que “não havia negro na universidade brasileira”. O modelo para essa “aposta acadêmica” teria sido a Fundação Carlos

105. Peter Fry, entrevista pessoal, julho de 1999.

Chagas de São Paulo que trabalha com gênero e que até hoje teria sido a instituição na qual os programas da Fundação Ford teriam tido maior sucesso. Por outro lado, Fry reconhece as dificuldades concomitantes à implantação do programa e as suas dúvidas sobre o sucesso da estratégia:

A mudança foi essa, uma aposta acadêmica, mais nada. Pode ser que a história vai dizer que foi um erro [...] Foi muito difícil, é muito difícil trabalhar numa Fundação quando você faz parte da sociedade sobre a qual atua sobretudo, porque às vezes você tem que tomar decisões que criam dificuldades pessoais. [...] Talvez teria sido mais fácil não ter feito nada (Peter Fry, 1999).

Com uma premissa concordam todos os entrevistados, a saber, que as mudanças no CEAA mudaram o perfil do mesmo no sentido de ter ficado menos movimento e mais acadêmico, Moutinho (1996:107) fala do “velho afro’ militante e do ‘novo afro’ acadêmico”. A mesma autora conclui respeito das relações constituídas no Rio de Janeiro entre a Fundação Ford, alguns setores acadêmicos das relações raciais e o movimento negro, na década de 80, que o mecenato negrófilo da agência norte-americana, ao criar o programa em questão para beneficiar alguns negros, teria terminado consolidando as carreiras de alguns acadêmicos brancos “pioneiros” na antropologia e na sociologia das relações raciais no país:

...por intencionar investir na criação de programas que abrissem oportunidades aos grupos tradicionalmente excluídos das **instituições formais** da sociedade, a Fundação acabou apoiando um outro grupo, em sua maioria brancos, auto-definidos como intelectuais e acadêmicos, cujas trajetórias seguiam os padrões clássicos da chamada vida acadêmica, [...] empregados como professores seja nas universidades públicas, seja nos principais centros de pós-graduação do país (Moutinho, 1996: 118-9).

Infelizmente a nossa autora não se detém para explorar a tese do pioneirismo nos estudos das relações de raça no país nas décadas de 70 e 80. Só acrescento duas coisas a respeito. A primeira, que após uma rápida inspeção nos trabalhos de cunho antropológico referidos ao negro no país, que abordam as desigualdades raciais em função da sociedade de classe e não com origem no escravismo, não constatamos trabalhos relevantes, a ponto de poderem ser definidos como

pioneiros, inclusive o próprio Hasenbalg¹⁰⁶ concorda em que a antropologia não tem abordado o tema das relações raciais. Em relação aos estudos de sociológicos, antes de afirmar ou negar qualquer pioneirismo precisar-se-ia inspecionar os estudos realizados nas décadas de 50 e 60, fundamentalmente aqueles que fazem parte do projeto UNESCO.

Voltando às mudanças acontecidas no Centro em 1985-1986, Peter Fry coloca em questão a dicotomia militante/acadêmico que estaria informando a atuação do CEAA nos dois períodos, no sentido de acreditar que produzir conhecimento estratégico também é uma forma de ativismo político.

Eu sempre achava que [o Centro] era também movimento, eu achava que qualquer movimento inteligente precisava de gente que pensasse. Mudo um pouco a perspectiva porque a avaliação não era mais em termos puramente de eficácia política, e muito mais em termos da produção de conhecimento (Peter Fry, 1999).

2.1.6. Hasenbalg se coloca

Para o novo vice-diretor do CEAA, a condição para a realização do novo programa de intervenção, era formar uma nova equipe sob seu comando. Esta seria a explicação para que nessa época algumas pessoas da equipe velha terem saído da instituição, tanto negros quanto brancos.

Salio el equipo viejo y entro el que yo llame. Yo monte mi equipo, mis pesquisadores. Intente trabajar por un tiempo con el equipo anterior, pero no habia forma. Permanecieron algunos, Jacques d'Adesky permanecio, al igual que Juarez Coqueiro, después terminaron saliendo por razones propias. O afro-asiático era de alguna forma un lugar de circulación del movimiento negro em Rio, y tuve ese problema, de que si yo queria viabilizar mi programa tenia que deshacerme del equipo viejo y eso, puede haber provocado algun resentimiento (Hasenbalg, 1999).

A raiz dessas mudanças na equipe de trabalho do CEAA teriam se esfriado as relações que datavam de 1976 entre o novo vice-diretor e o movimento negro do Rio de Janeiro; as relações com

106. Entrevista pessoal, julho de 1999.

o movimento negro de outras partes do país, principalmente de São Paulo e da Bahia teriam permanecido muito cordiais. O esfriamento e o tensionamento das relações é atribuído a “uma espécie de preconceito anti-acadêmico” do próprio movimento de Rio de Janeiro.

Al movimiento no le gustaba que yo hubiese dado una cara mas académica al Centro, que tratara de formar cabezas negras no en la militancia, sino en la militancia académica y no en la militancia del movimiento (Hasenbalg, 1999).

A “militância acadêmica” estaria expressada no fato de que a nova linha de pesquisa a ser implementada no centro continuava comprometida na luta contra o racismo no Brasil, no sentido de oferecer os dados pertinentes para a argumentação do movimento negro. Tratava-se de municiar a ação da militância. A respeito Nunes Pereira sublinha a importância do modelo de pesquisa sociológico que estava sendo implantado no CEAA, cujo sentido teria sido oferecer argumento fortes aos ativistas anti-racistas:

Para você discutir com um branco de esquerda e convencê-lo da questão racial você tem que lançar mão do número, o número tem a mágica, ele [o branco de esquerda] respeita a estatística acadêmica (Nunes Pereira, 1999).

Em relação à “aposta” na formação de “quadros” de pesquisadores negros interessados em fazer carreira acadêmica, para Hasenbalg era de vital importância quebrar o monopólio dos investigadores brancos nos temas afro-brasileiros ou das relações raciais, já que quando ele começou a pesquisar sobre o tema era uma raridade encontrar negros estudiosos dessas questões.

Yo creo que ahora existe una nueva generación de negros que se estan formando como científicos sociales, cosa que en aquel momento no era visible, no existia. Yo creo que ahora hay un nuevo actor, en este panorama de las relaciones raciales en Brasil, que son los formados por la universidad que tienen una calificación académica para trabajar en el tema. Cuando yo comence en los años 70 e 80, el tema de las relaciones raciales era tema de investigadores blancos, era monopólio de investigadores blancos y fue una cosa que yo traté de cambiar (Hasenbalg, 1999).

Hoje a criação de pesquisadores negros profissionais do estudo sobre o negro e de alunos negros que se interessam pelo tema estaria adquirindo características de um movimento que se estende a outras partes do país, particularmente a São Paulo e a Salvador.

Por outro lado, tratar-se-ia de quebrar um outro monopólio, desta vez o monopólio discursivo do movimento negro, mas deixemos que Hasenbalg se exprima.

Ahora los militantes negros, el movimiento no es mas detentor del monopólio de la palabra, no pueden ser mas los monopolistas y portavoces de la comunidad negra como el movimiento habla, porque ahora hay un nuevo actor (Hasenbalg, 1999).

Em síntese, agora não seriam mais nem os cientistas sociais brancos, como o próprio Hasenbalg, nem os militantes do movimento negro, os agentes discursivos em torno da questão racial no Brasil.

Hasenbalg¹⁰⁷ afirmava desconhecer como *o movimento dialoga* com essa nova geração de negros que estudam ciências sociais. Mas também é lícito inverter os termos dessa questão e indagar como essa nova geração de pesquisadores *negros* está dialogando com o movimento negro e/ou com a suposta comunidade de origem, com a “comunidade negra”. E quais as tentativas realizadas nessa direção?. Outra pergunta a responder é se a nova nova geração de pesquisadores negros, de profissionais do negro, criada deliberadamente, isto é, planejada, foi formada para o exercício da crítica e para estabelecer o diálogo com o chamado movimento negro e as suas comunidades de origem.

Neste contexto passa pela minha mente a afirmação de Fernando Rosa Ribeiro (1997: 84) divulgada na revista *EAA* N°31, segundo a qual academia e sociedade no Brasil estariam agindo juntos para anular o movimento negro.

Uma das conseqüências mais palpáveis dessa (re)construção [da nacionalidade brasileira] é a necessidade de neutralizar o movimento negro, [...] Essa neutralização —na qual academia e sociedade estão, por assim dizer, de mão dadas no Brasil —dá-se através da desconstrução do

107. Carlos Hassenbalg, entrevista pessoal, julho de 1999. O grifo é meu.

discurso norte-americano por um lado, e da construção da especificidade e diferença do discurso brasileiro, por outro. Essa neutralização tem consequências, a mais óbvia das quais é que aos negros sequer se lhes dá o espaço para falar abertamente sobre a sua discriminação. (Ribeiro, 1997: 84).

Também me pergunto como a nova geração de acadêmicos negros participa desse processo de “neutralização” do movimento negro assinalado por Ribeiro e qual o sentido dessa participação, isto é, quais os interesses materiais e simbólicos implicados na política dessa neutralização.

Por último, em relação ao desequilíbrio gerado pela Fundação Ford, pelo fato de destinar todos os recursos financeiros para a ala afro-brasileira do CEAA, enunciado por Nunes Pereira, Hasenbalg afirma a liberdade dos membros da ala africana para obter recursos.

Los recursos que yo conseguia de la Fundación Ford y de otros lugares eran para trabajar en mi programa, pero yo en ningún momento impedi o castre la posibilidad de que los africanistas conseguisen sus recursos. jamas coarte la libertad de ellos de captar recursos (Hasenbalg, 1999).

O leitor deverá estar se perguntando o por quê deste relato sobre as mudanças ocorridas no CEAA. A nossa justificativa é que essas mudanças também permearam a revista, a sua qualidade, a sua função na área de estudos das relações raciais, os temas a serem publicados, etc. Em síntese, se queremos “entender” a revista *EAA* e determinar alguns elementos chaves para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil, precisamos abordar estas mudanças.

2.2. Segunda etapa 1986-1997

O primeiro número da revista *EAA* editado no contexto do novo programa de intervenção, sob a direção de Carlos Hasenbalg foi o número 12 de 1986. Neste número se começa a perfilar o que seria a publicação do CEAA até 1998, isto é, uma publicação voltada a divulgar as questões afro-brasileiras a partir de uma determinada perspectiva. Neste primeiro número dos *EAA*, editado no período Hasenbalg do CEAA, encontramos os únicos três textos que publicariam na revista os *militantes intelectuais negros* vinculados ao CEAA, Helena Theodoro Lopes, Ari Araújo e José

Jorge Siqueira. Por outro lado, este pode ser considerado um número de transição, no sentido de que nele ainda não aparece consolidado o poder de Hasenbalg sobre o Centro e a revista, prova disto é o fato de que o “editor executivo” do volume foi José Jorge Siqueira.

No período em questão a revista teria tido dois editores: Nunes Pereira e Carlos A Hasenbalg. Com efeito, como mencionamos antes, Nunes Pereira aparece enunciado no verso da folha de rosto da publicação como o único editor da mesma no período compreendido entre 1983 e 1991, isto é do volume N° 8/9 ao N° 21. A partir do volume N°22 de 1991 e até o N° 32 de 1997, são enunciados como os co-editores da publicação Carlos Hasenbalg e Nunes Pereira. Mas as coisas não são sempre como parecem, porque, desde 1986 (N°12) até 1996 (N°29), ano da saída de Carlos Hasenbalg do CEAA, a revista *EAA* esteve sob o comando quase absoluto deste último. O fato do nome de Nunes Pereira ainda continuar aparecendo no verso da folha de rosto da revista como co-editor é uma espécie de reconhecimento pelo labor desempenhado tanto na história do CEAA quanto em *EAA*.

Quien tenia el control sobre los recursos de la revista era yo. Quien era el vice-diretor del centro era yo. Yo mismo coordinaba las reuniones del consejo editorial. Quien de facto editaba la revista era quien te habla, e como la revista habia mejorado, estaba buena, no habia mucho que él pudiese hacer (Hasenbalg, 1999).

Com Hasenbalg aconteceu depois uma situação similar, no sentido de ele ter-se desvinculado do CEAA em 1996, e continuar aparecendo como co-editor até volume N° 33, correspondente ao ano de 1998. A justificativa desta situação estaria no fato de Hasenbalg ser o responsável da revista frente aos financiadores nacionais, frente ao Programa de Apoio a Publicações Científicas MCT-CNPq-FINEP. Argumenta-se que Hasenbalg estaria emprestando o seu nome ao Centro para continuar recebendo a verba das financiadoras nacionais, pelo fato de não haver entre os membros do *staff* da revista nenhuma pessoa com o prestígio e o capital acadêmico dele, os quais seriam a condição *sine qua non* para receber a dita verba.

Em relação ao conselho editorial e consultivo, no volume N° 13 de 1987, o segundo número publicado na administração Hasenbalg, aparece pela primeira vez enunciado na revista um conselho

editorial depois de quatro anos de ausência. Faziam parte desse conselho as seguintes pessoas: Candido Mendes, diretor do *CEAA*; Carlos Hasenbalg, vice-diretor do *CEAA*; Denise Ferreira da Silva, mestranda do IFCS/UFRJ e pesquisadora do *CEAA*; Jacques d' Adesky, pesquisador e ex-vice-diretor do *CEAA*; José Maria Nunes Pereira, editor dos *EAA* e pesquisador do *CEAA*; Juarez Pinheiro Coqueiro, pesquisador do *CEAA*; Nelson do Valle Silva, professor do Iuperj e assessor do *CEAA*; Tereza Cristina Nascimento Araújo, pesquisadora do IBGE; Yvonne Maggie, professora do IFCS/UFRJ.

Como é possível observar, o conselho editorial de *EAA* estava basicamente formado por pesquisadores que trabalhavam no *CEAA*, tanto na ala afro-asiática quanto na afro-brasileira e por algumas outras pessoas que não pertenciam ao Centro, mas que eram próximas ao mesmo. Pelo conselho editorial da revista desfilaram 31 pessoas nos últimos 12 anos. Hoje, no volume Nº 33, ele aparece formado por 19 pessoas, entre as quais se destacam quatro, pelo fato de fazerem parte do mesmo desde 1987: Candido Mendes, Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e Yvonne Maggie. Olivia Maria Gomes da Cunha faz parte do mesmo desde 88. Em relação à função desempenhada por este conselho na definição da política editorial ou de publicação da revista, tanto Hasenbalg (1999) quanto Nunes Pereira (1999) afirmaram que a função do conselho editorial teria sido se reunir duas ou três vezes por ano para decidir o conteúdo das matérias a serem publicadas em cada número da revista. "Não era uma coisa formal embora tivesse um certo ritual, as pessoas liam os trabalhos e opinavam."¹⁰⁸ Não obstante a existência do conselho editorial, das reuniões para decidir o conteúdo dos artigos a serem publicados e do eventual uso de pareceristas, o poder estaria concentrado no editor.

Posso estar enganado, mas eu acho que muito poder fica na mão do editor, quem escolhe os pareceristas. Teria que ser assim, mas talvez os conselhos editoriais poderiam ter um papel mais importante na definição de rumo, se é que precisa de direção, se é para induzir alguma coisa ou se não é, se é para servir apenas de balcão a artigos que vem, se é para publicar algum assunto, mas isso não acontece (Pedro Franco, 1999).

108. Nelson do Valle Silva, entrevista pessoal, julho de 1999.

As seguintes pessoas fazem ou fizeram parte do conselho editorial da revista *EAA*. Em 1987, o conselho editorial da revista era formado por Candido Mendes, Carlos Hasenbalg, Denise Ferreira da Silva, Jacques d'Adesky, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Nelson do Valle Silva, Tereza Cristina Nascimento Araújo, Yvonne Maggie. Em 1988, aos anteriores somar-se-iam Luiz Claudio Barcelos, Olivia Maria Rodrigues Brandão, Olivia Maria dos Santos Gomes, Ernani Teixeira Torres Filho, Charles Pessanha, Giralda Seyferth, Kabengele Munanga, Ronaldo Vainfas e, em 1992, Marta Aimée Rangel Baptista, Severino Bezerra Cabral Filho; neste mesmo ano sairia Jacques d'Adesky. Em 1993, entrariam Beluce Bellucci, Caetana Damasceno, Colin Darch. Em 1994, ingressaram Edson Borges, Marcia Lima, Marcelo Bittencourt, Marcos Geisteira, Peter Fry, Roquinaldo A. Ferreira; neste mesmo ano saíram do grupo Colin Darch, Denise Ferreira da Silva, Juarez Pinheiro Coqueiro, Tereza Cristina Nascimento Araújo, Luiz Claudio Barcelos, Olivia Maria Rodrigues Brandão, Ernani Teixeira Torres Filho, Marta Aimée Rangel Baptista, Severino Bezerra Cabral Filho. Em 1996, entrariam em cena Fernando Rosa Ribeiro e Livio Sansone. E, por último, em 1997, apareceria fazendo parte deste conselho editorial Jocélio Telhes, -que deixaria de aparecer no mesmo em 1998.

O conselho consultivo está formado por nomes de pessoas importantes nas áreas dos estudos que são publicados na revista, isto é, estudos afro-brasileiros, relações raciais, África e em menor grau, Ásia. Desde 1987 este conselho é conformado por Beatriz Góes Dantas, Carlos Moreira Henrique Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clovis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Manuela Carneiro da Cunha, Mariza Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta, Robert W. Slenes. Em 1990, Luísa Lobo começou a fazer parte do mesmo e em 1994 se integraram ao grupo Colin Darch, Ernani Teixeira Torres Filho, Severino Becerra Cabral Filho e Tereza Cristina Nascimento Araújo.

O conselho consultivo da revista *EAA* tem sido meramente figurativo, no sentido da pouca solicitação que tiveram as pessoas que o conformaram durante os últimos doze anos, para por exemplo pedir pareceres sobre artigos que chegam à revista.

Fue usado poco para pedir pareceres sobre artículos a ser publicados; sólo en caso dos artículos sobre los cuales el Consejo Editorial tenía dudas e não conseguia decidirse (Hasenbalg, 1999).

Atualmente os encarregados da revista *EAA* estariam tratando de implantar o sistema de pareceristas e *referees*. Para isso, estão acudindo mais aos membros do conselho consultivo ou a outros acadêmicos que não sejam membros de nenhum dos dois conselhos.¹⁰⁹

Tanto o conselho editorial quanto o conselho consultivo tem sido historicamente formados, na sua grande maioria, por professores e pesquisadores nacionais, mais de 87% dos membros deles são brasileiros. Em relação à participação dos sexos nos conselhos, as mulheres representam 30,6%, e os homens 69,4% restante

Por último, dado que o conselho consultivo está formado basicamente por membros da casa, da totalidade dos artigos publicados na revista mais de 20% foram escritos pelos membros deste conselho.

2.2.1. A revista *EAA* em números

Nesta etapa (entre 1986 e 1997), foram publicados vinte e um números da revista *EAA*, os quais contêm cento e noventa e quatro trabalhos, equivalentes ao 87,3% do montante total dos artigos publicados na história dessa publicação, entre 1978 e 1997. No período foram publicados 1,75 números por ano, contra 1,28 números anuais no período anterior. A média aproximada de artigos publicados por ano nos dois períodos foi de dezesseis artigos/ano entre 1986 e 1997 contra 3,5 artigos anuais publicados entre 1978 e 1985. Isto revela que na etapa acadêmica do CEAA, a revista *EAA* ganhou uma maior regularidade.

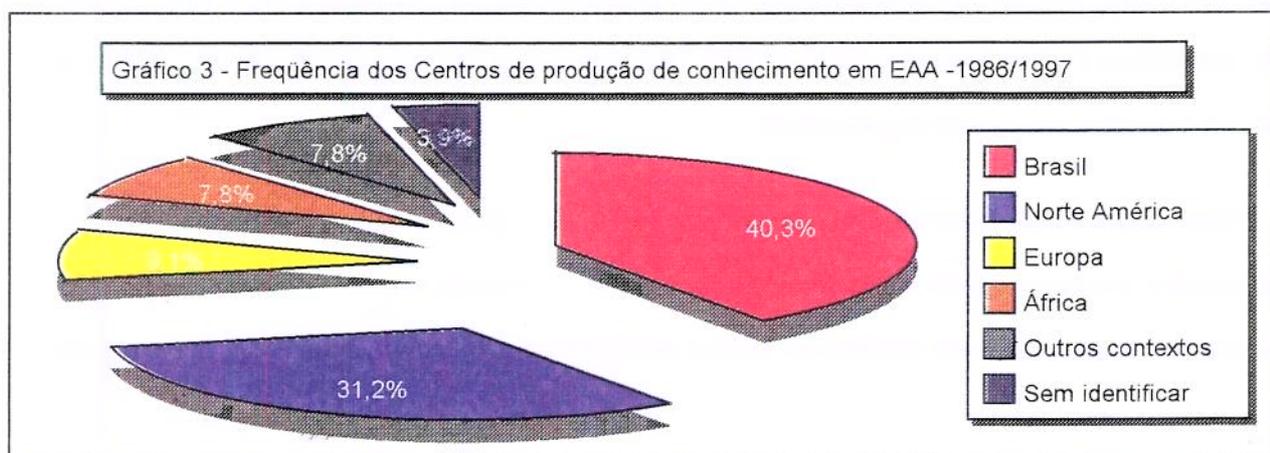
Além desses cento e noventa e quatro artigos, a Revista neste período publicou dezenove comunicações, correspondentes a três seminários, a saber, *O pensamento de esquerda e a questão racial*, acontecido no CEAA em outubro de 1985 e publicado em *EAA* N°12 de 1986; *O Negro no*

109. Marcia Lima, entrevista pessoal, julho de 1999; e Carlos Hasenbalg, resposta a pergunta via Internet, setembro de 1999.

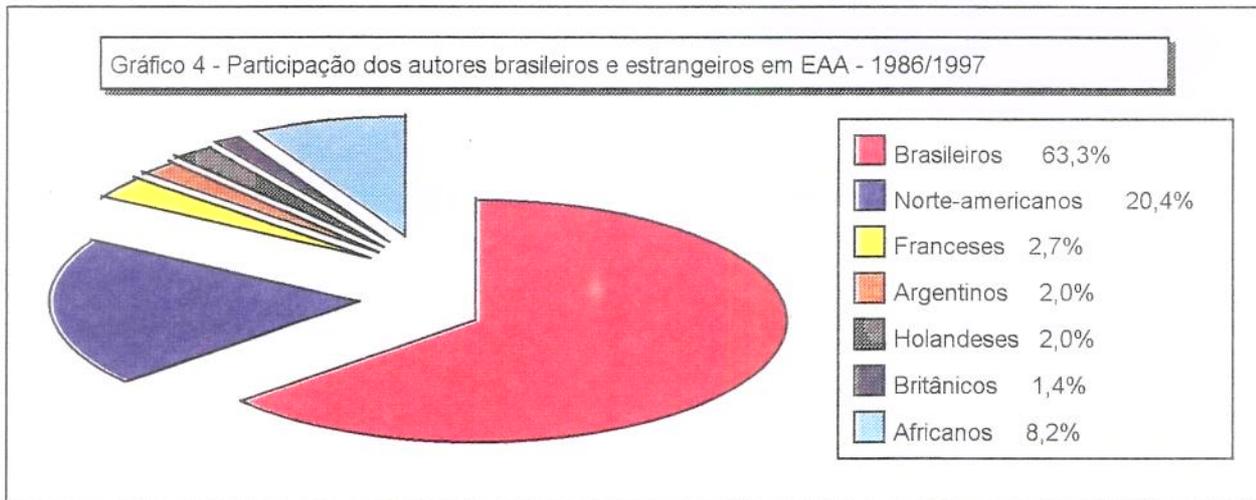
racial, acontecido no CEAA em outubro de 1985 e publicado em *EAA* N°12 de 1986; *O Negro no Rio de Janeiro*, acontecido na Fundação Casa Rui Barbosa em março de 88 e publicado em *EAA* N°15 de 1988; e, por último, o seminário *Reflexões sobre a guerra do Golfo Pérsico*, realizado no Iuperj em fevereiro de 91 e publicado em *EAA* N°21 de 1991. Achamos curiosa a publicação deste último seminário em *EAA*,:primeiro, porque já tinha sido publicado no mesmo ano em *Cadernos de Conjuntura 37 do Iuperj* e segundo, porque foge à definição de Ásia que vinha sendo publicada em *EAA*, no sentido de que a Ásia que historicamente havia sido publicada na revista do CEAA era fundamentalmente constituída pela China, Japão e Córéia do Sul.

Por outro lado, encontramos na Revista resenhas de livros; alguns documentos; notas de falecimento; e notícias referidas às atividades do Centro, a eventos de caráter acadêmico, a incorporação de dissertações e teses à biblioteca do Centro e aos resultados de alguns dos concursos de dotações para pesquisa da Fundação Ford.

No total, nesses 12 anos foram publicados os trabalhos de cento e quarenta e nove autores. Este universo de articulistas aparece vinculado a setenta e sete centros de produção de conhecimento, isto é, universidades, núcleos, institutos e fundações dedicados à pesquisa. Destes centros de produção de conhecimento, 38,9% são brasileiros; 57, 1% são estrangeiros, principalmente norte-americanos (a metade dos mesmos); 4,7% foi alocado na categoria “sem identificar”.

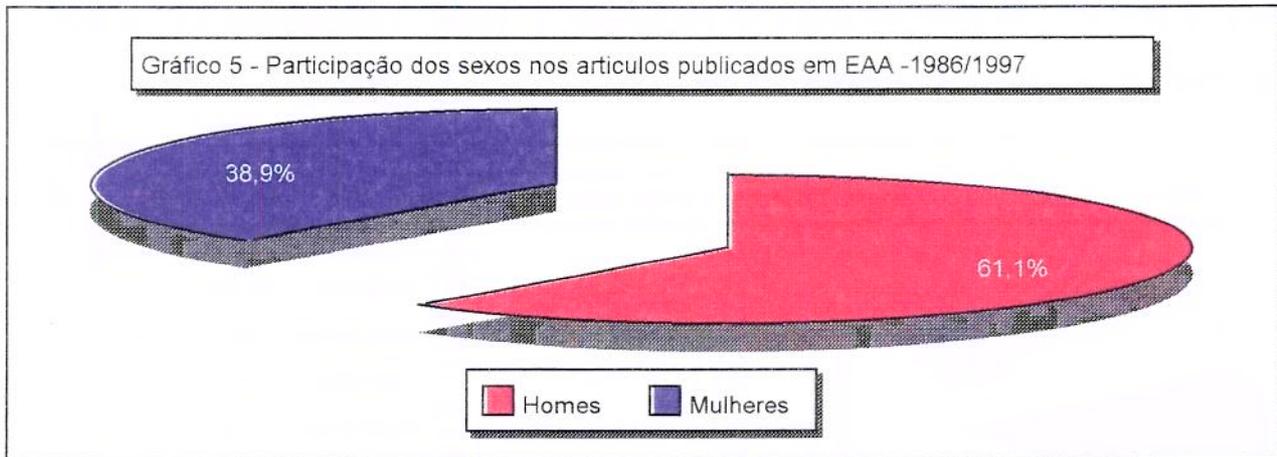


Não obstante o vínculo majoritário do universo dos articulistas publicados aos centros de produção de conhecimento no exterior, a maior parte dos trabalhos publicados na era Hasenbalg da revista *EAA* foi escrita por pesquisadores nacionais. Com efeito, se, no período anterior os articulistas estrangeiros (54,5%) tinham primazia sobre os nacionais (45,5%), no período 86/97 a balança vai se inclinar em favor dos locais. Os pesquisadores brasileiros representam mais de 64% dos autores publicados, e os estrangeiros, 37,5%.

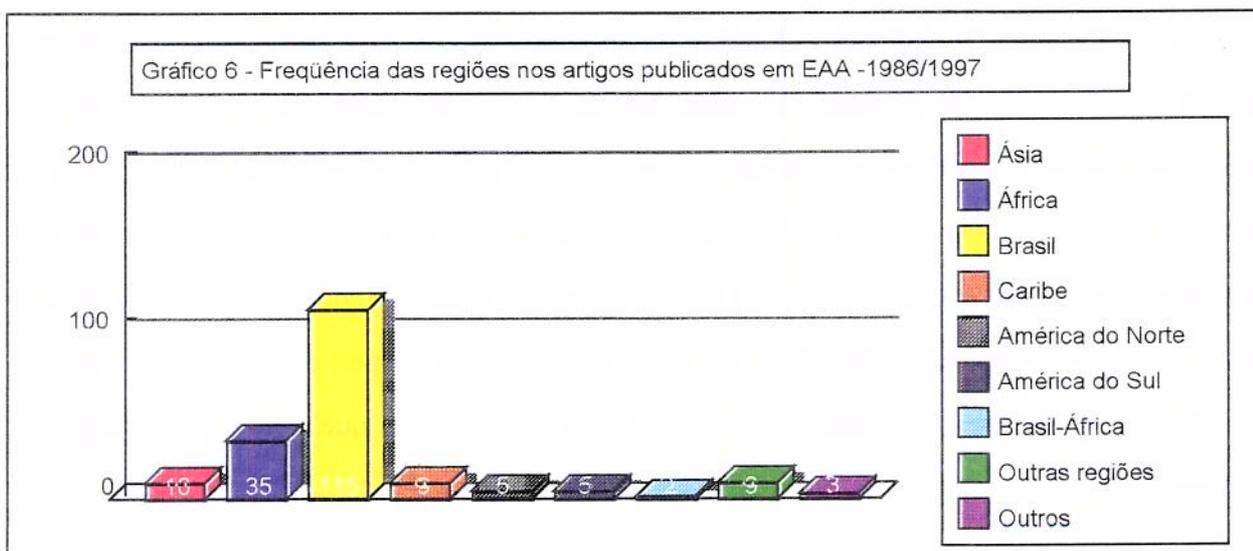


Evidencia-se então que um menor número de centros de produção de conhecimento aos quais aparecem vinculados a maioria dos articulistas publicados no período, isto é, os brasileiros, produziu um maior número de trabalhos que a maior parte do universo dos centros em questão que foram localizados no exterior. Noutros termos, noventa e três articulistas brasileiros vinculados a trinta centros de produção de conhecimento no país produziram cento e onze artigos enquanto que cinquenta e um articulistas estrangeiros vinculados a quarenta e dois instituições no exterior publicaram oitenta artigos. Um elemento importante para explicar este fenômeno aparentemente paradoxal é o fato de que os autores mais publicados em *EAA* são brasileiros, assim por exemplo, Nelson do Valle Silva, que aparece vinculado ao Iuperj e ao CNPq, é o autor mais publicado na revista, oito artigos entre 1987 e 1996, três a mais que Carlos Hasenbalg, o “estrangeiro” mais

publicado em *EAA*. Essas mudanças no perfil da revista, em relação ao período anterior (78/85), são uma consequência lógica do fato do Centro ter-se voltado para a pesquisa dos temas afro-brasileiros.



Se no período anterior a relação entre os sexos no universo dos articulistas publicados apresentava uma fortíssima assimetria em favor dos homens, no sentido de que só foi publicado um artigo escrito por mulher contra 27 escritos por homens, nesta etapa da revista *EAA*, a participação feminina melhora substancialmente, de cada dez artigos publicados quatro foram escritos por mulheres.



Quando fazemos um recorte geográfico sobre o universo dos artigos publicados no período Hasenbalg, com o objetivo de determinar qual a frequência da presença dos contextos África, Brasil e Ásia nesse universo, encontramos que 59,3% desses trabalhos estão dedicados a abordar questões relativas ao Brasil, isto é, fundamentalmente referidas aos afro-brasileiros e às relações raciais; 18,6% dos artigos abordam questões referentes à África; 5,2% à Ásia; 4,6% ao Caribe; 2,6% a América do Norte; igual porcentagem à América Latina; 4,6% a outras regiões; 1,0% às relações Brasil-África e o restante 1,5%, foi submetido à categoria de “outros” nesta categoria foram incluídos artigos que fugiram ao recorte geográfico, por exemplo, o trabalho de cunho teórico de Richard Price “*Novas direções na história etnográfica*”.¹¹⁰

A análise estatística evidencia que no período Hasenbalg, a revista *EAA* publicou uma maior porcentagem de artigos dedicados à África que os publicados no período anterior dedicados às problemáticas afro-brasileiras. E isto é importante, porque uma das coisas que se argumenta é que Hasenbalg teria desequilibrado a revista, no sentido de uma forte presença das questões afro-brasileiras em detrimento das africanas. Mas se levamos em conta a não-existência de programas de pós-graduação voltados aos estudos africanos no país, a pouca relevância dos mesmos no contexto da sociedade brasileira e que, dado o estado das relações raciais no país, era de vital importância veicular uma produção sobre as temáticas afro-brasileiras, ter mais do que 18% do espaço de uma revista dedicado à África, parece ser mais que suficiente.

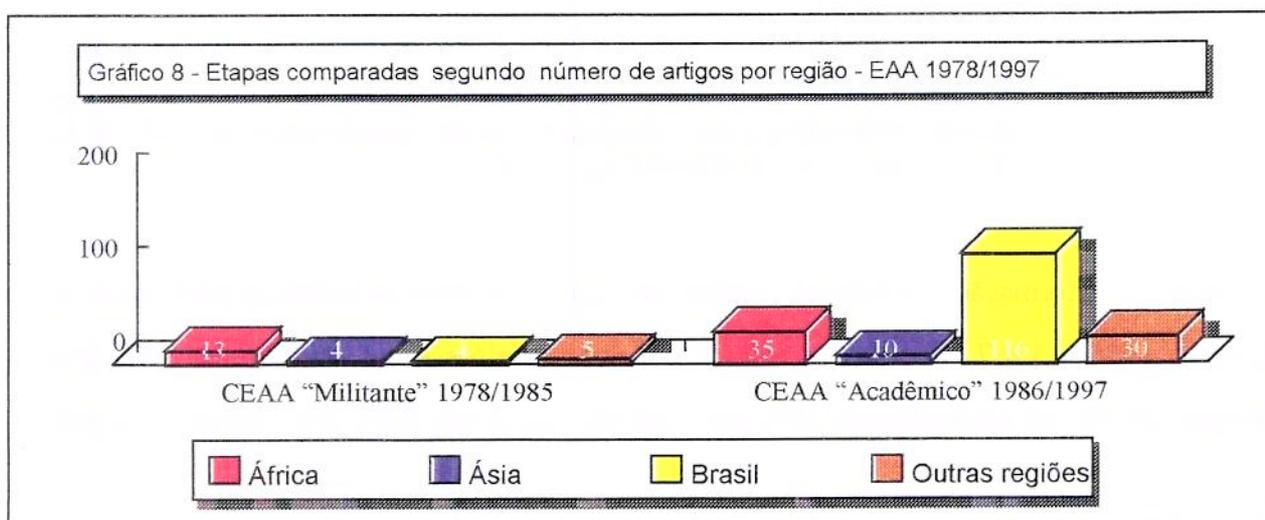
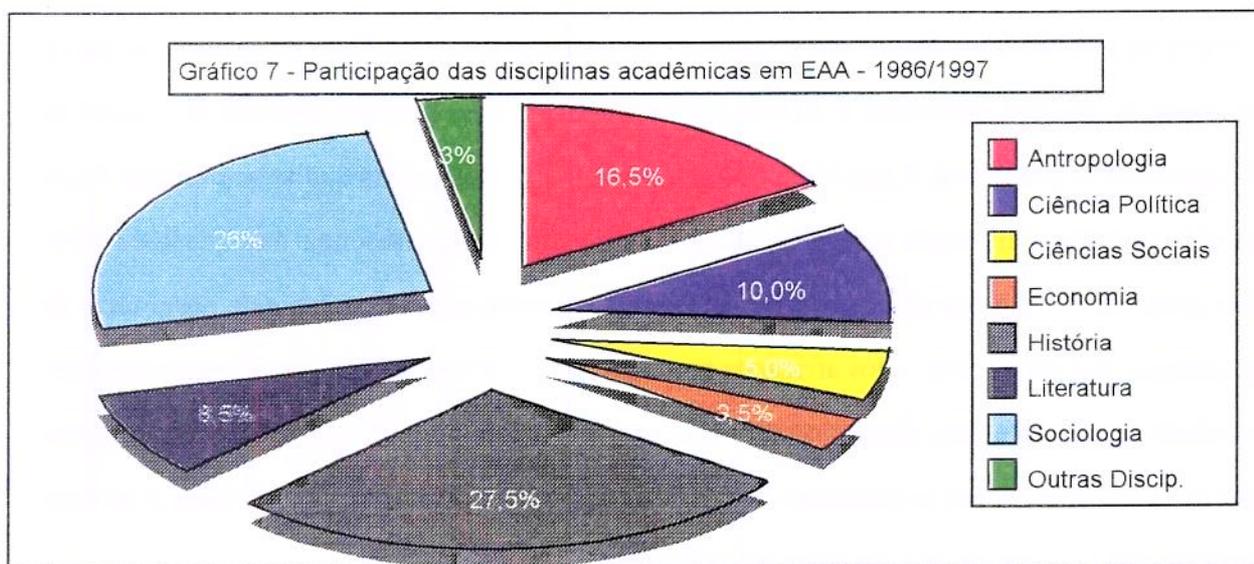
Yo tenía la preocupación para que esporádicamente, al menos hubiese un artículo sobre África para disminuir esa disonancia entre el título de la revista e su contenido (Hasenbalg, 1999).

Em relação à formação acadêmica dos articulistas que escreveram os trabalhos publicados em *EAA*, entre 1986 e 1987, 27,5% dos trabalhos foram escritos por historiadores, 26% por sociólogos, 16,5% por antropólogos, 10% por cientistas políticos, 8,5% por formados ou pós-

110. *EAA*, N° 23 de 1992

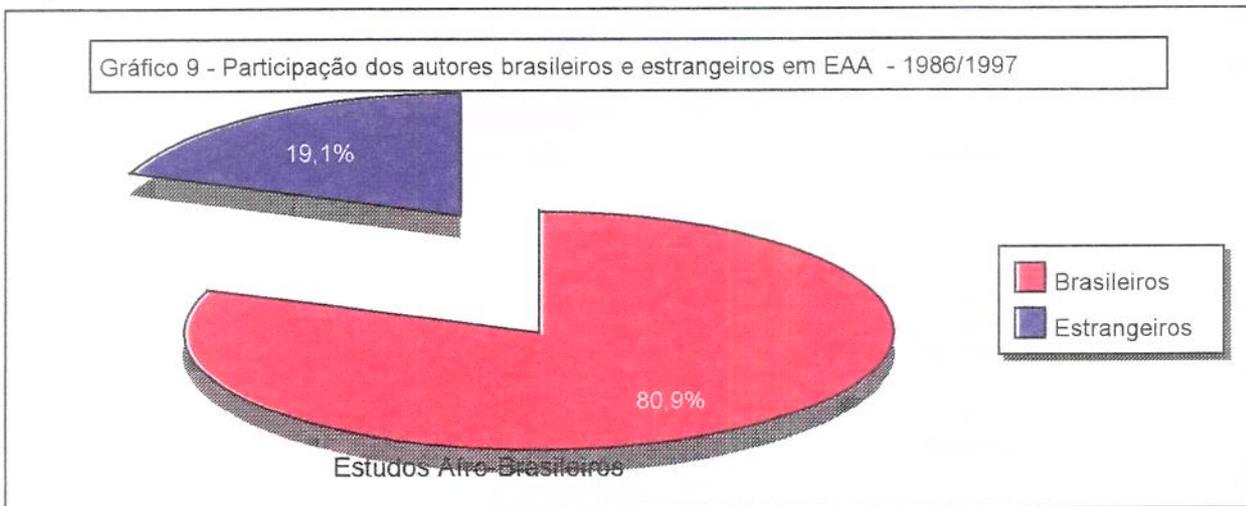
graduados em literatura, 5% por cientistas sociais, 3,5% por economistas e o 3% restantes corresponde a outras disciplinas.

Pode-se ver que são três as disciplinas que traçam a paisagem disciplinar da revista *EAA* entre 1986 e 1997: História, Sociologia e Antropologia. Juntas essas disciplinas são ‘responsáveis’ por 70% dos trabalhos publicados em *EAA* na etapa acadêmica do CEAA. Dado que o projeto que informa a nossa pesquisa intitula-se *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e relações raciais no Brasil*, vamos focalizar a nossa atenção sobre os 59,3% dos artigos publicados no período 1986/1997 que informam a produção acadêmica sobre os afro-brasileiros, veiculada na revista *EAA*.



2.2.2. Os estudos afro-brasileiros em *EAA* 1986/1997

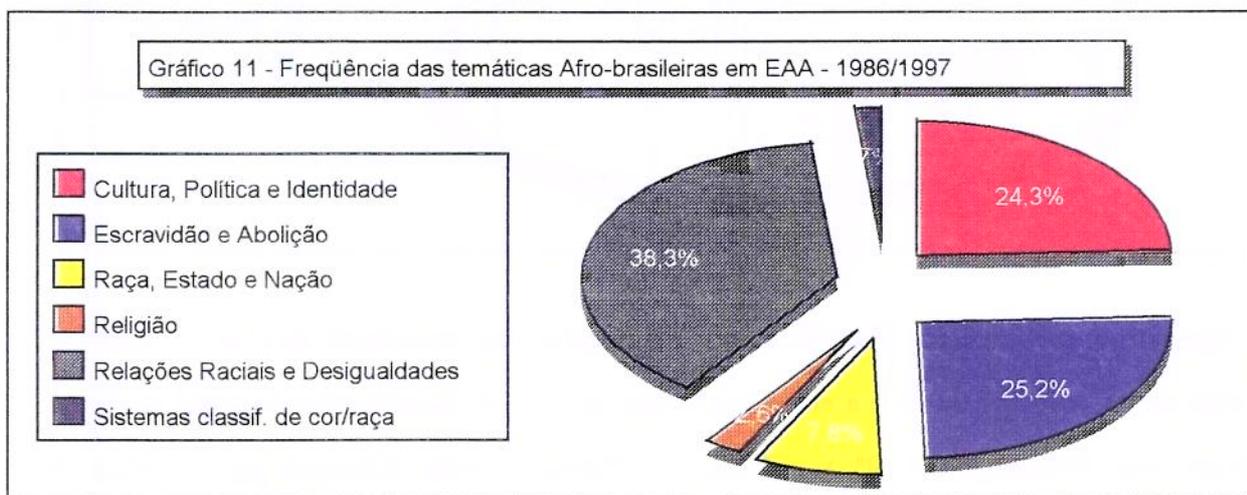
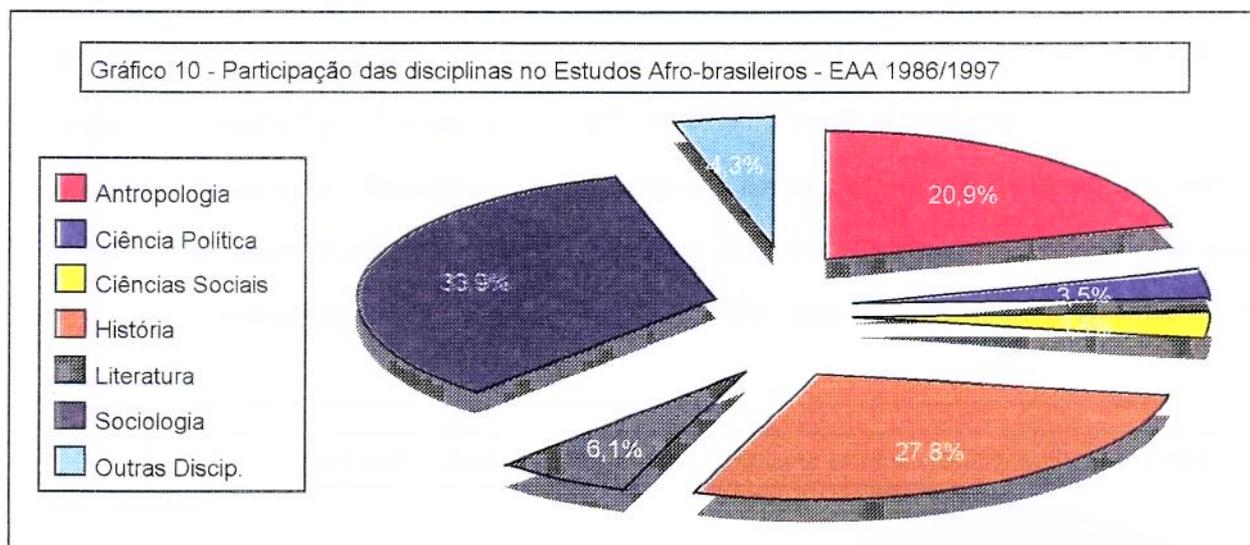
Se no período anterior da revista *EAA* foram publicados só três trabalhos que envolviam questões referentes aos afro-brasileiros, entre 1986 e 1987 foram divulgados cento e quinze artigos que abordam questões referentes aos descendentes de africanos no Brasil. Desses trabalhos, 48,7% foram produzidos por mulheres, 49,5% por homens e 1,7% foi escrito por casais mistos. No total foram oitenta e oito autores que trataram as questões afro-brasileiras no período, dos quais mais de 56% são mulheres e dessas, 94% são autoras nacionais. O restante 41,5% dos autores obviamente são homens, dos quais 62% são brasileiros e 37,8% estrangeiros.



Quanto à participação disciplinar no tratamento das realidades dos afro-brasileiros publicadas na revista *EAA* durante a etapa acadêmica do CEAA, basicamente as questões foram abordadas pela Sociologia (33,9%), História (27,8%) e pela Antropologia (20,9%). A participação dessas três disciplinas, soma mais de 82% dos trabalhos publicados, as outras disciplinas que tiveram participação relativamente significativa nas questões publicadas foram a Literatura (6,1%), a Ciência Política (3,5%), as Ciências Sociais (3,5%), e outras disciplinas (4,3%).

O Gráfico 11 mostra os temas focalizados nos trabalhos produzidos pelas disciplinas que abordaram as questões afro-brasileiras publicados em *EAA*, no período 1986/1999. Como se vê,

o tema mais recorrente foi o das relações raciais e desigualdades (38,3%), seguido por cultura, política e identidade (24,3%) e por abolição e escravidão (25,2%)



É preciso dizer que a anterior classificação temática se serve de algumas das categorias que orientam a organização bibliográfica presente no “cadastro”¹¹¹. Segundo o recorte temático sociológico presente nesse trabalho sobre a bibliografia referida aos descendentes de africanos no

¹¹¹. Barcelos Luiz Claudio, Olivia Maria Gomes da Cunha e Tereza Cristina Nascimento Araujo. Escravidão e relações raciais no Brasil: cadastro da produção intelectual (1970-1990). Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1991.

Brasil, relações raciais e desigualdade como tema de estudo faz referência às condições de vida das populações negras tanto rurais quanto urbanas no período pós-abolição. Os trabalhos realizados sob este rótulo focalizam as relações inter-raciais nas quais os segmentos negros são um dos pólos relacionais. A tradição dos estudos das relações raciais assim enunciadas teria se fundado nas décadas de 50 e 60 (leia-se projeto Unesco e/ou Costa Pinto) e se caracterizam pelo fato de serem trabalhos sociológicos e pela utilização de dados gerados pelos censos demográficos sobre raça e força de trabalho. Além disso, estes estudos rompem com o mito oficial da democracia racial e incorporam uma nova visão da sociedade escravista. Os estudos baseados nesta tradição teriam, inequivocamente, provado a existência de desigualdade racial no país. Em síntese, relações raciais e desigualdade enquanto tema são todos os estudos que estejam de alguma forma atrelados ao modelo de pesquisa proposto por Carlos Hasenbalg.

No modelo de pesquisa proposto por Carlos Hasenbalg, trata-se fundamentalmente de evidenciar através da análise estatística de dados demográficos as desigualdades existentes entre os grupos branco e não-branco no país e de afirmar que estas desigualdades são causa da discriminação racial e do racismo. Discriminação racial e racismo são dois pressupostos conceituais do trabalho Hasenbalg. O racismo em Hasenbalg (1979) não é como um reflexo epifenomênico nem como um instrumento conspiratório usado dividir os trabalhadores, mas sim uma construção ideológica inculcada, da qual se deriva um conjunto de práticas mais ou menos articuladas (preservadas e reforçadas após abolição) para servir aos interesses materiais e simbólicos da maioria dos brancos nas sociedades capitalistas multi-raciais. Racismo=práticas materiais de discriminação racial.

Entre as características do modelo em questão encontramos o uso do sistema classificatório bipolar branco/não-branco, o uso do conceito de raça definido como um elemento importante na determinação das posições na estrutura de classes e na hierarquia sócio-econômica, isto é, como critério relevante no sentido de ter uma eficácia própria no preenchimento por indivíduos não-brancos de lugares nas estruturas e hierarquias das sociedades de classes. Uma terceira

característica do modelo Hasenbalg (1979) é a conceituação do ideal do branqueamento, da “democracia racial” e do sistema classificatório do contínuo de cor como inibidores do conflito racial.

Escravidão e abolição enquanto tema faz referência não só à escravidão e abolição, mas também engloba os estudos referidos ao período que vai do início da chegada dos africanos ao Brasil no século XVI até 1888, ano da abolição e aqueles que abordam a questão da transição do trabalho escravo para o livre.

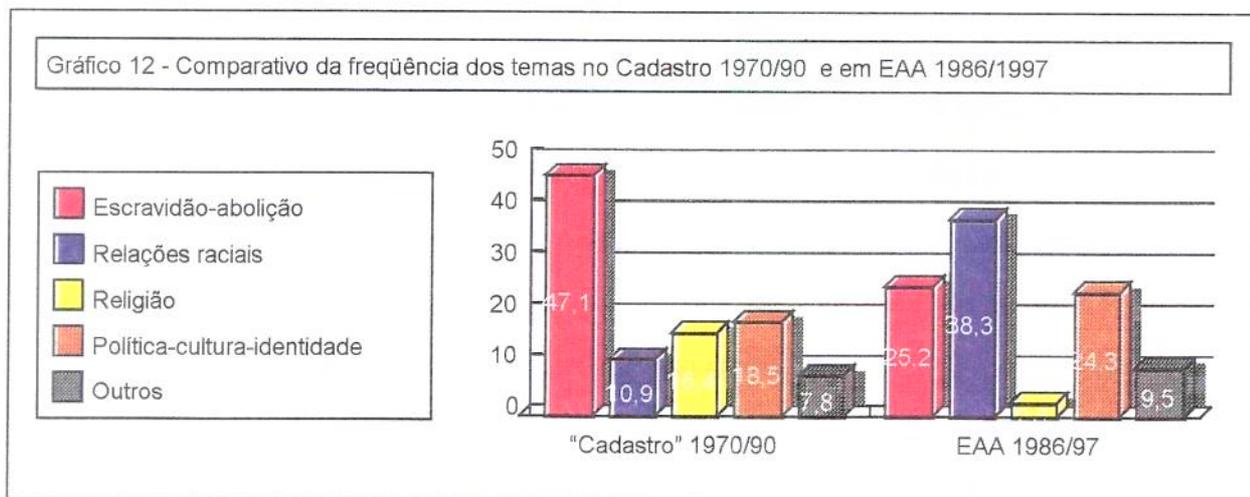
Participação política, cultura e identidade é “um tema” que por um lado faz referência aos trabalhos que têm como objeto de estudo ou que utilizam nas suas explicações as noções de cultura e identidade nos afro-brasileiros; e, por outro, às manifestações culturais e às instituições, grupos e movimentos negros que lutam contra o racismo e pela construção da cidadania. Por último, o tema religião refere-se aos trabalhos que abordam a participação dos brasileiros negros tanto nos cultos afro-brasileiros, quanto nas diversas denominações das igrejas católicas e protestantes.

A categoria temática sistemas classificatórios de cor/raça envolve trabalhos que são fundamentalmente de cunho teórico que visam a discussão dessas questões, e que, por razões óbvias, não poderiam estar incluídos na categoria temática relações raciais nem em nenhuma das outras. A segunda categoria temática por nós proposta, Raça, Estado e Nação, envolve trabalhos que pela sua especificidade também foge de todas as outras categorias propostas, e que visam analisar as relações entre pelo menos duas dessas três noções ou que se servem delas para abordar a realidade “empírica”.

Se comparamos a frequência dos temas presentes nos trabalhos publicados na revista *EAA* no período 86/97 com a frequência dos temas da produção intelectual presente no Cadastro (1970/1990), a saber, Escravidão e abolição (47%), Relações raciais e desigualdade (10,9%), Religião (16,7%) e Política, Cultura e identidade (18,4), encontramos que entre 1986 e 1997, nos *Estudos Afro-Asiáticos*, o tema Relações raciais e desigualdades, no qual predominam os estudos sociológicos, supera “o amplo interesse despertado pelo passado escravista”, evidenciado na

bibliografia geral da área no período 1970/1990. Claro que como reza no Cadastro¹¹², nos anos oitenta o tema Relações raciais e desigualdades é uma perspectiva acentuada e eu acrescento que nos anos noventa se constituiu como o modelo dominante na paisagem dos estudos não-históricos referentes aos afro-brasileiros. Noutros termos, estou afirmando que nas duas últimas décadas a corrente dominante nos estudos afro-brasileiros não-históricos tinha como objetivo evidenciar através de pesquisas quantitativas as desigualdades entre brancos e não-brancos e afirmar o racismo e a discriminação racial como as causas fundamentais dessas desigualdades, isto é, da subordinação social dos não-brancos na sociedade brasileira.¹¹³

No período 86/97, 33,3% dos artigos publicados na revista *EAA* sobre o tema das relações raciais e desigualdades não são estudos sociológicos, ao mesmo tempo evidencia-se a presença da antropologia nesse tema (19%). A presença da Antropologia no tema das relações raciais pode estar evidenciando a tentativa dessa disciplina de lidar com o enfoque que aborda o negro na sociedade de classes, e não com “o negro como espetáculo”, atitude disciplinar que talvez possa conter uma reação às críticas de Costa Pinto.¹¹⁴



¹¹² Barcelos, *op cit.*, p. 14.

¹¹³ Afirmam esta premissa os trabalhos de Hasenbalg e Valle Silva (1992), Telles (1992), Lovel (1989), Andrews (1992), Castro e Guimarães (1993), Batista e Galvão (1992), Wood (1991), Bercovitch (1991), Guimarães (1997, 1998), Adorno (1996), Rosenberg (1990), Berquó (1987), entre outros.

¹¹⁴ Ver de Luiz de Aguiar Costa Pinto (1988) a “Introdução” a *O Negro no Rio de Janeiro*.

É notável a mínima publicação de temáticas religiosas na revista *EAA* (2,6%) se comparadas com a produção das décadas de 70 e 80 (16,7%). O contrário acontece com o tema Política cultura e identidade, cuja participação teve um ligeiro incremento de 5,9% em relação à produção categorizada no cadastro.

Acreditamos que a primazia tanto da Sociologia e da História por um lado, quanto da Antropologia, pelo outro, no universo dos trabalhos publicados nesse período devem-se fundamentalmente a três fatos. Primeiro, a forte presença da Antropologia explica-se pelo fato desta disciplina ter tido historicamente uma forte presença nos estudos dos afro-descendentes no Brasil; ela se constituiu como disciplina no país tendo o negro como um de seus objetos de estudo privilegiado (o outro seria o índio). Nesse sentido, os dados da revista só estariam exprimindo uma constante histórica. Não obstante, nas últimas décadas é a Sociologia que comanda os estudos sobre os afro-brasileiros.

A marcante presença da Sociologia na produção publicada em *EAA* período 86/97 deve-se ao fato de que o programa-convênio de intervenção Fundação Ford-*CEAA* articulado por Hasenbalg e Fry, e posto em cena pelo primeiro com a colaboração de Nelson do Valle Silva, foi desenhado a partir da Sociologia, já que só a Sociologia das desigualdades raciais praticada no Rio de Janeiro estava em condições de fazer o tipo de pesquisa socialmente relevante que se pretendia realizar através do programa de intervenção em questão. Isso se explica pelo fato de os maiores articulistas dos *EAA* no período serem sociólogos. Mas estes fatos não explicam muito. É preciso dizer novamente que existia uma velha e forte preocupação da Sociologia do Rio de Janeiro em relação aos estudos sobre o negro no Brasil, explicitada no trabalho de Luiz de Aguiar Costa Pinto (1953), na sua introdução a *O Negro no Rio de Janeiro*, de pesquisar a inserção do brasileiro negro na sociedade de classes, “de fazer um estudo *sociológico*” do brasileiro negro, já que¹¹⁵

O negro brasileiro, ou melhor, o brasileiro negro e o processo de sua integração nos quadros da sociedade brasileira - da condição de escravo à de proletário e da condição de proletário à de negro de classe média -, jamais despertaram o interesse sério dos estudiosos do negro no Brasil,

115. O grifo é de Costa Pinto.

porque um arraigado estereótipo os convencera de que nada havia a estudar em relação ao negro igual a nós, ao negro não-africano, não-analfabeto, não-escravo, não trabalhador rural, não separado do branco pela distância imensa que separa o vértice da base da pirâmide social rigidamente estratificada (Costa Pinto, 1988: 58).

No programa de estudo das relações de raça, formulado pelo mesmo autor e que nós qualificamos como o mais importante da segunda metade do século XX, enunciava-se a necessidade de determinar a função sociológica da raça/etnia na sociedade de classes.

Em nossa opinião, estudar as relações de raça de um ponto de vista sociológico significa dar ao traço étnico o valor que realmente tem, sem hipertrofiá-lo, nem diminuí-lo (Costa Pinto, 1998:62).

E é isto mesmo que faz Hasenbalg em *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* -dá ao traço étnico o valor que realmente tem. Com efeito, raça aparece na obra de Hasenbalg (1979:71-2) como um importante critério na distribuição de posições na estrutura de classes e na hierarquia sócio-econômica. Embora raça não determine a estrutura dessas posições sociais, suas funções simbólicas e estratificadoras nas sociedades multi-raciais, entre elas o Brasil, durante o escravismo e após a emancipação devem ser explicadas pelos mecanismos sociais destinados à reprodução da estrutura de posições de classe.

Em relação à supremacia da História sobre as outras disciplinas no universo dos trabalhos publicados em *EAA* na etapa Hasenbalg, como mencionamos antes, era um velho clamor do movimento negro e de alguns setores da academia a necessidade teórico-política da reconstrução da história social dos brasileiros negros. O mesmo Costa Pinto (1998:57) afirma em 1953, que, sob pena de perder a *envergadura científica* e a *seriedade intelectual*¹¹⁶, não se podia continuar apresentando ao mundo monografias folclóricas e ensaios de literatura histórica. Com o projeto Unesco teria chegado a hora de acabar com o preconceito na pesquisa referente ao afro-brasileiro.

116. Os grifos são meus.

Já era tempo de dizer um “basta” e de corrigir esse bias, que uma concepção falsa de orgulho nacional, de um lado e a inércia mental, de outro, cultivaram por tanto tempo e exportaram para o mundo todo (Costa Pinto:1988:57).

Novamente aqui aparece Carlos Hasenbalg. Em *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (1979), o autor, inserindo-se na tradição local, levanta a necessidade de resignificar a escravidão, isto é, desenfatar o seu suposto legado como explicação das relações raciais contemporâneas, da subordinação econômica, social e política dos negros na sociedade brasileira.

Resignificar a escravidão implica realizar uma leitura que, sem negar o caráter altamente coercitivo da relação senhor-escravizado,¹¹⁷ contemple outras dimensões desta relação dialética: os aspectos remunerativo e moral (paternalista). Segundo Hasenbalg (1979:22), a ênfase unilateral na dimensão coercitiva teria levado alguns pesquisadores, (penso, por exemplo, Florestan Fernandes), a enunciar os escravizados como seres heterônomos, infantilizados e culturalmente emasculados, meros instrumentos da vontade do senhor e adaptados patologicamente à escravidão, e a projetar estas supostas características grupais à explicação das relações raciais pós-abolição.

Para Hasenbalg (1979:49-58), as formas de adaptação e os padrões culturais autônomos de vida comunitária desenvolvidos pelo grupo escravizado para resistir à privação psicológica e à desumanização ter-se-iam baseado em valores tradicionais e evoluído independentemente do tratamento recebido pelos escravizados. No núcleo cultural da vida dos escravizados estariam as estruturas familiares e de parentesco e a religião com os seus vários tipos de sincretismo. Assim, tanto a escravidão quanto os anos pós-abolição devem, na perspectiva de nosso autor, ser percebidos como um período de construção de cultura.

Dado que Hasenbalg não podia realizar a resignificação da escravidão, pelo fato de não ser um historiador, então ele vai, através da revista do CEAA, veicular, divulgar a produção que diz respeito a esta nova historiografia dos afro-brasileiros.

117. O significante escravizado é introduzido por mim em substituição ao termo escravo por não gostar deste último e por acreditar que existe uma sutil diferença, e talvez por isso mesmo simbólica, que merece a introdução do significante escravizado.

A nossa nova hipótese é que a revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos deve ser percebida como o órgão de divulgação do modelo Hasenbalg, mas só na medida em que Carlos Hasenbalg consegue se inserir na tradição local através da escuta das vozes dos nativos.

3. A política editorial da revista *EAA* em relação aos afro-brasileiros

A questão não é tanto convencer, mas ser claro. Ser claro é impor os “dados” não só de uma situação, mas de um problema: Tornar visíveis coisas que não o seriam em outras condições. [...] A partir de que data? Em que ritmo? Quem fez isso? A direita recusará essas questões. Porque uma vez colocado o problema, ele não pode ser mais eliminado, e a própria direita terá que mudar de discurso. Então, o papel da esquerda esteja o não no poder, é descobrir um tipo de problema que a direita quer esconder a qualquer custo.

Gilles Deleuze

Perguntamo-nos quais então os múltiplos sentidos que informam a produção acadêmica sobre os afro-brasileiros publicada na revista *Estudos Afro-Asiáticos* no período contido entre 1978 e 1997.¹¹⁸ Noutros termos, quais os sentidos presentes nas proposições fundamentais dos discursos concernentes aos afro-brasileiros divulgados na revista *EAA*? Ou qual a política editorial da revista *EAA* a respeito das problemáticas dos brasileiros negros?

3.1. Uma noção de sentido

O que entendemos por sentido? Por sentido entendemos uma das relações presentes na proposição. Segundo Deleuze (1989; 1992), existem quatro relações distintas na proposição. A primeira relação da proposição seria a designação ou a indicação, isto é, a relação da proposição com um estado de coisas exterior (*datum*). A designação operaria mediante a associação das palavras mesmas com imagens particulares que devem “representar” o estado de coisas, a

118. Ou entre 1986 e 1997, já que no período 1978-1985 só foram publicados na revista *Estudos Afro-Asiáticos* três referentes aos afro-brasileiros.

“realidade”. Do ponto de vista lógico, a designação tem por critério e por elemento o verdadeiro e o falso. Verdadeiro significa que uma designação está efetivamente cumprida no estado de coisas, que existe uma adequação entre as palavras e as coisas. Falso significa que a designação não se cumpre, seja porque as palavras não se ajustam à realidade, seja pela impossibilidade radical de produzir uma imagem associável com as palavras.

A segunda relação da proposição é a manifestação. Esta diz respeito à relação da proposição com o sujeito que fala e se expressa. A manifestação seria o enunciado das crenças e desejos do sujeito que enuncia a proposição. Eu seria o manifestante de base. Aqui não se trata mais do verdadeiro e do falso, mas sim da veracidade e do engano que remetem às crenças pessoais.

A significação é a terceira dimensão da proposição. Desta vez trata-se da relação da palavra com conceitos universais ou gerais e das relações sintáticas com implicações de conceito. Neste caso os elementos da proposição são considerados como significando implicações de conceitos que podem remeter a outras proposições capazes de servirem de premissas à primeira. Desta forma a implicação é definida por essa ordem de implicação conceitual na qual uma determinada proposição intervém no discurso como elemento de uma “demonstração”, isto é, como premissa ou como conclusão. “Logo” e “implica” são os significantes lingüísticos. A implicação é o signo que define a relação entre as premissas e a conclusão e, “logo” é o signo de asserção que define a possibilidade de afirmar a conclusão por si mesma como resultado das implicações. O valor lógico da significação residiria na *condição de verdade*, isto é, o conjunto de possibilidades sob as quais uma proposição “seria” verdadeira desta forma, a proposição condicionada ou concluída pode ser falsa na medida em que designa um estado de coisas atualmente inexistente, ou não diretamente verificado. A condição de verdade então não se opõe ao falso, mas sim ao absurdo, porque o que não tem significação não pode ser nem verdadeiro nem falso.

A quarta relação da proposição é o sentido, o expressado na proposição que é irredutível aos estados de coisas individuais, às imagens particulares, às crenças pessoais e aos conceitos universais e gerais. “Ora, o que chamamos de sentido de uma proposição é o interesse que ela

apresenta, não existe outra definição para o sentido.”¹¹⁹ O sentido, o interesse é o que está expresso nos objetivos ou propósitos, nas direções ou orientações dos atos em geral (incluídos os atos discursivos).

Em síntese, não estamos interessados em determinar se as proposições enunciadas nos discursos referentes aos afro-brasileiros publicados em *EAA* concordam ou não com a “realidade”, nem em determinar as crenças pessoais dos autores e muito menos o significado desses discursos. O que realmente nos interessa é capturar os propósitos ou objetivos e as direções ou as orientações que dizem respeito à produção intelectual concernente aos afro-brasileiros veiculada em *EAA* 1978-1997.

Prendemos, então, determinar numa primeira instância, o interesse que informa a produção de cada um dos temas e subtemas publicados na revista e, numa segunda instância, o interesse desses mesmos temas e subtemas vistos em conjunto, como conformando um discurso maior, que esperamos nos exprima o sentido da política editorial da revista.

3.2. Os afro-brasileiros na sociedade de classes: um olhar sociológico.

Os trabalhos sobre a temática **desigualdades raciais e mercado de trabalho** publicados na revista *EAA* evidenciam que é a Sociologia a disciplina que primordialmente tem abordado a inserção dos afro-brasileiros no mercado de trabalho. As análises presentes nestes trabalhos sociológicos têm em comum a utilização de dados demográficos da Fundação IBGE, principalmente dos anos 1960 e 1980¹²⁰ e da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar dos anos 1979, 1980, 1983, 1987 e 1988¹²¹. É na etapa Hasenbalg da história da publicação que começam a ser divulgados artigos referentes aos afro-brasileiros na sociedade de classes. Estes textos abordam a questão da relação entre desenvolvimento econômico e desigualdade racial no contexto

119. Gilles Deleuze (1992:162).

120 Lovell (1992), Andrews (1992), Porcaro (1988), Telles (1990,1993 e 1994), Rosenberg (1990)

121 Oliviera, Porcaro e Araújo (1987), Andrews (1992), Batista e Galvão (1992), Barcelos (1992), Caillaux (1994), Rosenberg (1990),

específico do modelo capitalista brasileiro. Em seguida vamos tentar evidenciar o que pretende cada um dos autores com a sua argumentação e as relações teórico-políticas com o modelo Hasenbalg.

No trabalho de Lúcia Oliveira, Rosa M. Porcaro e Teresa Arrojo (1987)¹²² é indicada a inserção desigual de brancos e negros no mercado laboral e a importância dessa inserção na configuração dos padrões e diferenças de rendimento e condições de trabalho no contexto de uma crise econômica. As autoras evidenciam que o trabalhador negro se encontra sobre-representado nas categorias ocupacionais manuais urbanas e que por isso sofreu duplamente os efeitos da crise, no sentido de terem baixado os seus rendimentos tanto pela expulsão do setor organizado da economia quanto pelo inchamento do setor chamado informal.

A historiadora Celma Rosa Vieira (1987)¹²³ aborda a questão da identidade da mulher negra e empregada doméstica no Rio de Janeiro e a forma como essas mulheres lidam com a questão racial; conclui que o universo de empregadas domésticas negras pesquisado se caracteriza pela negação da negritude e pela não-percepção da discriminação contra elas como um problema de cunho racial: estas mulheres estariam preferindo enfatizar a sua identidade de classe ao invés da racial e/ou étnica. O não-reconhecimento por parte dessas mulheres de que a categoria da qual fazem parte têm na origem o trabalho escravo poderia estar levando-as a negar sua própria identidade étnica/racial. A autora (1987: 154-7) concordaria com o editor Hasenbalg (1979: 246-55 e 1987: 84) quando afirma que a baixa mobilização política dos negros no Brasil dever-se-ia à crença na idéia da democracia racial.

Rosa M. Porcaro (1988)¹²⁴ focaliza o mercado de trabalho para apreender um dos mecanismos fundamentais de discriminação racial que operam neste mercado, a saber, o da alocação e segregação da "força de trabalho negra" em determinados mercados e seus segmentos. Contrário às teses que afirmavam que raça como princípio classificatório legado do passado escravista tornar-se-ia inoperante na sociedade de classes com o pleno desenvolvimento do

122 Lucia de Oliveira, Rosa Porcaro, Tereza Araújo. "Efeitos da crise no mercado de trabalho e reprodução da desigualdade racial". EAA N° 14, 1987.

123. Celma Vieira. "Negra: mulher e doméstica - considerações sobre as relações sociais no emprego doméstico". EAA N° 14, 1987.

124 Rosa M. Porcaro. "Desigualdades raciais e segmentação do mercado de trabalho". EAA N° 15, 1988.

capitalismo, a autora evidencia que a desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro não apenas se mantém mas que é mais expressiva nos setores mais dinâmicos e modernos do terciário, onde predominam setores do mercado primário e na região de São Paulo, centro da acumulação capitalista.

Edward Telles (1990: 74-76)¹²⁵ focalizou as características sociais dos trabalhadores brasileiros, formais e informais e evidenciou que nesses setores assim como nas categorias de emprego por eles compreendidas existem marcadas diferenças sociais e econômicas. Assim, por exemplo, mostra que os empregos no setor informal geralmente são de baixa remuneração, instáveis e concentrados em ocupações de baixa qualificação. Igualmente, evidencia -através da análise variada e multivariada das características sociais- que escolaridade, gênero, raça e idade são importantes para determinar a participação no setor informal e em várias formas de emprego. Gênero mostrou-se tão importante quanto escolaridade para a participação das pessoas no emprego do setor informal. Como variável comparada com escolaridade, gênero indicou que as preferências das empresas do setor formal por trabalhadores do sexo masculino não dão conta da baixa participação das mulheres nesse setor. Segundo Telles, este fenômeno estaria ligado ao aspecto de oferta de mão-de-obra: as mulheres arranjariam empregos no setor informal devido a papéis sociais determinados que requerem que elas dêem prioridade a tarefas domésticas, enquanto aos chefes de família de sexo masculino têm-se atribuído o papel de provedores básicos. Por outro lado, a interação das variáveis gênero e escolaridade mostrou que a escolaridade afeta muito mais a participação das mulheres do que a dos homens no setor formal de emprego: mulheres com baixa escolaridade apresentam taxas extremadamente baixas de participação nesse setor se comparadas com os homens do mesmo nível de instrução. Não obstante, as mulheres com segundo grau completo têm tanta possibilidade quanto os homens de participar no setor formal.

Em relação à raça, o estudo revela a pouca atenção que se tem dado a raça e a muita atenção atribuída à situação de migrante na compreensão do emprego no país. Os dados apresentados por

¹²⁵ Edward Telles. "Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas no Brasil". *EAA* N° 19, 1990.

Telles (1990: 68-70) evidenciam que os não-brancos ocupam desproporcionalmente mais empregos no setor informal. Este fato tornaria a variável raça (embutida na cor) um fator crucial para determinar a participação das pessoas no setor informal do emprego brasileiro. A interação das variáveis gênero e raça revelou que as mulheres não-brancas são especialmente propensas a estar no setor de emprego informal, muito mais ainda do que se poderia esperar levando em conta unicamente seu *status* de não-brancas e mulheres, isto é, que existe um hiato racial -branco/não-branco entre as mulheres, e que este é significativamente maior do que o existente entre os homens.

Como vemos, este estudo afirma a premissa explicativa do estudo de Oliveira, Porcaro e Araújo (1987:106). Por outro lado, também é afirmada a premissa de Hasenbalg (1978: 70-71), no sentido da importância fundamental do critério social “raça” na alocação das pessoas na estrutura de classes e na hierarquia sócio-econômica da sociedade brasileira.

O tema das desigualdades voltaria à revista *EAA* em 1992. Neste ano é publicado o trabalho comparativo do historiador norte-americano George Reid Andrews sobre desigualdades raciais no Brasil e nos Estados Unidos para o período compreendido entre o final do século XIX e 1988. Através da comparação de uma grande variedade de indicadores estatísticos, tais como distribuição espacial, expectativa de vida, taxas de fertilidade, taxas de matrimônio, educação, emprego e rendimentos, entre brancos e não-brancos, o autor mostrou que até 1950 as desigualdades raciais teriam sido maiores nos Estados Unidos e que a partir destes anos essas desigualdades começaram a declinar nesse país, enquanto que no Brasil as disparidades raciais incrementaram-se em todos os índices comparados. Assim, em 1980, as comparações estatísticas nos dois países não favoreciam mais ao Brasil. Logo, “...os Estados Unidos serão capazes de dar provas mais contundentes de serem uma democracia racial do que o Brasil.”¹²⁶ Segundo Reid Andrews, a única forma do Brasil vir a ser uma democracia racial seria através da redução das disparidades entre o Nordeste e o Sudeste, entre o campo e a cidade, entre ricos e pobres. Além disso os governos deveriam enfrentar a discriminação no emprego e na educação (políticas públicas na área de raça).

126 Reid Andrews, 1992, p. 77.

Também seria publicado neste ano o trabalho de Peggy Lovell (1992), que analisou a relação entre desenvolvimento econômico e discriminação salarial no Brasil.¹²⁷ Comparando os dados referentes à questão dos censos demográficos dos anos de 1960 e 1980, a autora mostra que homens e mulheres dos grupos raciais negro e branco tiveram ganhos absolutos em educação e uma representação ocupacional e regional mais favorável no período 1960-1980. Não obstante teria persistido o lapso salarial entre homens e mulheres, negros e brancos. Com o desenvolvimento econômico vivido pelo país nesse período, a discriminação salarial evidenciada por Valle Silva (1978) pareceria estar crescendo. “Tanto os homens afro-brasileiros quanto as mulheres obtiveram ganhos absolutos em capital humano, mas o fosso sócio-econômico entre os grupos persistiu.”¹²⁸ E mais: os resultados apresentados no trabalho de Lovell (1992: 95) estariam indicando que uma das implicações do desenvolvimento econômico foi o crescimento da discriminação racial.

Segundo Lovell (1992: 94), estes fatos implicam que as políticas públicas orientadas a melhorar a educação dos afro-brasileiros não são suficientes, embora sejam necessárias para eliminar os diferenciais de salários, já que a igualdade salarial depende basicamente de dois fatores: pagamento igual para trabalho igual, mais o aumento de recursos tais como educação e ocupações melhor remuneradas.

Do ponto de vista teórico, o trabalho de Lovell estaria colocando seriamente em questão as teses que afirmaram que as desigualdades raciais, étnicas e de gênero desapareceriam com o advento da urbanização e industrialização devidas ao desenvolvimento capitalista. Por outro lado, a autora se coloca abertamente na linha de pensamento teórico-metodológica Hasenbalg-Valle Silva¹²⁹ dos estudos das relações raciais no Brasil. A característica desta linha seria o fato de afirmar que a desigualdade racial no país não é um legado do passado, que a discriminação é um traço característico da sociedade brasileira contemporânea e que raça exerce ela própria um efeito independente no acesso de uma pessoa à renda, à educação e ao bem-estar.

127 Discriminação salarial é medida pelas diferenças salariais entre os indivíduos igualmente qualificados.

128. Peggy Lovell. “Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil”. *EAA* N° 22, 1992.

129 Segundo Lovell (1992: 86-87), esta seria uma visão que vem da “escola de São Paulo”. O que parece ser um erro de apreciação de Lovell, já que é o mesmo Florestan que enuncia a tese da igualdade via desenvolvimento capitalista.

Marta Batista e Olivia Galvão (1992) analisaram o mercado de trabalho brasileiro por cor com dados da PNAD de 1987, na tentativa de determinar em que se diferencia a inserção de pretos e pardos (não-brancos) no mercado de trabalho quando comparados com os brancos, passados praticamente cem anos da abolição da escravatura.¹³⁰ Concluem que os não-brancos entram mais cedo e saem mais tarde do mercado de trabalho, e que não obstante possuir as maiores taxas de participação no mercado de trabalho, o grupo não-branco estava sobrerrepresentado no setor não formal, nas ocupações menos qualificadas e de baixo rendimento. Para Batista e Galvão (*ibidem*: 86), os dados apresentados estariam afirmando a premissa que enuncia ser a variável raça um critério relevante para analisar a inserção das pessoas no mercado de trabalho e um mecanismo eficaz na reprodução das desigualdades raciais no sistema capitalista.

Denise da Silva e Márcia Lima (1992) analisam dados da PNAD de 1987 e 1988 desagregados por sexo, grupos ocupacionais, rendimento médio mensal e educação dos grupos raciais na tentativa de determinar a situação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro.¹³¹ Após a análise as autoras concluem que a) racismo e sexismo atuam no sentido de reservar à mulher negra (pretas e pardas) o lugar de estrato mais subordinado na sociedade brasileira (1992: 97-98); b) a cor agrava as dificuldades experimentadas pelas mulheres na inserção no mercado de trabalho (*ibidem*:106); e c) o processo de industrialização e urbanização associado ao desenvolvimento capitalista não representou possibilidade de mobilidade muito significativa para as mulheres negras, em comparação com as brancas e amarelas. As primeiras, ao saírem do setor primário, concentram-se nas ocupações mais baixas do setor terciário. Fica evidente que as autoras afirmam as premissas fundamentais do editor da revista *EAA*.

Nadia Castro e Antonio Sergio Guimarães (1993), num estudo que contém uma importante reflexão sobre o sistema classificatório de cor/raça no Brasil, indagam pelas formas como opera a seletividade racial tanto no mercado de trabalho quanto nas condições de trabalho na empresa, isto

130 Marta Batista e Olivia Galvão. "Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro". *EAA* N°23, 1992

131 Denise da Silva e Márcia Lima. "Raça, gênero e mercado de trabalho". *EAA* N°23, 1992.

é, tentam determinar as barreiras que se antepõem ao acesso dos negros no emprego industrial e as formas de mobilidade nas empresas ditas modernas, a partir de 22 *surveys* domiciliares realizados na região Metropolitana de Salvador e de informações cadastrais sobre os funcionários de duas empresas petroquímicas, uma privada e uma estatal.¹³²

São sete as conclusões dos autores: a) que as formas de discriminação racial na empresa estatal estudada, referidas a admissão e promoção são muito mais brandas e seriam atribuíveis antes a práticas da sociedade envolvente que às próprias formas organizacionais da empresa. Não obstante, existiria uma forma de discriminação específica na primeira empresa que restringe o acesso de homens pretos e mulatos a postos ocupacionais mais qualificados e melhor remunerados, forma esta de discriminação que está associada ao nível de escolaridade desses homens. Na empresa privada ter-se-iam encontrado barreiras de acesso aos pretos assim como mecanismos que dificultavam a sua mobilidade ocupacional. Segundo Castro Guimarães (*Ibidem*: 54), as formas de discriminação nas duas empresas dependeriam dos critérios de seleção: na empresa estatal esses critérios estariam mais sujeitos a regras de recrutamento, encarreramento e progressão explícitos e de aplicação universal, enquanto que na empresa privada as políticas de seleção seriam menos reguladas e mais arbitrárias de forma que implicam um aumento considerável dos privilégios dos brancos em relação aos outros grupos de cor; b) que nas duas empresas estudadas existiriam práticas empresariais e organizacionais generalizadas de “forte padrão discriminatório no tratamento da condição de sexo”, que afetam a mobilidade ocupacional de mulheres na empresa estatal e de mulheres negras na empresa privada; c) que as regras universalistas que impedem a operação de discriminadores raciais são inoperantes para neutralizar os discriminadores sexuais, isto dever-se-ia à natureza e formas de operação diferentes de raça e sexo enquanto princípios classificatórios e discriminatórios; d) que as desigualdades dos pretos em relação aos outros grupos de cor é um fator marcante da forma como se apresenta a discriminação nas empresas estudadas; e) que não foi possível determinar através do estudo a operação de mecanismos discriminatórios entre os grupos

132 Nádya Castro e Antonio Sergio Guimarães. “Desigualdade racial no mercado e nos locais de trabalho”. *EAA* Nº 24, 1993.

de cor no interior das carreiras ocupacionais, mesmo que tenham podido demonstrar que a cor branca representa uma vantagem para o acesso a essas carreiras; f) que no caso das relações de trabalho entre homens e mulheres é a desigualdade de escolaridade que justifica a igualdade de posições entre os sexos, ao contrário do que ocorre com as diferenças de cor em que as desigualdades de escolaridade justificam a desigualdade de posições. “É como se as mulheres para compensar a sua subordinação de gênero, precisassem de mais capital escolar que os homens.”¹³³

Em relação às linhagens teóricas dos estudos de relações raciais no país, Castro e Guimarães se filiam explicitamente a Hasenbalg, não só no sentido do racismo ser um pressuposto básico do trabalho, mas também pelo fato de afirmarem que as práticas racistas do grupo branco dominante não são sobrevivências do passado, mas que estão “funcionalmente” ligadas aos benefícios materiais e simbólicos obtidos pelos brancos através da desqualificação dos não-brancos.¹³⁴ Por outro lado, nossos autores concordam com Hasenbalg quando afirmam que a proletarização tardia dos negros e a internalização da dominação por parte dos mesmos são dois elementos fundamentais na reprodução das desigualdades raciais.¹³⁵

Em 1993, foi publicado em *EAA* N°25 um artigo de autoria de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. Neste trabalho os autores não só apresentam uma atualização da sua postura teórico-analítica, mas também um aprofundamento da pesquisa sobre desigualdades raciais no Brasil contemporâneo. Por um lado, tratar-se-ia de atualizar a pesquisa sobre essas desigualdades a partir dos dados da PNAD de 1987 e 1988; e, por outro lado, de examinar -a partir de informações coletadas sobre identidades coletivas e democratização- algumas atitudes da população em relação ao problema racial, para logo determinar as possibilidades e dificuldades para uma concretização de uma mobilização de base racial no Brasil. Por enquanto vamos fixar a nossa atenção nos propósitos da argumentação e mais adiante retomarei o núcleo teórico-político do modelo em questão.

133. Castro e Guimarães, 1993, p. 55.

134. Cf. Hasenbalg, 1978, p. 113-118.

135. Cf. Hasenbalg 1978, p. 197-199.

No trabalho de Hasenbalg e Valle Silva (1993),¹³⁶ são novamente constatadas as desigualdades raciais no país tanto nas oportunidades educacionais quanto nas oportunidades de emprego, e é afirmada a premissa de que estas desigualdades têm fortes efeitos na distribuição da renda entre os grupos raciais branco e não-branco. Segundo os autores, as desigualdades raciais no emprego, isto é, a proporção desigual de participação dos dois grupos, branco e não-branco nas ocupações manuais para 1987 estariam indicando que as diferenças de fenótipo são importantes no acesso ao mercado de trabalho nesse setor. Isto é, que raça é um critério importante na alocação das pessoas na estrutura de classes da sociedade brasileira.

A análise apresentada por Hasenbalg e Silva (1993: 150-7) em relação ao problema racial e às possibilidades e dificuldades para uma concretização de uma mobilização de base racial no Brasil evidenciou que os brasileiros, independentemente da cor, têm consciência de que no país existe tratamento diferenciado e discriminação de base racial. Esta constatação empírica estaria, segundo os autores, colocando em dúvida o caráter hegemônico da idéia de democracia racial, já que existe percepção do racismo. A análise também mostrou que existe claramente no Brasil o valor ou ideal de convivência harmônica entre os diversos grupos raciais, ideal que seria comum tanto a brancos quanto a não-brancos. “Nesse sentido estratégias que impliquem a possibilidade de confronto racial são rejeitadas.”¹³⁷ A solução para problema do racismo na sociedade brasileira, proposta pela maioria dos entrevistados na pesquisa, estaria apontando para uma solução que implicasse uma mobilização coletiva, mas não restrita ao grupo discriminado, muito pelo contrário, fala-se num movimento inter-étnico ou inter-racial baseado na empatia por parte dos brancos em relação ao problema racial. “O caminho tem de ser da sensibilização para o problema e de motivação para ação de todos os brasileiros, independentemente da cor.”¹³⁸ Segundo os autores, a necessidade de relações raciais harmônicas desprovidas de características confrontacionais diz respeito às dificuldades encontradas pelo movimento social dos negros para ser ouvidos pela sociedade

136. Carlos Hasenbalg & Nelson do Valle Silva. “Notas sobre a desigualdade racial e política no Brasil”. *EAA* N° 25, 1993.

137. Hasenbalg e Silva, 1993, p.156.

138. *Ibidem*.

brasileira e ampliar a sua base social. Em síntese, a estratégia desenvolvida pelo movimento social dos negros não leva em conta as especificidades do país.

Edward Telles (1994),¹³⁹ através da análise estatística testa a hipótese segundo a qual, com o advento do desenvolvimento industrial, a classe se tornaria mais relevante que a raça na alocação das pessoas na estrutura de classes e na hierarquia sócio-econômica. Noutros termos, tenta comprovar o poder explicativo da premissa afirmada por Florestan Fernandes (1965). Para este autor, o fato do argumento de F. Fernandes ter sido questionado repetidamente (Hasenbalg, 1979; Andrews, 1992) não implica uma diminuição do valor do argumento central sobre os efeitos do desenvolvimento capitalista, já que no Brasil a industrialização reduz, mantém ou até aumenta a desigualdade racial dependendo da estrutura ocupacional analisada. Assim, raça se torna menos relevante nas ocupações não especializadas, porque no que diz respeito aos empregos qualificados do nível administrativo, a desigualdade racial ou não é afetada ou até aumenta com as variações nos níveis regionais de industrialização. As áreas industrializadas teriam desigualdade ocupacional mais baixa, especialmente nas ocupações manuais e, num nível ocupacional mais elevado, a desigualdade se acentuaria ou não seria afetada.

Por outro lado, para Telles, situação similar aconteceria na relação entre os efeitos do aumento das oportunidades educacionais sobre as desigualdades, no sentido de que uma média mais elevada de escolaridade beneficia desproporcionalmente aos brancos em relação aos não-brancos, aumentando a desigualdade nos níveis gerencial e profissional liberal e administrativo, embora reduza ligeiramente as desigualdades nas ocupações manuais especializadas. Neste artigo, Telles relativizou as duas posições presentes no campo das relações raciais no país a respeito do papel da industrialização no comportamento estatístico das desigualdades raciais no Brasil após a “abolição”. Não obstante, afirma que a desigualdade racial em geral continua alta no Brasil como um todo. Para este autor, por muito maior que seja o desenvolvimento econômico, é improvável que ele venha a amenizar substancialmente a situação racial no país. A saída proposta por Telles (1994: 44) aponta na mesma direção da enunciada por Andrews (1992), a saber, é preciso uma

139. Edward Telles. “Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro”. *EAA* N° 26, 1994.

ação direta do Estado para modificar a injusta ordem racial estabelecida na sociedade brasileira, na tentativa de proteger seus cidadãos contra o racismo dos empregadores, racismo este que é um elemento fundamental da reprodução social do baixo *status* dos não-brancos.

Telles, assim como Hasenbalg (1979) e Castro e Guimarães (1992) acredita que a internalização da dominação por parte dos não-brancos é um dos elementos fundamentais que contribuem para a reprodução da subordinação dos negros na sociedade brasileira. Por último, Telles afirma serem dois os obstáculos à solução dos problema das desigualdades raciais no país, a saber, as crenças na existência da democracia racial e na idéia de que a industrialização reduzirá as desigualdades raciais no Brasil. Noutros termos, as crenças nas formulações de Gilberto Freyre (1933) e de Florestan Fernandes (1965), entre outros, impedem a justiça sócio-racial na sociedade brasileira. Esta é uma das premissa fundamentais do trabalho de Hasenbalg (1979).

Desde uma perspectiva antropológica, Livio Sansone (1993),¹⁴⁰ num trabalho que combina a análise de dados quantitativos e trabalho de campo, discute como duas gerações de negros de classe baixa em Salvador têm lidado com as mudanças decorrentes dos processos de democratização, globalização, “revolução educacional” e mobilidade social ascendente (de camadas da classe baixa), que têm experimentado a sociedade brasileira nos últimos vinte anos, e como essas gerações têm lidado com as expectativas geradas por esses processos e com as frustrações decorrentes da crise econômica da década de 1980. Em primeira instância, o autor focaliza as diferenças entre pais e filhos referidas a escolaridade, trabalho, emprego, biscate e desemprego, assim como as atitudes em relação ao trabalho e ao desemprego. Num segundo momento, Sansone focaliza as relações entre renda, trabalho e cor, a questão do preconceito e da identidade negra.

O autor conclui que: primeiro, no universo pesquisado as diferenças de geração em termos etários, embora estejam atravessadas por outras categorias importantes (classe, cor, gênero e tipo de moradia), determinam diversas posturas em relação ao trabalho, à religião e à identidade negra; e que, antes de cor ou classe é uma combinação de cor, classe, escolaridade, idade e gênero que cria as diferenças em termos de opiniões e gostos e terminologia de cor, isto é, os diferentes tipos

140. Livio Sansone. “Pai preto, filho negro. Trabalho cor e diferenças de geração”. *EAA* N° 23, 1993.

raciais. Obviamente a dosagem dos elementos varia dependendo do contexto. Entanto, é idade e cor que determinam a interpretação da própria condição de classe e fornecem a linguagem do protesto e a frustração. Segundo, que comparando a cor e a linguagem étnica de pais e filhos, são estes últimos que se definem “negros” e que melhor conseguem verbalizar o preconceito. Os pais classificariam a cor de uma forma tal que lembra o sistema de classificação descrito por Azevedo (1966). Terceiro, que entre os filhos se encontra a maior porcentagem de desempregados e a maior insatisfação com o *status quo* -insatisfação que seria o resultado da frustração de não alcançar o nível de vida de consumo prometido pela propaganda e pela escola. Quarto, que as mudanças sócio-econômicas das últimas décadas e seus efeitos homogeneizadores e heterogeneizadores sobre as culturas urbanas têm favorecido o desenvolvimento de uma nova identidade negra juvenil e de novo ponto de vista juvenil sobre o trabalho e as relações raciais. O desenvolvimento de uma nova identidade étnica entre os jovens negros das camadas baixas estaria abrangendo um ponto de vista particular sobre a posição dos negros no mercado de trabalho. Esta identidade mais *agressiva* poderia levar a acrescentar às expectativas de vida, dignidade, *status* e trabalho numa sociedade que não consegue satisfazê-las, o que poderia levar a um maior desconforto, frustração.¹⁴¹ Para Sansone, isso leva à necessidade de desmontar alguns mitos sobre a relação entre *modernidade*, relações raciais e identidade negra, já que a *modernização* das relações sócio-econômicas pode até estimular as tensões raciais e étnicas. Noutros termos, é preciso desmontar o mito de que o desenvolvimento econômico fará desaparecer as funções de raça como critério importante na estratificação sócio-econômica e na hierarquia de *status* da sociedade brasileira. É neste contexto que Sansone (1993:94) estabelece o seu vínculo com aquilo que denominamos provisoriamente modelo Hasenbalg.

Outra contribuição da Antropologia ao tema das relações raciais e mercado de trabalho foi feita pela antropóloga Caetana Damasceno (1997)¹⁴², que focaliza trajetórias ocupacionais de

141. Acredito que esse nova identidade negra e jovem, assim como o ponto de vista que lhe é concomitante, está muito bem explicitada nas músicas do grupo de rap Racionais MCs de São Paulo.

142. Caetana Damasceno. “Trabalhadoras cariocas: algumas notas sobre a polissemia da boa aparência”. *EAA* N° 31, 1997.

diferentes categorias de trabalhadores (inclusive empregados domésticos/as e profissionais liberais), recortadas pelas variáveis raça/cor, no mercado de trabalho urbano no Rio de Janeiro, no intuito de revelar a construção social das desigualdades raciais. Trabalhadoras cariocas e polissemia da boa aparência é o núcleo da argumentação. Raça e gênero no mercado de trabalho é um tema que já havia sido apontado pelo editor da revista *EAA*, Carlos Hasenbalg (1979:211-19). Dasmasceno mostra que em “situações de trabalho associadas ao ‘progresso e à modernidade’”, e em contextos de politização de identidade como o gerado pelo movimento negro, as mulheres negras estão produzindo uma nova estética negra feminina. Estas mulheres *negro-mestiças* que se caracterizam por deter capital escolar teriam tomado consciência de que os “dengues” e “quindins” da “mulata” ou da “morena” não surtem mais efeito, quando se trata da obtenção e manutenção de posições um pouco mais vantajosas em certos segmentos do mercado de trabalho e da lógica da exclusão baseada no racismo que afeta as mulheres que desempenham atividades mais especializadas. A percepção do racismo no mundo do trabalho pelas mulheres *negro-mestiças* detentoras de capital escolar afirma a premissa de Telles (1990: 76) no sentido de que os efeitos das variáveis gênero e escolaridade sobre raça fazem com que as dificuldades para obter um emprego no setor formal sejam especialmente fortes para mulheres negras. Ao mesmo tempo, a existência dessa percepção afirma a premissa de Castro e Guimarães (1993: 24), no sentido de que as mulheres, para compensar a sua subordinação de gênero, precisassem de mais capital escolar que os homens.

Ao tema das desigualdades raciais e mercado de trabalho aparece ligado o tema da mobilidade social. No trabalho de Elisa L. Caillaux (1994)¹⁴³ é focalizada os dados da PNAD de 1976 e 1988 para determinar a mobilidade ocupacional intergeracional, com o objetivo de analisar as diferenças dos ganhos alcançados pelos diferentes grupos de cor no Brasil. Segundo a autora (1994: 54), a “mobilidade social” é decorrente dos efeitos da racionalização envolvida no processo de desenvolvimento econômico: este último enfraqueceria a distribuição rígida de papéis na estrutura social. A importância do estudo da mobilidade intergeracional estaria no fato de permitir verificar, por um lado, se a ocupação do filho está vinculada àquela de seu pai em um dado momento e, pelo

143. Elisa Caillaux. “Cor e mobilidade social racial no Brasil”. *EAA* Nº 16, 1994.

outro, a medida em que as transformações econômicas passam a ter maior influência no processo de preenchimento das ocupações, alterando dessa forma a estrutura de estratificação social. Isso permite determinar a existência de oportunidades iguais para todos. Neste contexto é importante levar em conta que antes de entrar no mercado de trabalho a discriminação já está dada para os grupos preto e pardo, expressa especificamente no fato de terem um menor acesso à educação. Dentro do mercado de trabalho o número de anos de estudo se tornaria relativo, na medida em que não explica o diferencial de rendimento dentro de um mesmo grupo ocupacional, já que os rendimentos correspondentes ao exercício de uma determinada ocupação -para a qual os indivíduos estão qualificados- correspondem também à lógica da discriminação por sexo e cor.

A autora conclui que a abertura de novas ocupações e oportunidades para a população que entra no mercado de trabalho, e que são decorrentes do processo de desenvolvimento atravessado pelo país entre 1976 e 1988, relaxou a influência da origem sócio-econômica no preenchimento das posições na estrutura de classes. Isso implicou um aumento da mobilidade em geral, prevalecendo a mobilidade ascendente para os brancos em proporções maiores do que para os pretos e os pardos, aumentando a mobilidade descendente mais para as mulheres do que para os homens. Por outro lado ter-se-ia observado uma tendência de crescimento da mobilidade circular, própria de patamares razoáveis de desenvolvimento e o crescimento da mobilidade descendente, derivada da estagnação do crescimento e da crise econômica.

A relação deste trabalho com a produção acadêmica do editor Hasenbalg radica-se no fato de ter sido este último quem ¹⁴⁴ apontou para o tema de raça e mobilidade social no Brasil, este também um tema caro a Nelson do Valle Silva (1979 e 1981).¹⁴⁵ O estudo da mobilidade social intergeracional permitiria em última instância verificar se, dada a matriz de mobilidade intergeracional da população total, as pessoas nascidas em famílias de certos *status* ocupacionais efetivamente têm as mesmas oportunidades de obter certos destinos ocupacionais, independentemente da filiação a um grupo racial. Os dados analisados por Hasenbalg (1978: 205-7)

144. Tese e artigo de Dados v.4 n.3, 1981.

145. Hasenbalg e Valle Silva (1988) abordam novamente o tema em Estrutura Social, Mobilidade e Raça.

mostraram uma clara tendência consistente das pessoas de cor a atingirem menos graus de educação que os brancos da mesma origem social, logo não existiria igualdade de oportunidades entre os grupos raciais, muito pelo contrário, desigualdade em detrimento dos não-brancos. Então, se não há igualdade de oportunidades para os grupos preto e pardo na sociedade brasileira, não há democracia racial. Por outro lado, note-se que no trabalho de Elisa Caillaux foi colocada em questão a tese de Florestan Fernandes em relação aos efeitos do desenvolvimento sobre a subordinação social dos brasileiros negros.

Raça e educação é o segundo grande tema da área de estudos sobre relações raciais, publicados na revista *EAA*. Em Hasenbalg e Silva (1990) é abordada a relação entre raça e oportunidades educacionais no Brasil, especificamente a questão das desigualdades na apropriação das oportunidades educacionais em termos dos componentes de sua dinâmica. Analisam com dados da PNAD de 1982 as várias faces da trajetória escolar dos grupos de cor, isto é, admissão, progressão, e atraso escolar, repetência e evasões. E concluem que: a) uma proporção elevada de crianças não-brancas ingressa tardiamente no sistema escolar; b) a proporção de pretos e pardos que não têm acesso à escola é três vezes maior que a dos brancos, e que essas desigualdades não se devem a fatores regionais nem de circunstâncias sócio-econômicas das famílias. Embora uma melhor situação econômica reduza a proporção de crianças que não têm acesso à escola independentemente da cor, persistiria a diferença nos níveis de acesso entre crianças brancas e não-brancas inclusive nos níveis mais altos de renda familiar *per capita*; d) que a repetência acumulada junto ao efeito do acesso tardio à escola mostrou que existe uma trajetória escolar mais lenta e acidentada para as crianças pardas e pretas (no final do período obrigatório de escola mais crianças não-brancas estão frequentando a escola com atraso de três ou mais séries); e) que o problema de evasão escolar é similar nos três grupos de cor, mas devido ao fato das crianças não-brancas terem um nível de repetência mais elevado, chegam ao ponto de saída do sistema escolar com um número médio de séries completadas muito inferior ao das brancas; f) que as dinâmicas de progressão educacional verificam que as crianças do grupo branco apresentam ritmos de progressão escolar muito mais rápidos do que aqueles das crianças pretas e pardas. Para os autores (1990: 88), essas

diferenças nas dinâmicas de progressão seriam a resultante das profundas desigualdades educacionais que separam brancos e não-brancos na sociedade brasileira.

Os resultados da análise apresentada por Hasenbalg e Silva (1990) estariam concordando com as premissas de estudos anteriores em relação à questão (Rosenberg, 1982; Brandão, 1982; Dias, 1979; Melo e Cohelo, 1988; e Hasenbalg e Silva, 1988). Esses estudos teriam apontado para duas tendências no que diz respeito à relação entre a educação e a mobilidade dos grupos de cor no país, a saber, a primeira, que pretos e pardos obtêm níveis de escolaridade consistentemente inferiores aos dos brancos da mesma origem social; e a segunda, que os retornos à escolaridade adquirida em termos de inserção ocupacional e renda tendem a ser proporcionalmente menores para pretos e pardos do que para os brancos. A primeira tendência apontaria para o fato de que, ao longo de suas trajetórias educacionais, pretos e pardos estão expostos a desvantagens vinculadas diretamente à sua adscrição racial e, juntas, as duas tendências explicariam os mecanismos que confinam os não-brancos na base da hierarquia social, nos degraus inferiores do sistema de estratificação social.

Esta pesquisa baseada em dados de 1982 coloca novamente em questão a tese que afirma que níveis crescentes de industrialização e modernização da estrutura social eliminariam os efeitos de raça ou cor como critério de seleção social e gerador de desigualdades. Por último, vale a pena assinalar que o tema das desigualdades educacionais entre brancos e não-brancos foi abordado por Hasenbalg em *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (1979).

Também foram publicados em *EAA* os trabalhos de Vera Figueira (1990)¹⁴⁶, Fúlvia Rosenberg (1990)¹⁴⁷, Luiz Barcelos (1992)¹⁴⁸ e Jonathan Warren (1997)¹⁴⁹ sobre o tema das relações entre raça/cor e educação na sociedade brasileira. Preconceito e segregação espacial na escola, desigualdades e desempenho escolar são os subtemas que informam esses trabalhos. Figueira (1990) demonstrou a existência do preconceito racial numa escola de baixa renda. Segundo Figueira (1990: 63-70), o preconceito aparece diretamente ligado aos agentes internos

146. Vera Figueira. "O preconceito racial na escola". *EAA* N° 18, 1990.

147. Fúlvia Rosenberg. "Segregação espacial na escola paulista". *EAA* N° 19, 1990.

148. Luiz Barcelos. "Educação: um quadro de desigualdades raciais". *EAA* N° 23, 1992.

149. Jonathan Warren. O fardo de não ser negro: uma análise comparativa do desempenho escolar de alunos afro-brasileiros e norte-afro-americanos. *EAA* N° 31, 1997

atuantes na instituição: o professor e o livro didático. Conclui que este tipo de preconceito esteja sendo inculcado desde muito cedo nas crianças. Neste contexto, o professorado estaria atuando como mantenedor-difusor do preconceito entre os alunos por omissão, por efetivas declarações racistas ou por desconsiderar a questão ou tratá-la como um problema menor ou inexistente. Por outro lado, o livro didático estaria funcionando como um agente de destruição da identidade do sujeito negro, da mesma forma que confirma no branco o sentimento da supremacia de sua raça. Rosenberg (1990) analisa com dados do censo demográfico de 1980 e da PNAD de 1982, a situação educativa dos estudantes negros no sistema escolar paulista. Para lograr seu objetivo, Rosenberg analisou as escolas baseando-se em três indicadores: a) tipo de escola (pública ou privada); b) turno freqüentado (diurno ou noturno); e c) horas diárias de aula. Esta autora parte da premissa afirmada por Rosenberg (1981) segundo a qual “a escola do negro não é a mesma do branco”. E conclui que a um mesmo nível de rendimento, a incidência de atraso escolar é maior entre alunos negros e que estes alunos freqüentam escolas que oferecem cursos provendo menor tempo de aulas diárias, isto é, que a qualidade da escola intermedia o processo de produção de insucesso escolar entre os alunos negros, uma vez que a um mesmo nível sócio-econômico as crianças negras tenderiam a freqüentar escolas de pior qualidade, tanto nos turnos diurnos quanto nos noturnos, em ambas as redes, pública e privada. Segundo Rosenberg, as escolas com uma clientela predominantemente branca, de melhor nível sócio-econômico que apresentam melhores condições de funcionamento tenderiam a privilegiar a matrícula de alunos brancos em detrimento de alunos negros. Por um lado, estes resultados estão afirmando as premissas de Hasenbalg (1983), Silva (1983) e Telles (1990) que dizem respeito à existência de segregação espacial da população negra brasileira, no sentido de que diante da discriminação de que são objeto as famílias negras de melhor nível sócio-econômico, elas tenderiam a viver em áreas mais pobres ou a se servirem de equipamentos sociais utilizados por famílias brancas de nível sócio-econômico inferior. Por outro lado, as conclusões estariam afirmando e encontrando suporte na premissa compartilhada por Fernandes (1965) e Hasenbalg (1983) e que afirma que os brancos não reconhecem como iguais (portanto discriminam) pessoas negras que ascenderam socialmente.

O trabalho de Barcelos (1993)¹⁵⁰, com dados da PNAD de 1987 e 1998 traça um diagnóstico da situação educacional dos grupos raciais frente ao sistema educacional, focalizando particularmente a realização educacional desses grupos, isto é, taxas de alfabetização, número médio de anos de estudo, total de séries concluídas e os índices que lhe são correlacionados - velocidade de progressão no sistema escolar, repetência e evasão, assim como dados sobre a qualidade de ensino. Nos resultados apresentados por Barcelos (1993: 55) sobre os diferenciais na realização dos grupos raciais os negros (pretos e pardos) são os menos alfabetizados, estão retidos nos patamares educacionais mais baixos e a presença deles na educação superior é tão paupérrima que sequer é suficiente para ser registrada nos gráficos. Para Barcelos, a única forma de reverter o dramático quadro do desempenho educacional dos não-brancos e das desigualdades crônicas que os afetam consiste na intervenção direta do Estado, através da conceituação da educação como prioridade absoluta e da implementação de políticas públicas consistentes e duradouras.

Jonatahan Warren (1997),¹⁵¹ num estudo etnográfico e comparativo, focalizou o desempenho escolar de alunos afro-brasileiros e afro-norte-americanos, na tentativa de testar a hipótese de Fordham e Ogbu (1986), segundo a qual os afro-americanos se dão mal na escola devido à existência de um tipo de orientação cultural na comunidade negra norte-americana, que define o aprendizado acadêmico como “coisa de branco”, e o sucesso escolar como prerrogativa dos alunos norte-americanos brancos. Por outro lado, os alunos negros norte-americanos estariam vivenciando barreiras psicológicas de ambivalência e dissonância. Na base dessa hipótese estaria a idéia de que os negros norte-americanos racializam o seu mundo numa oposição binária que denota a negritude como sagrada e a branquidade como profana. Logo, as práticas e valores que produzem a branquidade são vivenciados como uma afronta à própria identidade negra e/ou marcam àqueles que os adotam como traidores da comunidade negra. Levando em conta a descoberta por parte de Warren de que os alunos afro-brasileiros estão envolvidos em práticas como “embranquecimento”,

150. Luiz Claudio Barcelos. “Educação: um quadro de desigualdades raciais”. *EAA* N° 23, 1992.

151. Jonathan Warren. “O fardo de não ser negro: uma análise comparativa do desempenho escolar de alunos afro-brasileiros e afro-norte-americanos”. *EAA* N° 31, 1997.

de que eles têm ansiedade de ser associados a mercados simbólicos da negritude, e que não adotam uma identidade racial por oposição, a tese de Fordham e Ogbu (1986) prediria que os alunos afro-brasileiros têm maior êxito escolar do que seus pares afro-norte-americanos. Não obstante, os dados não sustentam essa predição. O autor mostra que no Brasil a inexistência de uma identidade racial gerada por oposição não conduziu à obtenção de um desempenho escolar melhor por parte dos alunos afro-brasileiros, isto é, que os afro-brasileiros não são mais bem-sucedidos que os afro-norte-americanos em termos de desempenho escolar. Warren (1997: 115) afirma que as veementes conclusões dos estudos de Andrews (1992: 65) são um tanto exageradas, no sentido de que os Estados Unidos, em termos de oferta de educação são menos racistas que o Brasil, assim como considera exageradas também as afirmações de Hasenbalg e Silva (1992: 76), no sentido de enunciar que o Brasil é muito mais parecido com a África do Sul do que com os Estados Unidos em termos de educação superior, já que os autores em questão não controlaram os dados em relação a classe e região antes de fazerem suas comparações estatísticas. Segundo ainda Warren, se, por exemplo, houver uma superposição entre classe e raça no Brasil, as disparidades raciais muito superiores neste país poderiam ser ao menos parcialmente explicadas.

Um terceiro conjunto de artigos publicados na revista *EAA* refere-se à questão do **racismo**, do **preconceito** e da **segregação**. Maria Cecília da Costa (1991)¹⁵² aborda o processo de adoção de crianças para determinar e analisar a lógica racista predominante nos processos de seleção de filhos adotivos por famílias de camadas médias. A preferência dessas famílias por “crianças loiras de olhos azuis” ou “claras” estaria revelando as representações da hierarquia social e de suas fronteiras e da idealização da família de adoção, assim como de sua posição de classe. Estas representações seriam indissociáveis de atributos classificatórios em que a cor da pele é o índice e operador dominante. Noutros termos, a circulação da criança em direção à família de adoção se faz segundo uma identificação através da cor e do biotipo.

152. Maria Cecília da Costa. “A cor que não se vê e a cor que se tem: a criança preferencial na adoção de crianças nas camadas médias.” *EAA* N°21, 1991.

Francine Winddance Twine (1996)¹⁵³ estuda uma pequena comunidade rural do Rio de Janeiro para determinar qual o papel de gênero na estruturação da forma como os afro-brasileiros experimentam e analisam o impacto do racismo nas suas vidas. Twine evidenciou que existe um hiato de gênero na percepção do racismo entre os afro-brasileiros da comunidade pesquisada. Esse hiato se deve à existência de um mercado de trabalho segregado que estrutura as *experiências e expectativas* dos homens e das mulheres. O patriarcado e a segregação ocupacional estariam confinando as mulheres socialmente ascendentes a ocupações segregadas por sexo (o magistério primário, por exemplo), o que reduziria os contatos sociais dessas mulheres a adultos e crianças da localidade. Por outro lado, segundo ainda Twine, o fato de que poucas afro-brasileiras viajaram para fora da comunidade rural na procura de emprego nos centros urbanos as teria protegido de algumas das formas mais vulgares de racismo. Em relação aos homens, os seus privilégios do gênero masculino e as suas expectativas diferentes fizeram que eles registrassem mais experiências racistas nos deslocamentos e trabalhos nas comunidades urbanas.

Edward Telles (1993),¹⁵⁴ após ter analisado os dados do censo demográfico nacional de 1980, argumenta que, comparada à norte-americana, a segregação residencial dos grupos de cor no Brasil seria moderada, talvez pelo fato de não ter existido no país um sistema de segregação racial legal. Não obstante, a dita segregação moderada não pode ser explicada pelo *status* sócio-econômico porque ela se apresenta entre membros de uma mesma faixa de renda. Além disso, os índices de segregação aumentariam com a renda naquelas áreas metropolitanas com um número substancial de brancos, negros e mulatos nas respectivas categorias de renda. Para o autor, quatro seriam as implicações da segregação moderada para as relações raciais brasileiras. Primeiro, um nível relativamente baixo de consciência racial e de organização entre os afro-brasileiros; segundo, níveis relativamente altos de interação inter-racial que, junto à ideologia da democracia racial que nega o racismo, estariam reforçando a percepção generalizada de que o critério raça tem pouco ou nenhum efeito sobre as oportunidades de vida das pessoas.; terceiro, a não formação de instituições

153. Francine Winddance Twine. "O hiato de gênero na percepção do racismo dos afro-brasileiros socialmente ascendentes". *EAA* N°29, 1996.

154. Edward Telles. "Cor da pele e segregação residencial no Brasil". *EAA* N° 24, 1993.

paralelas. Estas últimas teriam sido a condição *sine qua non* da ascensão de movimentos sociais negros nos Estados Unidos e na África do Sul; e, quarto, o favorecimento de uma maior interação inter-racial, expressa na presença muito maior de casamentos inter-raciais entre a grande população pobre afro-brasileira. As quatro implicações da segregação moderada enunciadas por Telles haviam sido apontadas pelo editor Hasenbalg (1979: 233-253) como elementos fundamentais da subordinação *acquiescente* dos negros no Brasil.¹⁵⁵

Por último, no trabalho de Luiz Sant'Ana (1994),¹⁵⁶ é abordada a questão do racismo nos programas humorísticos da televisão brasileira. O autor mostrou que nesses programas são divulgadas imagens animalizadas, coisificadas, estereotipadas e anti-estéticas dos afro-brasileiros.¹⁵⁷

Também encontramos em *Estudos Afro-Asiáticos* uma categoria de textos que se referem à questão das **relações raciais e dos direitos dos afro-brasileiros**. Nessa perspectiva, o advogado afro-norte-americano Peter R. Eccles (1991)¹⁵⁸ traça um quadro comparativo da justiça racial no Brasil e nos Estados Unidos e contrasta as abordagens nos dois países a respeito da relação entre a lei e as desigualdades raciais, na tentativa de determinar "por que a relativa ausência de preconceitos raciais e cem anos de integração, ironicamente, serviram apenas para acentuar as diferenças entre negros e brancos em qualquer categoria social importante no país?". Para Eccles o problema radicaria na impossibilidade histórica do sistema jurídico do país de garantir o princípio de não-discriminação contra os negros, não obstante o estado ter sido historicamente neutro com respeito à raça, garantindo em princípio, proteção igual para todos ante a lei.¹⁵⁹ Uma segunda preocupação de Eccles tem a ver com a solução do problema, no sentido de indagar pela formas possíveis de o Brasil "se reformar" a respeito das extremas desigualdades raciais, sem sacrificar a

155. O grifo é meu.

156. Luiz Sant'Ana. "Humor negro". *EAA* N°26, 1994.

157. Hasenbalg em 1982, tinha abordado a questão do racismo contra os afro-brasileiros na televisão, especificamente na publicidade. Cf. Leila Gonzáles e Carlos Hasenbalg. *Lugar de Negro*. RJ. Marco Zero. 19982.

158. Peter R. Eccles. "Culpados até prova em contrário: os negros, a lei e os direitos humanos no Brasil". *EAA* N° 20, 1991.

159. Cf. Vainer (1990), que mostra que o estado brasileiro não foi neutro a respeito de raça na política de imigração de europeus entre 1890 e 1920.

harmonia racial e a identidade nacional, “sem passar por uma luta violenta e amarga entre negros e brancos como ocorreu nos Estado Unidos”. Dois padrões para legislar a respeito de raça no Brasil, na tentativa de erradicar as desigualdades raciais, são sugeridos pelo autor. Um “padrão mínimo”, que seria o princípio da não-discriminação contido na declaração universal dos direitos humanos e, um “padrão máximo” que diz respeito à proteção das minorias. Antes que medidas do tipo “ação afirmativa” (dada a impossibilidade de determinar quem é negro no país), Eccles enuncia a distribuição da renda como uma política mais aceitável para combater a questão das desigualdades raciais, já que esta distribuição elevaria o nível de vida dos afro-brasileiros. Não obstante, para o autor, só a existência de uma lei eficaz contra a discriminação racial, que intimide os comportamentos preconceituosos pode garantir a igualdade de *status* e de oportunidades para os brasileiros negros.

O cientista político afro-norte-americano Ronald Walters (1995)¹⁶⁰ disserta sobre a experiência da sociedade norte-americana na implementação do princípio filosófico-político da ação afirmativa para o estabelecimento da igualdade social, de tal forma a construir uma sociedade mais democrática. Ao mesmo tempo, reflete sobre a possibilidade de implementação desse princípio no Brasil para atingir a igualdade racial nos locais de trabalho e noutras esferas da sociedade. Para Walters, a idéia central do conceito de ação afirmativa é compensar os negros e outras minorias em desvantagem, e as mulheres pela discriminação sofrida no passado. Para isso, devem ser distribuídos recursos sociais como empregos, educação, moradias etc.. Além de fazer justiça, trata-se de corrigir também o balanço histórico da escravatura. Segundo Walters (1995: 131), o primeiro passo para a implementação desse princípio na sociedade brasileira é o reconhecimento do racismo e o conhecimento das formas segundo as quais ele funciona ao lado da classe para afetar os padrões de acesso a recursos como o emprego. O segundo passo consistiria em determinar o regime de melhoramento a ser adotado, de base mais individual ou de grupo. E, terceiro, a escolha do tipo de auxílio, compensatório, preferencial ou ambos. Tudo dependeria da visão particular da sociedade brasileira e de seu desejo de estabelecer a relação entre democracia e igualdade na concepção e na

160. Ronald Walters. “O princípio da ação afirmativa e o progresso racial nos Estados Unidos”. EAA N°28, 1995.

prática, por um lado, e entre igualdade e políticas públicas de melhoramento, por outro. Para Walters (1995: 138), a aplicação de princípios a problemas de desigualdade econômica é uma questão essencialmente política. Trata-se de impor certos termos políticos à consciência nacional, para logo depois forjar o consenso político para mudança. Não obstante, corresponde aos oprimidos estabelecer sua própria visão do problema e promover as soluções corretivas adequadas por meios de suas próprias ações.

Antonio Sérgio Guimarães (1997),¹⁶¹ baseando-se em matérias sobre queixas de discriminação racial, publicadas em jornais diários e revistas do país, analisa o modo como o racismo restringe os direitos individuais de pessoas e grupos de pessoas. Isto é, as conseqüências negativas do racismo sobre o exercício da plena cidadania, sobre os *os direitos e oportunidades de vida das pessoas*. A análise apresentada por Guimarães permite-lhe afirmar que no país o racismo é concomitante ao exercício do abuso da autoridade e à arbitrariedade dos agentes sociais e -segundo- que a publicização da discriminação racial no Brasil é maior nas regiões onde a renda é maior e menor o analfabetismo (as regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Brasília e Curitiba). A hipótese é que nessas regiões, por fatores de aumento de renda e educação, estariam sendo desfeitos os padrões tradicionais de hierarquia e discriminação racial. Noutros termos, que o desenvolvimento econômico estaria, como afirmou Florestan Fernandes, mudando o padrão das relações raciais no Brasil. Por outro lado, a caracterização dos diversos tipos de casos de discriminação segundo os direitos do indivíduo e as relações de poder neles envolvidas evidencia que nesses casos estavam sendo violados direitos ao trabalho, direitos do consumidor e da livre circulação. Neste contexto, para nossos propósitos argumentativos vale a pena assinalar também que Hasenbalg (1979: 261-269) havia realizado uma análise de notícias sobre casos de discriminação racial veiculados na imprensa no período 1928-1977. Nessa pesquisa, Hasenbalg determinou dois tipos dominantes de formas de discriminação, a saber, discriminação relacionada à livre circulação e discriminação ocupacional.

161. Antonio Sergio Alfredo Guimarães. "Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial publicizada". *EAA* N°13, 1997.

Um quinto conjunto de textos publicados em *EAA* diz respeito à questão do **casamento inter-racial e da miscigenação**. Hasenbalg, Silva e Barcelos (1989)¹⁶² analisam a população brasileira a partir de dados da PNAD de 1982, na tentativa de determinar a tendência entre a combinação dos grupos raciais, e detectam duas tendências gerais no processo de miscigenação da sociedade brasileira: a primeira, que as misturas com preto tendem a produzir filhos mais claros e, segundo, que as misturas com pardo tendem a gerar filhos pardos. Estes resultados estariam evidenciando uma mudança no processo de composição segundo a cor da população brasileira, já que entre 1890 e 1940 -devido à imigração européia, a população total experimentou uma fase de branqueamento. No período 1940-1980, o país teria experimentado o crescimento do grupo pardo. Logo, antes que um embranquecimento, a população brasileira estaria ficando cada dia mais parda.

Nelson do Valle Silva (1987)¹⁶³ focaliza o casamento inter-racial para determinar a seletividade conjugal e o padrão de casamento segundo os grupos de cor no Brasil. A importância do casamento inter-racial radicaria no fato de ser o ponto crítico das relações raciais no país. O autor afirma que os grupos pardo e branco, por serem os mais numerosos, têm mais oportunidades de realizar as normas endogâmicas do que os grupos menores, mais sujeitos a pressões exogâmicas: é dizer que os pretos e os amarelos casam mais por fora de seu grupo. Ao mesmo tempo, os dados evidenciariam a predominância de casamentos de homens escuros com mulheres mais claras. O caso contrário estaria longe de ser um evento raro. Para Silva, esta tendência no casamento inter-racial teria uma origem demográfica e não puramente normativa, isto é, uma porcentagem de mulheres brancas casam com homens escuros pela existência de um “déficit” de homens no seu próprio grupo. Assim, o padrão dicotômico observado nos estudos sócio-econômicos, no qual os brancos aparecem claramente diferenciados de pretos e pardos, e estes últimos ocupando uma posição muito próxima entre si, não se reproduz nos padrões de distâncias sociais implícitas nas constantes de casamento inter-racial no país. Isto é, que o grupo pardo ocupa uma posição intermediária entre brancos e pretos, parecendo estar ligeiramente mais próximo do grupo branco

162. Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e Luiz Barcelos. “Notas sobre a miscigenação racial no Brasil”. *EAA* Nº 16, 1989.

163. Nelson do Valle Silva. “Distância social e casamento inter-racial”. *EAA* Nº 14, 1987.

que do preto. Logo, as distâncias sociais nos casamentos inter-raciais não são de natureza primariamente sócio-econômica, senão que correspondem a outras hierarquias como, por exemplo, hierarquias de *status* ou de prestígio. Outros dois elementos dos padrões de casamento inter-racial no Brasil seriam, primeiro, a associação entre classe e casamento inter-racial, no sentido de que quanto mais elevada a classe social dos indivíduos, maior a intensidade da endogamia, particularmente no grupo branco e, segundo, a endogamia intrínseca é maior entre o grupo preto, provavelmente mínima entre os pardos, com o grupo branco ocupando uma posição intermédia. Por outro lado, é negada pela análise de Silva o lugar-comum de que nos casamentos inter-raciais envolvendo homens mais escuros e mulheres mais claras existe uma compensação no sentido desses homens estarem em posições mais elevadas que as mulheres em outras dimensões de *status*, já que para todas as combinações de cor nos casamentos verificou-se uma grande predominância de casais com o mesmo nível educacional. Similarmente, em quase todos os tipos de casal há uma maior ocorrência de homens mais educados do que suas esposas.

A questão do casamento inter-racial é novamente abordada pelo mesmo Silva (1991)¹⁶⁴, na tentativa de analisar a estabilidade temporal e as diferenças regionais na seletividade conjugal. Segundo o autor (1991: 59), ao examinar a variação regional, ele determinou que o sistema de distâncias sociais está fundamentalmente constituído por *barreiras de natureza geográfico-espaciais*, no sentido que dentro de cada região não existe associação entre as características raciais dos esposos. Isto é, que as distâncias sociais não refletem as distâncias sócio-econômicas dicotômicas existentes entre os grupos branco e não-branco. Logo, para aqueles que se liberaram das normas endogâmicas, as restrições que permanecem para alcançar a plena aleatoriedade racial no casamento estão associadas às diferenças nas distribuições regionais dos grupos de cor. Por outro lado, Silva afirma ter determinado um consistente declínio no tempo das tendências endogâmicas dos grupos de cor, segundo tinha predito a idéia de que o desenvolvimento econômico age como um solvente das barreiras raciais, concordando desta forma com Florestan Fernandes.

164. Nelson do Valle Silva. "Estabilidade temporal e diferenças regionais no casamento inter-racial". *EAA* N°21, 1996.

Na mesma linha de Silva, Maria Celi da Cruz Scalon (1992)¹⁶⁵ focaliza o casamento inter-racial nos dados da PNAD de 1982 para analisar a endogamia racial segundo diferentes coortes de idade, anos de estudo, e instrução do pai. A autora tomou como ponto de partida (hipóteses) os resultados do estudo de Silva (1987, 1992), Hasenbalg, Silva e Barcelos (1989) confirmando os resultados achados por estes autores e indicando a existência da rigidez dos padrões de seletividade conjugal por cor, no sentido de tenderem a se manter independentemente do *status* e do tempo.

O **centenário da Abolição da escravidão** foi um outro tema que ganhou destaque nas páginas da revista *EAA*. Com efeito, trabalhos de Carlos Hasenbalg (1987 e 1990)¹⁶⁶, Lilia Schwarcz (1990)¹⁶⁷, Patrícia Birman (1990)¹⁶⁸ e Luiz Barcelos (1991)¹⁶⁹ tratam essa questão. Nos trabalhos de Hasenbalg (1987 e 1990), basicamente e feita novamente a enunciação dos pontos centrais de sua explicação sobre a subordinação social dos negros na sociedade brasileira explicitados na sua obra de 1979, assim como uma rápida descrição das desigualdades raciais no Brasil. Em segunda instância, o autor afirma que a imprensa no país se destaca como um dos poucos âmbitos públicos em que o problema do racismo e a questão racial são tratados de maneira realista e não ambígua. Em terceiro lugar, são apresentados os pontos principais da agenda política dos movimentos sociais negros no país. Por outro lado, afirma ter acontecido uma evolução no processo de publicização da questão racial no país, evidenciada pela série de órgãos criados nas esferas municipal, estadual e federal para tratar de questões específicas do negro, assim como pelos avanços em matéria de direitos (pela representação na Assembléia Nacional Constituinte) e pelo questionamento feito por parte do movimento negro, no ano do centenário, à “farsa da abolição”. Estes fatos levam Hasenbalg a afirmar que o mito da democracia racial está perdendo legitimidade. Não obstante -continua- em termos de políticas públicas, as desigualdades sócio-econômicas entre brasileiros brancos e negros permanecem intocadas.

165. Maria Celi Scalon. “Cor e seletividade conjugal no Brasil”. *EAA* N°23, 1992.

166. Carlos Hasenbalg. “O negro nas vésperas do centenário”. *EAA* N°13, 1987. “Discursos sobre a raça: pequena crônica de 1988”. *EAA* N°18, 1990.

167. Lilia Schwarcz. “De festa também se vive :reflexões sobre o centenário da Abolição em São Paulo”. *EAA* N° 18, 1990.

168. Patrícia Birman. “Beleza Negra”. *EAA* N° 18, 1990.

169. Luiz Barcelos. “O(s) centenário(s) da abolição”. *EAA* N°20, 1991.

Schwarcz (1990) analisou uma série de eventos que comemoravam a Abolição da escravatura em São Paulo tentando determinar os sentidos implicados nesses acontecimentos. Para a autora, só restaria desses eventos uma disputa simbólica em torno da Abolição, disputa entre o Estado e os movimentos negros, já que a Abolição constituiu-se como um objeto a ser apropriado, uma tradição a ser inventada, na qual elementos antigos eram utilizados para fins bastante originais. Patricia Birman (1990), a partir de uma pesquisa sobre a temática racial no ano do centenário da Abolição, tenta mostrar como foram construídas as características raciais através desse material jornalístico. Para a autora, o ano de 1988 pode ser percebido como um ano privilegiado pela construção da negritude. Também afirma que, nesse contexto, o termo negro é concebido como tendo um valor positivo, enquanto que o termo preto se mantém como uma evidência da prática racista. Ao mesmo tempo, ter-se-ia apresentado uma tentativa de redefinição do preto como negro, na qual o negro aparece como um elemento de continuidade do passado com o presente da sociedade brasileira. Por outra parte, o ano do centenário da Abolição teria sido um ano privilegiado da denúncia da desigualdade racial e da discriminação contra os negros.

Por último, Barcelos (1991) tenta apreender os múltiplos significados que os jornais deram ao centenário da Abolição. Estes significados estariam respondendo a problemas contemporâneos. Cinco teriam sido os significados construídos em torno do centenário da Abolição. O primeiro falaria do passado, do folclore e quase que exclusivamente da escravidão. O segundo falaria das diversas contribuições do negro à sociedade brasileira. O terceiro significado construído em torno desse evento é aquele que fala basicamente da data 20 de novembro e de Zumbi, em oposição ao 13 de maio e à princesa Isabel. Isto diz respeito à disputa simbólica entre o movimento negro e o *establishment* em torno da codificação do ano do centenário. O quarto significado evidenciado por Barcelos tem a ver com o papel do Estado nas relações raciais brasileiras. Segundo este autor, a análise evidencia que pouco tem feito o Estado em relação à questão das relações raciais, não obstante seria claro que não tem sido neutro. Por fim, o centenário que fala das desigualdades raciais ou principalmente do racismo e discriminação racial, seria o centenário que fala da cidadania. Este último seria o significado predominante atribuído ao centenário da Abolição. Segundo

Barcelos (1991: 208), esses significados foram elaborados como resposta da sociedade brasileira à antiga ordem racial, já que a credibilidade nos pressupostos que a sustentavam ficou abalada, no sentido de que “o branqueamento seria um solução impossível e a democracia racial uma ficção.”

Caracterizei um oitavo conjunto subtemático de trabalhos da área das relações raciais sob o rótulo **sistemas classificatórios de cor/raça**, por considerar que a classificação racial é uma instância própria a ser considerada na compreensão da sociedade e pelo fato da discussão em torno do sistema classificatório permear a produção toda da área de estudos afro-brasileiros. Moema de Poli Teixeira Pacheco (1987) analisou a cor, enquanto critério de classificação, a partir das categorias utilizadas por um grupo de baixa renda e concluiu que as pessoas nesse grupo não se pensam como negros e brancos, não obstante essa oposição seja um ponto de referência no sistema de classificação utilizado que é dado pela sociedade. Segundo a autora, toda categoria racial é relacional, relativa ao contexto de sua enunciação. Também chama a atenção para o fato de que trabalhar com categorias *fora do contexto* impede que se compreenda as diferenças que se estabelecem entre pessoas e grupos de pessoas. Para Teixeira Pacheco, a classificação racial é uma instância própria, diferente, não submetida à classificação de classe. Raça seria então um critério importante de categorização das relações sociais que podem se estabelecer entre indivíduos e grupos de indivíduos, de qualquer grupo, de qualquer classe, no interior de cada grupo e de cada classe. Tratar-se-ia, então, de saber *do quê* e *de quem* se está falando quando se fala em raça, e de determinar o seu lugar no contexto maior das formas de organização e de representação da sociedade.

Nelson do Valle Silva (1994) introduz no debate o conceito de raça social. O ponto é que as pesquisas que usam os dados do IBGE poderiam “ter pintado em cores excessivamente fortes” as diferenças sócio-econômicas entre os grupos de cor. Isto é, que a (auto) classificação de cor, presente nos dados do IBGE e utilizados pelo pessoal da Sociologia, das desigualdades raciais no país -particularmente no Rio de Janeiro- está contaminada pela situação social do respondente. “[E]ntão, as correlações encontradas [nessas pesquisas] são mais elevadas do que se obteria caso o

critério de classificação fosse mais biologicamente objetivo...¹⁷⁰ Em síntese, "...no Brasil, não só o dinheiro *embranquece*, como, inversamente a pobreza também *escurece*" porque o cálculo da identidade racial no país é de natureza fundamentalmente social. Noutros termos, o autor está afirmando que no Brasil os critérios para calcular a "identidade racial", antes de serem meramente biológicos, são sociais. Yvonne Maggie (1991),¹⁷¹ em interessante trabalho sobre o sistema de classificação racial no país, mostra que pretos e brancos (duas das categorias do IBGE), marcam diferenças sociais que denotam desigualdade social. Isto é, chega também à conclusão da natureza essencialmente social da identidade racial no Brasil. Palavras mais, palavras menos: no Brasil não há *One drop rule*.

Num outro artigo, Nelson do Valle Silva (1996) discute a viabilidade de introduzir a categoria moreno no lugar da categoria pardo no sistema de classificação do IBGE, polêmica levantada pela publicação em 1995 dos resultados da pesquisa realizada pelo Datafolha sobre a questão racial no país. Reconhecendo a grande popularidade do termo moreno, o autor argumenta que a introdução deste termo na escala censitária implica o deslocamento do quesito censitário de um objetivo mais estritamente *demográfico* (a mensuração de uma característica física) para a questão da identidade de cor. Também o nosso autor reconhece que a morenidade tem sido muito importante no ideário racial brasileiro; a morenidade seria a metarraça, a síntese final da mestiçagem, o ideal da democracia racial feito realidade. Após ter explorado através da PNAD de 1976 o perfil dos respondentes que se autoclassificaram como morenos, o autor determina a compatibilidade dessa classificação com aquela proposta pelo IBGE (brancos, pardos, pretos e amarelos), levando em conta variáveis como educação, região e renda. Valle Silva conclui que os autodenominados morenos estão em média numa situação semelhante à dos pardos e que, ao considerar os grupos de cor nos quais se enquadraram (na autoclassificação), os morenos são parecidos com os demais pretos, pardos ou brancos, conforme eles tenham se enquadrado num ou outro grupo. Logo, o sistema de

170. Valle Silva. "Uma nota sobre 'raça social' no Brasil". *EAA* N°26, 1994.

171. Yvonne Maggie. *A Ilusão do Concreto. Análise do Sistema de Classificação Racial no Brasil*. Tese para o concurso de professor titular de Antropologia. Departamento de Ciências Sociais. UFRJ. 1991. Esta tese é um dos resultados parciais de um projeto apoiado pela Fundação Ford e pelo CNPq.

mensuração do IBGE estaria capturando corretamente a característica física/demográfica que se pretende determinar, a “cor da pele”.

Por último, um nono conjunto de textos publicados em *EAA*, fazem referência à “**família negra**”. Dois olhares disciplinares focalizam diferentes aspectos dessa entidade social. A antropóloga Moema Teixeira Pacheco (1986)¹⁷² levanta a questão da especificidade da família negra, e relativiza a existência empírica de um modelo de família negra, na tentativa de demonstrar que o tipo de famílias com arranjo de chefe sozinho, sem cônjuge, com filhos não constitui o modelo mais representativo entre os negros, como se tem afirmado. Segundo a autora, após a análise dos dados estatísticos da PNAD de 1980, não é possível afirmar que a chefia feminina seja o tipo de arranjo mais representativo das famílias negras em situação de pobreza, já que a pobreza das famílias de chefe mulher sem cônjuge com filhos vai além da questão da cor, no sentido de que os dados para as famílias brancas e negras não variam muito. Se as famílias negras possuem alguma especificidade em relação à sua forma de organização, ela deve ser procurada nas condições sócio-econômicas de reprodução que lhes são impostas. Estes resultados do trabalho de Teixeira Pacheco contestam a premissa de Florestan Fernandes (1978:200), segundo a qual a família negra em São Paulo poderia ser definida como uma família *incompleta* no sentido do arranjo mais freqüente de organização familiar entre os negros ser do tipo chefe mulher sem cônjuge com filhos. Vale a pena assinalar também, Oliveira, Porcaro e Araújo Costa (1983 e 1985) haviam relativizado dois elementos centrais da caracterização de Florestan Fernandes (1978) como incompleta e instável, a saber, as questões da “insuficiência econômica do homem negro” e da mulher negra como “sustentáculo da família negra”.

Um outro trabalho de Moema Teixeira Pacheco (1989)¹⁷³ aborda a questão da estrutura e organização familiar, por um lado, e, pelo outro, as relações estabelecidas entre formas de organização familiar e situações sócio-econômicas, isto é, a questão entre desenvolvimento

172. Moema Teixeira Pacheco. “A família negra: exame de algumas questões”. *EAA* N° 13, 1986.

173. Moema de Poli Teixeira Pacheco. “As desigualdades raciais em dois tipos de famílias”. *EAA* N° 16, 1989.

econômico e tipo de famílias mais organizadas. A autora usa dados do censo demográfico de 1980 para comparar famílias brancas e negras, conjugais com filhos e mulheres sem cônjuge com filhos em regiões que refletem diversos níveis de desenvolvimento econômico, Nordeste e Sudeste, e prova mediante os indicadores de rendimento familiar que as desigualdades raciais persistem em famílias “completas” ou “incompletas” nas duas regiões de desenvolvimento econômico e que essas desigualdades chegam a ser mais acentuadas nos meios de maior “organização familiar e de maior desenvolvimento econômico, isto é, famílias conjugais com filhos, na região Sudeste do país, em São Paulo. Noutros termos, a análise apresentada pela autora coloca em questão a premissa que afirma que a estrutura familiar está diretamente associada a situações sócio-econômicas, nas quais a organização da “família negra” em famílias conjugais estaria vinculada à melhoria de suas condições de vida e à diminuição das desigualdades raciais. Novamente aqui o interlocutor direto de Moema Teixeira Pacheco é Florestan Fernandes. Este autor teria se filiado à linha teórico-argumentativa de Frazier (1939) e Moynihan (1965) segundo a qual após a abolição os negros não teriam podido se adaptar às normas dominantes de família nuclear na sociedade, daí a fraqueza da sua estrutura de organização familiar, caracterizada por condições de “desorganização” social, anomia. A saída da anomia por parte da família negra e a sua integração a sociedades de classes, segundo a ótica de Florestan Fernandes (1966: 55-66), consistiria na “organização” da família negra segundo os “padrões” da sociedade abrangente.

A família negra também foi abordada pela demógrafa Ana Maria Goldani (1990),¹⁷⁴ que focaliza dados da PNAD de 1984 para determinar os principais padrões pelos quais as mulheres no Brasil formam suas famílias e o modo como esse processo é diferenciado por raça. Após a análise da seqüência e do espaçamento dos eventos de formação da família - particularmente do casamento, primeiro nascimento, nascimento pré-marital e concepção, Goldani conclui que existem variações no processo de formação de família das mulheres brancas, pardas e pretas e que essas variações estão fundamentalmente associadas às diferenças nos padrões reprodutivos: os menores níveis de

174. Ana Maria Goldani. “Diferenças raciais no processo de formação da família”. *EAA* N°19, 1990.

mortalidade das mulheres brancas e a sua menor taxa de fecundidade, assim como o fato das mulheres pretas serem mais suscetíveis que as brancas a vivenciarem concepções pré-maritais e primeiros partos mais rápidos indicam que no Brasil como um todo as mulheres pardas e pretas estão constituindo famílias mais amplas e com maior rapidez que as mulheres brancas. As diferenças encontradas, segundo a autora, são relevantes pela relação que guardam com a dimensão trabalho na trajetória de vida da mulher, no sentido de terem profundas implicações tanto em termos das desigualdades de oportunidades no nível dessas trajetórias, quanto no âmbito da reprodução social mais ampla, já que os níveis periódicos de fecundidade têm conseqüências para as estruturas do mercado de trabalho, para as taxas de mobilidade e para as relações intergeracionais futuras.

3.2.1. Primeira conclusão preliminar

Até aqui realizamos uma rápida passagem por quarenta (35%) artigos referentes aos afro-brasileiros publicados na revista *Estudos Afro-Asiáticos* no período 1986-1997, na tentativa de determinar os sentidos, isto é, os interesses presentes nos seus propósitos. Temos evidenciado que existe uma linha argumentativa, implícita ou explícita, que perpassa todos esses trabalhos, a saber: primeiro, afirmam e reafirmam, provam e comprovam a existência de desigualdades raciais no Brasil. Segundo, argumentam que essas desigualdades raciais são fruto do racismo e do preconceito racial e, que estes são a causa fundamental da subordinação social dos negros na sociedade brasileira. Terceiro, afirmam que raça é um importante critério na alocação de pessoas na estrutura de classes e na hierarquia sócio-econômica. Quarto, boa parte desses trabalhos tinha como objetivo final questionar a idéia enunciada por Florestan Fernandes, segundo a qual a modernização, a urbanização e a industrialização decorrentes do desenvolvimento econômico seriam um solvente das relações raciais, isto é, que raça perderia sua eficácia como critério de seleção e que os afro-brasileiros seriam incorporados às posições “típicas” da sociedade de classes, integrados à sociedade. Quinto, grande maioria dos trabalhos em questão utiliza por razões metodológicas e/ou políticas nas suas análises a dicotomia brancos/não-brancos e/ou

brancos/negros. Sexto, que esses trabalhos remetem implícita ou explicitamente ao trabalho *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* do editor da revista, Carlos Hasenbalg (1979). Segundo Michel Agier (1992: 99), na década de 1970, particularmente com os estudos de Hasenbalg, “[i]naugura-se, [...], a entrada da questão do racismo no âmbito das ciências sociais no Brasil.”

Por outro lado, uma outra idéia recorrente neste conjunto de trabalhos analisados é aquela que diz respeito à intervenção direta do Estado nas relações raciais no Brasil, com o objetivo de diminuir as desigualdades raciais como *conditio sine qua non* para a construção de uma sociedade democrática.

3.3. A história dos afro-brasileiros na revista EAA.

Quais os sentidos que informam a produção publicada em EAA em relação ao tema “Escravidão e Abolição”? Nosso procedimento para determinar os sentidos e/ou interesses implícitos ou explícitos na produção intelectual referida ao devir histórico dos afro-brasileiros será similar ao realizado anteriormente com os textos que dizem respeito ao brasileiro negro na sociedade de classes, isto é, isolar conjuntos temáticos de textos, para tratá-los numa ordem cronológica, na tentativa de determinar possíveis mudanças na linha editorial da publicação. Para isso, vou me valer da classificação temática sugerida no cadastro *Escravidão e Relações Raciais no Brasil*,¹⁷⁵ categorizada sob o rótulo “escravidão e abolição”, esta categoria não se refere somente à escravidão e abolição, mas também engloba, por um lado, os estudos referidos ao período que vai do início da chegada dos africanos ao Brasil no século XVI até 1888, ano da abolição e, pelo outro, aqueles estudos que abordam a questão da transição do trabalho escravo para o livre.¹⁷⁶

175. Luiz Claudio Barcelos, Olivia maria Gomes da Cunha e Tereza Crsitina Nascimento Araujo, *Escravidão e relações raciais no Brasil: Cadastro da produção intelectual (1970-1990)*. Rio de Janeiro, Centro de estudos Afro-Asiáticos, 1991.

176. Servir-me da categorização do Cadastro não implica que eu concorde com essa forma de “organização” da produção historiográfica sobre a experiência negra no Brasil. Muito pelo contrário, acredito que a classificação temática da dita produção tem que estar fundamentalmente baseada nos novos desdobramentos teórico-políticos da

O primeiro conjunto de textos isolados da produção sobre a experiência negra no Brasil foi categorizado sob o rótulo escravidão em geral. O primeiro texto publicado em *EAA* sobre essa temática foi o trabalho da antropóloga Sonia Maria Giacomini (1988)¹⁷⁷, no qual a autora, baseando-se em relatos dos jornais da segunda metade do século XIX, analisa as tensões inerentes aos papéis sociais e sexuais da mulher escrava no Brasil e rediscute as representações prevalentes nessa época a respeito. São dois os propósitos da autora: por um lado, desmitificar o papel atribuído à mulher escrava e questionar o discurso dominante sobre a condição da mulher negra no Brasil contemporâneo e, pelo outro, evidenciar que a resistência aberta ou dissimulada, a fuga de escravos e a sabotagem cotidianas são uma prova de que os seres humanos escravizados no país se recusaram a assumir o papel de objeto inerente às relações escravistas, isto é que os escravizados foram também sujeitos históricos.

Sidney Chalhoub (1989)¹⁷⁸ analisa as percepções e as atitudes dos escravizados nas situações de transferência de propriedade, particularmente os negros vindos das províncias do Norte; determina que a massiva transferência de escravizados na década de 1870 das províncias do Norte para as regiões produtoras de café no Sudeste do país fortaleceu a resistência à escravidão nesta última região, principalmente pelo fato de que os escravizados recém-transferidos percebiam esse fato como uma injustiça por parte de seus proprietários, já que não lhes eram respeitados seus mais elementares direitos. Os escravizados teriam tido suas próprias idéias do que estava acontecendo no mercado e umas formas mais ou menos estabelecidas para mostrar sua preferências no momento decisivo da venda. Por outro lado, segundo a perspectiva do autor, as relações afetivas dos escravizados deviam ser levadas em conta e os castigos deveriam ser apropriados e aplicados com justiça. Segundo Chalhoub, muitos desses escravizados que tinham sido tirados à força de seus lares originais, de suas famílias e de suas ocupações cotidianas reagiam com violência

historiografia do negro no Brasil. Cf. Silvia Hunold Lara. "Blowin' in the Wind: Thompson e a experiência negra no Brasil." In *Projeto História*, São Paulo (12), out. 1995. "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil". *Projeto História*, São Paulo, (16), fev. 1998. "Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico". *LPH: Revista de História*. Vol.3. N.1. 1992, Depto. História/UFOP.

177. Sonia Maria Giacomini. "Ser escrava no Brasil". *EAA* N° 15, 1988.

178. Sidney Chalhoub. "Negócios da escravidão: os negros e as transações de compra e venda". *EAA* N°16, 1989.

contra seus donos, atacando seus proprietários e estabelecendo ou travando lutas e desordens que podiam bloquear as transferências às plantações de café, ou fugindo e tratando de retornar a suas províncias de origem.

Tânia Maria Nery Kajerfve e Silvia Maria Jardim Brügger (1991)¹⁷⁹, baseando-se em registros paroquiais do século XVIII, analisam as relações de compadrio entre os escravizados e estabelecem que estes tendiam a formar unidades familiares estáveis e a formar uma ampla rede de relações sociais com várias camadas da população colonial. Por outro lado, as autoras notaram uma forte tendência desses escravizados a dar novos significados a suas famílias e a seus parentes rituais, significados esses que serviam como mecanismos para recriar estruturas de parentesco num amplo sentido e para recriar uma identidade como a de um grupo e uma comunidade negra. No período colonial, o compadrio teria tido funções complementares às relações familiares entre os cativos. O fardo de ser explorado teria sido amenizado em certa forma por laços solidários como os de compadrio, no sentido de redimensionar o cotidiano dos cativos assegurando-lhes um espaço suficientemente amplo para a sociabilidade e o companheirismo.

Nesta mesma linha de argumentação, encontramos o trabalho de Sheila Siqueira de Castro Faria (1993)¹⁸⁰, que aborda as variações regionais em relação ao acesso de escravos ao matrimônio na Igreja Católica, nos séculos XVII, XVIII e XIX, para evidenciar a grande importância que os escravizados teriam dado ao estabelecimento ou formação de suas famílias, preferindo o significado legal predominante, a bênção da Igreja Católica. Os escravizados teriam preferido o tipo de casamento legitimado pela Igreja como parte de uma estratégia de luta pelo reconhecimento de sua humanidade e dos direitos sociais adquiridos. Por outro lado, a participação em rituais e cerimônias católicas, particularmente no batismo e no casamento teria tido o objetivo fundamental de preservar a autonomia conquistada em suas vidas diárias.

179. Tânia Maria Nery Kajerfve e Silvia Maria Jardim Brügger. "Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *EAA* N°20, 1991.

180. Sheila Siqueira de Castro Faria. "Família escrava e legitimidade. Estratégias de preservação da autonomia". *EAA* N° 23, 1992.

Flávio dos Santos Gomes (1993)¹⁸¹ analisa a formação e transformação de uma comunidade quilombola através do século XIX na região de Iguaçu no estado de Guanabara. Esta região, pela sua disposição geográfica, teria sido refúgio de muitas comunidades de escravizados fugitivos e apesar das tentativas por parte das autoridades e dos proprietários de escravos para localizar e acabar com as ditas comunidades, elas teriam permanecido intocadas. Segundo Gomes, essas comunidades que foram organizadas pelos quilombolas de uma forma autônoma e alternativa tiveram suas próprias formas de organização social e econômica e estavam integradas à vida local no sentido de manter relações comerciais, solidárias, e com os posseiros, comerciantes locais, escravizados fugitivos das fazendas vizinhas, homens livres, pequenos proprietários e fazendeiros, que os reconheciam como camponeses independentes. No fundo, Gomes afirma que os quilombolas foram sujeitos históricos. Pessoas que procuravam obter maior autonomia e controle sobre suas vidas, e que nessa busca se engajaram em lutas políticas e alianças com outros grupos sociais.

Andréa Jácome Simonato (1995)¹⁸², a partir do estudo de uma fazenda na área rural da província de Rio de Janeiro do século XIX e de diversos tipos de fontes (inventários, contas de tutela, testamentos), discute o papel do parentesco, das alforrias e a posse de terras no contexto das relações sociais escravistas. Segundo Simonato, para os ex-escravizados rurais a necessidade de organização e de criação de laços de solidariedade, bem como o parentesco com cativos, constituíam o horizonte mais próximo. O parentesco teria sido o elemento que gerava as formas de acesso à terra e criava os laços de solidariedade entre os cativos. Por outro lado, a propriedade da terra e o parentesco teriam configurado um conjunto de relações sociais e símbolos culturais que permitiram a formação de uma comunidade negra responsável pela preservação de certos valores culturais no tempo. A conservação da paz teria sido um dos valores principais a preservar, já que a interação de africanos de diversas etnias e crioulos de diversas regiões, gerava um enorme potencial de conflitos.

181. Flávio dos Santos Gomes. "O 'campo negro' de Iguaçu: escravos, camponeses, e mocambos no Rio de Janeiro (1812:1883)". *EAA* Nº 25, 1993.

182. Andréa Jácome Simonato. "Osftio de Ferreira e suas histórias". *EAA* Nº 27, 1995.

Um segundo conjunto de textos da produção historiográfica publicado na revista *EAA* corresponde a “estudos específicos” relativos ao período compreendido entre o século XVI (introdução dos primeiros africanos escravizados no Brasil) e 1888 (ano da abolição da escravidão legal no país).

Neste conjunto de textos encontramos o trabalho de Flávio dos Santos Gomes (1991)¹⁸³, que analisa os diferentes pontos de vista sociais assignados no papel político dos libertos e em especial a Guarda Negra (uma organização de escravizados liberados), no contexto das questões concernentes à situação dos negros no Brasil pós-abolição. Segundo Gomes, as diversas versões que emergiram em relação à Guarda Negra (de abolicionistas, de autoridades do Império, de republicanos, de monarquistas e até dos seus legítimos representantes ou chefes), continham como pontos em comum a perspectiva positivista e racista das elites no final do século XIX. Por outro lado, não seria importante se a Guarda Negra foi uma milícia de capoeiras recrutadas para reprimir os republicanos ou um grupo organizado de libertos que manifestavam a sua gratidão à princesa Isabel. Para Gomes, o ponto a reter é que a ação dos libertos e da Guarda Negra no alvorecer da República foi uma demonstração da micropolítica que tinham forjado os escravizados e logo os libertos. Mais uma prova de que primeiro os escravizados e mais tarde os libertos nunca deixaram de criar, recriar, e inventar espaços de liberdade. Os significados dessa liberdade teriam sido diversos, podendo ser desde a possibilidade de poder calçar sapatos, andar sem passes e até retirar as suas mulheres do trabalho da lavoura.

Carlos Eugênio Líbano Soares (1993)¹⁸⁴ retoma a questão da Guarda Negra na tentativa de esclarecer os indicadores políticos da participação política dos grupos de capoeiras durante os últimos vinte anos da monarquia usando como referência à guerra do Paraguai e à abolição da escravidão em 1888. Para Soares, os conflitos entre os militantes republicanos e a chamada Guarda Negra que remontam ao início da década de 1870 devem ser vistos num contexto amplo, no qual

183. Flávio dos Santos Gomes. “No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte (1888-1889)”. *EAA* N° 21, 1991.

184. Carlos Eugênio Líbano Soares. “Da Flor da Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial”. *EAA* N° 24, 1993.

seja possível reconstruir o fragmentado e complexo cenário político das ações dos homens livres e os escravizados urbanos, isto é, evidenciar a complexa trama de relações e a intrincada rede de interesses convergentes e em conflito em que nasceram as relações entre a chamada população urbana subordinada e os agentes dos partidos políticos do crepúsculo do Império. No fundo, o nosso autor tenta contestar visões “primitivistas” em relação à participação política de setores das chamadas classes subalternas, e afirmar que a participação política desses grupos é fruto de uma opção política (mesmo que não entendida como uma opção ideológica formal) construída durante décadas de experiência cultural e convívio social na capital imperial, na corte, e afirmar que correspondia a uma vontade coletiva de participar de um processo do qual, de outra forma, eles estariam alijados, e a uma consciência integrada aos grandes temas da política formal.

Outro trabalho referente ao século XIX publicado em *EAA* foi o artigo de Sidney Chalhoub (1995)¹⁸⁵, que aborda a importância do controle da febre amarela no Rio de Janeiro do século XIX para a formação de uma ideologia racial. Segundo Chalhoub, a política da febre amarela e do controle das doenças em geral e a formação do ideal do branqueamento nesse período deve ser vista como parte integrante do processo histórico que estava reconstruindo as relações de trabalho no país, no sentido de que a febre amarela era vista como a doença do futuro, do trabalho assalariado e dos imigrantes brancos, isto é, um obstáculo no caminho que levaria o país a alcançar os objetivos definidos de progresso e civilização. Por outro lado, o autor afirma (1995: 101) que, não obstante a linguagem ambiental continuasse predominando entre os médicos e autoridades brasileiras na virada do século, tanto os primeiros quanto os segundos teriam agido a partir do pressuposto de que o objetivo político dos planos de controle das doenças era embranquecer a população, já que, ao lutar contra a febre amarela e esquecer doenças que afetavam aos negros, teriam planejado intervir no ambiente a fim de ajudar a “natureza”. O trabalho da natureza ajudada pela miscigenação e pela imigração teria sido “a silenciosa eliminação da herança africana”, isto é, o desaparecimento da herança da “raça inferior” na sociedade brasileira.

185. Sidney Chalhoub. “Febre amarela e ideologia racial no Rio de Janeiro do século XIX”. *EAA* Nº27, 1995.

Em 1996, foi publicado um outro trabalho de Flávio dos Santos Gomes¹⁸⁶, no qual este autor, baseando-se em plantas de mocambos mineiros do século XVIII, especula a respeito das possíveis estruturas sócio-econômicas, simbólicas e rituais forjadas pelos escravizados fugidos. A partir das plantas em questão, Gomes (1996:) revela a complexidade das práticas culturais, políticas, econômicas e militares dos quilombolas, mostrando como, através de suas práticas econômicas, procuravam manter relações permanentes de trocas sociais e econômicas com outros setores da sociedade escravista e argumenta que essas práticas podem ter sido constituídas de reinvenções culturais baseadas nas variadas origens étnicas africanas. Logo, para dizer o modo como os africanos e seus descendentes no Brasil forjaram uma cultura original e um mundo novo para suas vidas, é preciso enfatizar os verbos reinventar, reelaborar e recriar.

Por último, nesta categoria geral (século XVI-1888), foi alocado o trabalho de Márcia C. Leão Bonnet (1997),¹⁸⁷ no qual a autora se vale do inventário *post-mortem* de pintor e dourador que produziu na segunda metade do século XIX Antonio da Conceição Portugal, para evidenciar algo que tinha sido muito difícil de provar aos historiadores, a utilização de mão-de-obra escravizada na feitura de objetos de arte. Segundo a autora, os historiadores tinham a suspeita de que, sob as ordens dos mestres artífices, trabalhassem muitos escravos (não acreditavam que tão poucos homens realizassem tarefas tão trabalhosas em espaços de tempo relativamente curtos), mas nos registros só apareciam nomes de homens livres. O testamento de Antonio da Conceição Portugal permitiu à autora não só determinar a participação de mão-de-obra escravizada na produção artística do ateliê de Portugal, mas também evidenciar o fato de que “os mestres” se encontravam entre os próprios escravos artífices. Não obstante esses escravizados artífices cumprirem com a função de mestre na rotina de trabalho na especificação profissional desses escravizados, presente no testamento em questão, não aparecia o título de mestre, talvez devido à condição mesma de escravizados.

186. Flávio dos Santos Gomes. “Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentistas”. *EAA* Nº 29, 1996

187. Márcia C. Leão Bonnet. “Produção artística e trabalho escravo no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX - um estudo de caso”. *EAA* Nº 27, 1997.

Foi possível também isolar uma terceira categoria de textos, desta vez sob o rotulo de **resistência**. “O jogo duro do Dois de Julho: o “partido negro” na Independência da Bahia” de João José Reis é o nome do artigo com o qual a nova historiografia dos negros no Brasil faz seu *début* na revista *EAA*.¹⁸⁸ Nesse trabalho, o autor discute brevemente o desenrolar dos acontecimentos da Independência da Bahia, destacando as diversas posições das forças sociais, analisando as atitudes dos negros e pardos, livres e escravos, frente aos acontecimentos e discutindo os temores da elite diante do “partido negro” da Independência. Reis parte da premissa de que as divergências políticas com frequência equivaliam às clivagens de classe e raça. Nesse contexto, os escravizados, particularmente os crioulos e pardos nascidos no Brasil, que junto com homens livres afro-baianos participaram ativamente no drama da Independência, teriam sido percebidos pela elite como um terceiro “partido” -ao lado do português e do brasileiro, o “partido dos negros e das pessoas de cor”, o mais perigoso por ser o mais forte numericamente falando.¹⁸⁹ Os escravizados teriam tomado vantagens nas disputas e negociações locais para negociar ou rebelar-se individualmente ou em grupos para ganhar futuros terrenos na sociedade baiana. Não obstante os escravizados não terem conseguido organizar-se para participar do projeto político de libertação nacional -pelo fato de acharem-se divididos em diversas etnias africanas adversárias e pela secular animosidade entre escravizados africanos e crioulos, o controle sobre eles teria desaparecido paulatinamente durante e após a guerra de Independência.

O trabalho de Thomas H. Holloway (1989)¹⁹⁰ analisa as relações entre polícia e sociedade na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro através dos documentos da polícia. Os documentos mostram que a prática da capoeira era a razão mais comum e a mais séria para os escravizados serem objeto da repressão policial. Segundo Holloway (1989: 136), a persistência da prática da capoeira -apesar das frequentes detenções e as punições sumárias, estaria indicando que

188. João José Reis. “O jogo duro do Dois de Julho: o ‘partido negro’ na Independência da Bahia”. *EAA* N° 13, 1986.
189. Segundo Reis (1986: 49), a elite temia que com o tempo a Independência se transformasse num movimento mais profundo, caso o discurso de libertação nacional alcançasse as senzalas. As elites temiam que “o Haiti fosse aqui”.

190. Thomas H. Holloway. “O ‘saudável terror’: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX”. *EAA* N° 16, 1986.

ela foi um método bem-sucedido utilizado pelos negros urbanos para defender um “espaço social”. Por outro lado, para Holloway, se a capoeira foi vista como um problema de controle social e segurança pública por parte das autoridades, sob a perspectiva dos escravizados, a capoeira aparecia sucessivamente como um ato de *resistência* ao rigoroso controle sobre os escravos e negros livres para defender certo grau de *autonomia* para o mundo social dos escravizados e seus aliados entre as pessoas livres das classes baixas urbanas.

Cécilia Moreira Soares (1993)¹⁹¹, baseada em documentos do arquivo público do estado da Bahia, mostra a repressão ao Candomblé de Paramerim em 1853 e as ações políticas de lideranças religiosas e autoridades locais para alcançar tal fim. Por outro lado, evidencia a resistência realizada pelos negros para a sobrevivência do Candomblé. Segundo a autora, a maleabilidade cultural dos africanos, expressa na mestiçagem cultural a partir de elementos exclusivamente africanos, teria sido um mecanismo importantíssimo na sobrevivência real e espiritual do povo negro, que explica em última instância porque o candomblé conseguiu se legitimar como parte importante da cultura nacional.

Dale T. Graden (1996)¹⁹², baseado em documentos primários conservados em diferentes arquivos, demonstra como as pressões internas no Brasil contribuíram para a extinção do tráfico de escravos em 1850. Vários acontecimentos importantes teriam ajudado a aumentar a aversão popular e oficial ao tráfico de escravos, entre os quais o autor destaca como importantes a Revolta dos Mães em 1835. Este acontecimento teria deixado profundamente preocupada a classe dos senhores com a capacidade de organização e rebelião dos escravos urbanos. Nas duas décadas seguintes à Revolta dos Mães, as rebeliões dos escravizados teriam acontecido com maior frequência, também teria aumentado o número de quilombos suburbanos e rurais ao longo do litoral e do interior. Segundo o autor (1996: 136), a entrada maciça de milhares de escravos africanos aos portos fortaleceu a resistência dos escravos e libertos africanos residentes em Salvador e no Rio de Janeiro

191. Cécilia Moreira Soares. “Resistência negra e religião: a repressão ao Candomblé de Paramerim”. *EAA* N° 23, 1993.

192. Dale T. Graden. “Uma lei...até de segurança pública”: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856).

-que tinham se tornado cidades africanas. Os discretos cultos religiosos islâmicos, as cerimônia noturnas de candomblé, as irmandades urbanas, as redes de comunicação entre cidade e campo, assim como uma rede comercial interprovincial e transatlântica controlada por libertos e o surgimento de grupos abolicionistas compostos de escravos e pessoas livres são enunciados pelo autor como parte dos reforços à resistência escrava. Por outro lado, também teriam sido determinantes no processo de abolição do lucrativo negócio do tráfico os surtos de febre amarela e de cólera entre 1849 e 1856, que muitos atribuíam às más condições de higiene dos navios negreiros.

No mesmo conjunto de textos que enfatizam a resistência foi alocado o artigo de Márcia Sueli Amantino (1997).¹⁹³ Neste trabalho, a autora identifica o perfil do escravo fugitivo a partir de fontes cuja característica comum é o fato de terem sido mecanismos que lançaram os proprietários para rever seus escravos ou listagens elaboradas por autoridades no momento de destruição de quilombos, e nos quais aparecem, em geral, dados pessoais dos escravizados como, por exemplo, nome, idade, sexo etnia, profissão, estado de saúde e ligações parentais, entre outras informações. Segundo Amantino (1997: 184-5), nem todos os escravizados tinham condições de fugir, e o mais propenso a fugir era o escravizado homem e adulto, do qual variava a naturalidade dependendo do período levantado. Assim, antes de 1850, havia predomínio de africanos e, após esse período, os crioulos lideram os números dos escravizados fugitivos. As mulheres teriam fugido em proporções menores, não só pelo fato de constituírem minoria nos plantéis, mas também pelo impedimento gerado pela família, já que, em geral, as fugas das mulheres eram acompanhadas por filhos menores de idade. Não obstante ser um grande empecilho, as famílias não teriam impedido as fugas, pois os escravizados analisados mostraram a viabilidade da manutenção de suas famílias durante a fuga e estas teriam sido ricas em informações sobre os escravizados que logravam fugir de seus senhores.

193. Márcia Sueli Amantino. "O perfil demográfico do escravo fugitivo". *EAA* N° 31, 1997.

Uma quarta categoria de textos escritos por historiadores publicados em *EAA* diz respeito à *transição* do trabalho escravo para o livre. José Jorge Siqueira (1986)¹⁹⁴ faz uma reflexão sobre os possíveis vínculos entre a questão da transição do escravismo para o capitalismo urbano-industrial e a questão da redefinição das ideologias e práticas racistas no Rio de Janeiro. Segundo este autor, a marginalização dos afro-brasileiros ganha sua verdadeira dimensão quando articulada aos mecanismos de transformação para o capitalismo, já que é neste contexto que aparece a questão do racismo no Brasil. O racismo seria o elemento que atravessa praticamente todas as relações político-econômico-ideológicas que geram a reprodução social no Brasil republicano.

Maria Helena Pereira Toledo Machado (1993)¹⁹⁵ focaliza situações concretas nas quais grupos de libertos puderam se estabelecer como produtores independentes na região cafeeira de São Paulo, e tenta traçar os caminhos da chamada transição do trabalho escravo para o livre, na tentativa recuperar as concepções de liberdade e autonomia dos escravizados durante os anos finais da escravidão. A autora mostra as conexões entre os conflitos dos escravos e as demandas no interior das plantações e o desejo destes de estabelecer uma forma de vida camponesa que recusava o jugo do trabalho das fazendas e, conclui que, à margem da economia das fazendas e longe das pressões sociais e do papel de submetidos ao trabalho em grupo fiscalizado, os movimentos de ocupação de terras pelos libertos obedeceram às dinâmicas locais e níveis de disponibilidade de terras, que coadunavam com um modo de vida compatível com os desejos e concepções sobre a liberdade. Por outro lado, essas experiências realizadas pelos libertos teriam sinalizado, enquanto virtualidade, os perigos latentes ao processo de abolição, e a inviabilidade da economia das fazendas depender do trabalho liberto.

Por último, Hebe Maria Mattos de Castro (1995)¹⁹⁶ apresenta uma análise para evidenciar que, contrário às afirmações mais comuns, a experiência escrava não determinou um quadro de

194. José Jorge Siqueira. "Reflexões sobre a transição do escravismo para o capitalismo urbano-industrial e a questão racial no Rio de Janeiro". *EAA* Nº 12, 1986.

195. Maria Helena Pereira Toledo Machado. "Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e modo de vida camponês na província de São Paulo do século XIX". *EAA* Nº 25, 1993.

196. Hebe Maria Mattos de Castro. "A cor inexistente: relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-escravidão". *EAA* Nº 28, 1995.

desorganização familiar ou de ausência de padrão familiar entre os escravizados, já que os dados mostram que a produção familiar era a base econômica da freguesia não-branca na região estudada. A complexidade dos laços familiares teria sido uma pré-condição essencial para o pequeno produtor nas áreas em que estes se encontravam. Por outro lado, a análise de Castro coloca em questão a afirmação comum de que os ex-cativos tivessem sido rapidamente alijados das fazendas mais produtivas, muito pelo contrário, estes teriam sido a principal força de trabalho das fazendas na década de 1890, já que as condições de trabalho oferecidas na lavoura cafeeira ou canavieira, eram muito precárias para atrair o trabalhador imigrante ou os colonos nascidos livres. Não obstante as condições de acesso autônomo à situação de pequeno produtor independente fossem cada vez mais difíceis para os recém libertos, estes teriam tido força de pressão suficiente para moldar as novas relações de trabalho nas fazendas às suas expectativas de liberdade e autonomia.

3.3.1. Segunda conclusão preliminar

Acabamos de abordar dezenove (16,6%) trabalhos publicados na revista *EAA* que foram produzidos pela historiografia brasileira. Como é possível observar, há uma linha argumentativa que perpassa esses trabalhos, no sentido de que em conjunto eles procuram afirmar que: primeiro, os escravizados foram sujeitos históricos que lutaram por liberdade, autonomia e pelo controle sobre suas vidas. Segundo, que nesse processo de resistência os africanos escravizados e seus descendentes reinventaram e forjaram uma cultura original, e inventaram, apesar da opressão, um mundo novo. Terceiro, que a família, as relações de parentesco e a solidariedade constituíram a matéria-prima a partir da qual esse novo mundo foi criado. Quarto, que os escravizados e os libertos participaram ativamente e em diversos âmbitos no processo de resistência à escravidão e nos movimentos abolicionistas e que essa resistência foi individual ou coletiva, aberta ou dissimulada. E, quinto, que os negros africanos e brasileiros, libertos e escravizados participaram ativamente do processo de transição do trabalho escravizado para o livre, procurando soluções alternativas às oferecidas pelas transformações sócio-econômicas, por exemplo, as atividades econômicas autônomas em torno das fazendas, vilas e cidades. Em síntese, podemos afirmar que o

anterior conjunto de trabalhos diz respeito à nova historiografia dos negros no Brasil. Segundo Maria Helena Machado (1988:144-5), a organização do trabalho e da vida escrava, a problemática da constituição e quebra da família dos cativos, a gestação de uma cultura escrava, a questão do liberto no mundo escravista e o destino da mão-de-obra liberta no período pós-abolição constituem os temas fundamentais do universo analítico que se descortina frente à historiografia brasileira.

Segundo Silvia Hunold Lara (1995), a nova historiografia dos negros no Brasil está inspirada nos desdobramentos teóricos e políticos das análises de E. P. Thompson sobre o século XVIII inglês. A obra de Eugene Genovese teria sido a ponte entre as reflexões thompsonianas e a história da escravidão no Brasil. Tratar-se-ia de incluir a história escrava na história da escravidão no Brasil, baseando-se numa nova abordagem da relação dialética senhor-escravizado, a partir da premissa de que "...as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante e tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações cheias de ambigüidades".¹⁹⁷ Logo, as relações entre senhores e escravos têm que ser vistas como relações entre sujeitos históricos, construídas nas experiências desses homens e mulheres diversos, no contexto de múltiplas relações pessoais de dominação e exploração. O conceito de luta de classes seria o conceito-chave para entender a política de dominação colonial. Neste contexto, o escravizado passa a ser conceituado como um trabalhador sob um regime forçado de trabalho, a história da escravidão no Brasil é conceituada como a história social do trabalho e a luta pela liberdade é incluída como parte integrante dos chamados movimentos sociais.

Por outro lado, segundo ainda Silvia Lara (1998: 35), a produção recente sobre escravidão e abolição, ao revelar novas dimensões da experiência escrava, tem problematizado os paradigmas explicativos para o processo de abolição e para a caracterização da experiência negra no período pós-abolição. Penso, por exemplo, no paradigma explicativo da modernização e do desenvolvimento de Florestan Fernandes, o grande alvo da bateria da "escola carioca das relações raciais" e da produção intelectual sobre relações raciais publicada na revista *Estudos Afro-Asiáticos*. Com efeito, havíamos afirmado que o paradigma Hasenbalg tinha dois comandos ou enunciados

197. Silvia Hunold Lara, 1995, p. 46.

básicos para explicar a subordinação sócio-política dos negros na sociedade brasileira, a saber: primeiro, enfatizar o racismo e a discriminação racial contemporânea como causas das desigualdades raciais e, segundo, resignificar a escravidão. Resignificar a escravidão é importante para questionar o paradigma explicativo segundo o qual a experiência da escravidão levou a formas patológicas de adaptação social e psicológica que foram transmitidas de geração em geração como traço subcultural negro, muitos anos após o fim da escravidão e que seriam as causantes da subordinação sócio-econômica dos afro-brasileiros. Como havíamos mostrado, a produção historiográfica sobre a experiência negra no Brasil, publicada em *EAA*, visa fundamentalmente resignificar a escravidão.

Vale a pena assinalar aqui que são as leituras dos trabalhos de E. P. Thompson (1963), Eugene D. Genovese (1967, 1968, 1971, 1972, 1974) e Herbert Gutman (1976), entre outros, que levam Hasenbalg (1979: 29-58) a enunciar a necessidade vital de realizar uma resignificação da escravidão baseada numa nova conceituação da relação senhor-escravizado que reconheça a capacidade dos escravizados, assim como formas não-patológicas de adaptação social e psicológica à escravidão e que enfatize os modos através dos quais os escravizados foram capazes de resistir à desumanização, infantilização e emasculação cultural. Isto é, mostrar e analisar as formas pelas quais os escravizados foram capazes, dentro dos limites de uma rede de dominação paternalista de deveres e direitos recíprocos, de afirmar a sua humanidade, evitar a desmoralização e desenvolver uma cultura própria.

Embora não se trate de saber se foi primeiro o ovo ou a galinha, é importante destacar que, segundo Silvia Lara (1995: 50), até inícios dos anos oitenta, E. P. Thompson era praticamente desconhecido no Brasil. Também não é do meu interesse aqui determinar se o trabalho de Carlos Hasenbalg foi “pioneiro”. O que queremos dizer aqui é que Carlos Hasenbalg, em 1978, quando defendeu a sua tese de doutorado na Universidade de Berkely, tinha conhecimento da importância da historiografia fazer uma nova interpretação da experiência negra no Brasil. Ele leu e discutiu a bibliografia “de ponta” no seu trabalho. E é esse conhecimento, junto com seu capital sócio-cultural e acadêmico que vão lhe permitir -na medida em que se insere em redes de acadêmicos que

trabalham nessa direção- acompanhar o movimento da historiografia da escravidão no Brasil (mas não só do Brasil), e publicar trabalhos realizados a partir dessa nova abordagem na revista sob sua direção.

3.3.2. Outros trabalhos que apóiam a posição Hasenbalg

Também nos foi possível isolar nos artigos publicados na revista *Estudos Afro-Asiáticos* outros trabalhos que de forma menos direta dialogam com o paradigma Hasenbalg. Assim, por exemplo, dentro do conjunto de textos categorizados sob o rótulo raça, estado e nação, o trabalho de Anthony Marx (1996)¹⁹⁸ enfatizou a dominação racial, a discriminação e as desigualdades no processo de construção do Estado-Nação brasileiro; enquanto Carlos Vainer (1990)¹⁹⁹ afirma que a política de imigração no Brasil revela um compromisso racista de construção da nacionalidade fundado em conceitos de superioridade da raça branca, na medida em que o Estado se posicionou claramente por uma estratégia racista que projetava o branqueamento da população; igualmente para Giralda Seyferth (1991)²⁰⁰ e Fernando Rosa Ribeiro (1997)²⁰¹ concordam em que a construção da nacionalidade através do branqueamento e da imigração descansa sobre um pressuposto iminentemente racista. Para Denise Ferreira da Silva (1989)²⁰², a democracia racial e o branqueamento são entraves ideológicos que impedem uma maior penetração no Brasil do pensamento que denuncia a maneira desigual como os negros vivem na sociedade brasileira. Por outro lado, para Regina Pahim Pinto (1990)²⁰³ e Maria Angélica Motta Maués (1991)²⁰⁴, a ideologia da democracia racial é um elemento que impede a mobilização dos negros no Brasil ao tempo que os exclui e discrimina. Por último, para Michael Hanchard (1991, 1996)²⁰⁵, o mito da

198. Anthony Marx. "A construção de raça e o Estado-Nação". *EAA* N° 29, 1996.

199. Carlos B. Vainer. "Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias". *EAA* N° 18, 1990.

200. Giralda Seyferth. "Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil". *EAA* N° 20, 1991.

201. Fernando Rosa Ribeiro. "Ideologia nacional, antropologia e a 'questão racial'". *EAA* N°31, 1997.

202. Denise Ferreira da Silva. "Revisitando a "democracia racial": raça e identidade nacional no pensamento brasileiro". *EAA* N°16, 1989.

203 Regina Pahim Pinto. "Movimento Negro e etnicidade". *EAA* N° 19, 1990.

204. Maria Angélica Motta Maués. "Da 'Branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial". *EAA* N° 21, 1991.

205. Michael Hanchard. "Raça, hegemonia e subordinação na cultura popular. *EAA* N°21, 1991. Cinderela negra? raça e esfera pública no Brasil". *EAA* N° 30, 1996.

democracia racial está perdendo legitimidade no país. Não obstante, afirma que o fenótipo racial é um elemento que determina a forma como as pessoas são categorizadas e julgadas como cidadãos ou não cidadãos no Brasil. Por outro lado, afirma que o racismo e a discriminação racial são a causa da subordinação sócio-econômica e política dos afro-brasileiros e valoriza o passado de resistência dos negros no país.

Por fim, Alberto Mussa (1989)²⁰⁶ enuncia que raça é um critério importante de seleção social. Olga Morães von Simsom (1987)²⁰⁷ resgata a resistência e a luta dos negros no contexto da celebração do Carnaval em São Paulo entre 1890 e 1987. Carlos Rodrigues Brandão (1989)²⁰⁸ analisa a forma racista e preconceituosa como os brancos de uma comunidade específica percebem a presença e a identidade dos negros no passado e no presente. E Raquel Rolnik (1990)²⁰⁹ evidencia a segregação espacial a que tem sido submetida a população negra em São Paulo e no Rio de Janeiro.

206. Alberto Mussa. "Estereótipos de negros na literatura brasileira". *EAA* N° 16, 1989.

207. Olga Morães von Simsom. O negro paulistano enquanto folião carnavalesco e sua longa trajetória na busca da sua cidadania. *EAA* N° 13, 1987.

208. Carlos Rodrigues Brandão. "O negro de hoje visto pelo branco de agora". *EAA* N° 17, 1989.

209. Raquel Rolnik. "Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)". *EAA* N° 17, 1990.

4. Movimento negro e academia

E os manos que nos ouvem irão a entender que, a informação é uma grande arma, mais poderosa que qualquer PT²¹⁰ carregada, roupas caras e etiqueta não valem nada, se comparada a uma mente articulada contra os racistas otários é química perfeita. Inteligência e um cruzado de direita, será temido e também respeitado, um preto digno e não um negro limitado.

De uma música dos Racionais MCs

Havíamos manifestado a nossa intenção de evidenciar um possível diálogo entre o chamado movimento negro enquanto porta-voz da comunidade negra e a academia, enquanto produtora de conhecimento sobre os problemas sociais, a partir de dois elementos, a saber, o diagnóstico feito pelas lideranças do movimento negro sobre a situação e as problemáticas dos afro-brasileiros (publicado em *EAA* N° 8/9), por um lado e, pelo outro, a produção acadêmica sobre os afro-brasileiros publicada em *EAA* entre 1978 e 1997. Tentamos saber se a academia tem pesquisado as questões levantadas pela militância. A voz do chamado movimento negro será então utilizada aqui como um meio de contraste, como o pano de fundo sobre o qual deve-se refletir a produção acadêmica. No fundo, indagamos pela legitimidade externa da produção intelectual sobre os brasileiros negros publicada na revista *Estudos Afro-Asiáticos*.

4.1. Os afro-brasileiros no discurso do movimento negro

É na palavra dos militantes que encontramos duas definições do que deveríamos entender por movimento negro. A primeira delas é uma definição que descreve o movimento negro como um fenômeno contemporâneo, constituído por “...todas as manifestações organizadas por afro-

210. PT é uma pistola automática.

brasileiros, com o objetivo de divulgar a sua cultura, escrever a verdadeira história do Brasil, denunciar e resistir ao racismo, valorizar o homem negro (pessoa humana) além de outros meios adequados à luta pela sua identidade e para ser respeitado."²¹¹ A segunda é uma definição mais simples, mas que traça a gênese do movimento desde as primeiras ações de resistência dos escravizados na sua chegada ao Brasil. Segundo esta definição devemos entender por movimento negro "...ações de resistência ao sistema escravista, à exploração, à marginalização, e à tentativa de aniquilamento da raça negra."²¹²

Os afro-brasileiros aparecem fundamentalmente nomeados em singular masculino, *o negro*²¹³. O negro é o marginalizado²¹⁴; o dominado²¹⁵; o descendente de escravos subordinado na sociedade brasileira; o oprimido cultural, política e economicamente²¹⁶. O exemplo trágico do colonizado com a sua personalidade fragmentada, sem identidade cultural, e com a imagem de si mesmo distorcida. Ora enunciado como a vítima de um grande e orquestrado plano conspiratório: "...a privação da dimensão histórica da raça negra é o resultado de uma ação planejada e deliberada dos agentes de colonização mental."²¹⁷ Ora enunciado como o objeto de uma dupla discriminação: de classe e de raça²¹⁸.

Na voz da militância, *o negro* constitui a maior parcela da população periférica brasileira, é o favelado, o subempregado ou desempregado alijado da participação efetiva do processo produtivo²¹⁹, o elemento estigmatizado da sociedade brasileira²²⁰, aquele que ocupa maioritariamente as cadeias²²¹ e que sofre os maiores efeitos da violência policial.²²² *O negro* é o

211. Carlos Alves Moura. EAA N°8/9, p. 17.

212. Cendepa. EAA N°8/9, p. 61

213. "O negro" é a expressão mais recorrente para se referir aos afro-brasileiros no discursos analisados. Não obstante, outras expressões são utilizadas: os brasileiros de origem negro africana, os brasileiros de origem afro-negra, os afro-brasileiros, a comunidade negra, os afro-descendentes

214. Odacir de Mattos. EAA N°8/9, p. 93-4.

215. Nair Monteiro. EAA N°8/9, p. 92.

216. *ibidem*.

217. Maria José Lopes da Silva. EAA N° 8/9, p.96

218. Dalmi Franco. EAA N°8/9, p. 32

219. Marco Aurelio Luz. EAA N°8/9, p. 135

220. Nair Monteiro. EAA N°8/9, p.92

221. Carlos Alves Moura. EAA N°8/9, p. 15-6

222. Eustaquio José Rodrigues. EAA N°8/9, p. 141-2

segmento da sociedade brasileira que está situado nos setores de menor rendimento econômico, e que tem baixa mobilidade social vertical. O desumanizado física, moral e intelectualmente; aquele que tem procurado a sua salvação no branqueamento.²²³ *O negro* também é nomeado como o povo brasileiro,²²⁴ o setor da população que efetivamente possui a mais profunda consciência de nacionalidade. “*O Brasil é negro.*”²²⁵ O conjunto anterior de enunciados é nomeado com as expressões “questão negra”, “questão do negro”, “o problema do negro” ou “a problemática do negro brasileiro”. Problemática ou questão que é relatada como um dos inúmeros problemas da sociedade brasileira²²⁶ ou como uma questão nacional.²²⁷

Qual a explicação oferecida pela militância do movimento negro nos textos em questão para o *problema do negro*? Além do racismo, o preconceito de cor, o branqueamento, a democracia racial, a não existência de igualdade de oportunidades para negros e brancos e o capitalismo dependente são determinados como as causas fundamentais desta deprimente situação.

Tanto o branqueamento quanto a democracia racial são enunciadas como “*modalidade de mascaramento da classe dominante*, na qual *o negro* aparece inferiorizado.”²²⁸

Democracia racial aparece no discurso ora como um mito folclórico, não obstante escamoteador de uma realidade altamente conflituante²²⁹, ora como uma arma ideológica cuja função é assegurar o processo de desmobilização da organização social e racial dos oprimidos, ao esvaziar a tensão política e sócio-econômica entre classes e raças.²³⁰ O branqueamento é enunciado como tendo duas funções: a primeira, eliminar ou anular a identidade racial e cultural dos negros,

223. Kabengele Munanga. EAA N°8/9, p. 80

224. Ari Araujo. EAA N°8/9, p.243.

225. Léila Gonzalez. EAA N°6/7, p. 267-8; Ari Araujo. EAA N°6/7, p. 243.

226. Carlos Assumpção. EAA N° 8/9, p. 227.

227. Luis Silva. EAA N° 8/9, p. 217.

228. Jorge Cândido. EAA N°8/9, p. 163.

229. Carlos Alves Moura. EAA N°8/9, p.21

230. Manoel de Almeida Cruz. EAA N°8/9, p. 63.

isto é, a sua identidade de sujeito social e histórico.”²³¹ E a segunda, desarticular a consciência étnica dos grupo negro e mulato e “outros produtos da mestiçagem”.²³²

4.2. Os problemas levantados

Duas posições foram enunciadas a respeito da história dos afro-brasileiros. É a historia da servidão e da subserviência²³³, mas por esta mesma razão é a história da resistência a essa subordinação. Os quilombos em geral e a “República dos Palmares” em particular são nomeados como as provas históricas da resistência afro-brasileira, no sentido de estarem revelando a intensa luta pela liberdade e a grande vontade de viver livre do “povo negro”, assim como as tentativas de implantar no território brasileiro uma organização social e política autônoma para os africanos e os seus descendentes. É no contexto da resistência que aparece nomeada a chamada *cultura negra*²³⁴ como um elemento fundamental da resistência afro-brasileira e, dentro dessa cultura, as entidades religiosas (as “comunidades-terreiro”)²³⁵, a literatura²³⁶ e as músicas e danças²³⁷ afro-brasileiras são consideradas como fatores chaves da resistência.

Não obstante, para a militância negra, a historiografia brasileira não tem ressaltado as contribuições *do negro* para a formação social e econômica do país, nem relatado o papel desempenhado pelos quilombos na luta pela liberdade e na recriação cultural, nem o papel das associações religiosas e dos diversos grupos de negros que faziam parte do movimento abolicionista. A causa apontada é o fato de esta disciplina ter se ocupado basicamente em estudar o

231. Dalmir Franco. EAA N°8/9, p. 30.

232. Carlos Alves Moura EAA N° 6/7, p. 254.

233 Maria José Lopes da Silva. EAA N° 8/9, p. 96.

234 Helena Theodoro Lopes. EAA N°6/7, p. 187

235 Rafael Pinto. EAA N°6/7, p. 138.

236 Os escritores afro-brasileiros Eduardo de Oliveira, Luiz Silva (Cutí, Carlos Assumpção e Estevão Maya-Maya enunciam a literatura afro-brasileira como sendo elemento fundamental da resistência desse grupo. EAA N°6/7, p. 205-235.

237 Cf. EAA N°6/7, p. 239-56.

negro como escravo.²³⁸ Por outro lado, os porta-vozes da “comunidade negra” ressaltam o fato de não existir uma verdadeira historiografia *do negro*, “na medida em que a que existe é incorreta e facciosa”,²³⁹ pelo fato de apresentar uma visão unilateral contada ou narrada por indivíduos ligados à administração metropolitana ou local do dominador²⁴⁰, por não contemplar o ponto de vista dos afro-brasileiros.

Para a militância, dado que a maior parte da população brasileira é negra, é inaceitável uma completa história do país sem o devido resgate e introdução nos seus capítulos da contribuição dada pelo *negro*.²⁴¹ O resgate da memória histórico-cultural *do negro* no país é enunciado como imperioso.²⁴² Tal resgate deve passar por uma revisão e avaliação crítica do discurso científico e acadêmico em geral, e da história em particular, e de uma diversificação da pesquisa sobre a história *do negro* no país.²⁴³

Embora a chamada *cultura negra* seja para os militantes um elemento fundamental da resistência à opressão vivida pelos afro-brasileiros, nos discursos em questão ela aparece como sendo historicamente submetida no país a um processo de folclorização.²⁴⁴ Este processo consistiria na comercialização de certos objetos da cultura associada às populações de cor, tonando-os irrelevantes e transformando-os em peças ideais para montar esquemas de entretenimento ou preencher vazios no domínios do lazer.²⁴⁵ Como exemplos deste fenômeno que afeta a *cultura negra* são citados a exibição exótica das religiões afro-brasileiras, do candomblé e da umbanda, assim como os desfiles das escolas de samba por ocasião do Carnaval.²⁴⁶

238. Sebastião Soares. EAA Nº 8/9, p. 110.

239 Sebastião Soares. EAA Nº 8/9, p. 110.

240 José Jorge Siqueira. EAA Nº 8/9, p. 107.

241 Maria José Lopes da Silva. EAA Nº 8/9, p. 97.

242 Luiz Sérgio Dias. EAA Nº 8/9, p. 112.

243 Yedda Pessoa Castro. EAA Nº 8/9, p. 269.

244 Odacir de Mattos. EAA Nº 8/9, p. 9.; Luiz Silva. EAA Nº 8/9, p. 217; Helena Theodoro Lopes. EAA Nº 8/9, p. 187.

245 João Baptista Borges Pereira. EAA Nº 8/9, p. 190.

246. “O carnaval era a festa do povo, era, mas alguns negros se venderam de novo.” De uma música dos Racionais MCs.

A *cultura negra* aparece no discurso ligada à nação brasileira. Ela (*a cultura negra*) é enunciada como sendo um elemento característico da identidade nacional e um marcador forte dos caracteres fundamentais da sociedade brasileira.²⁴⁷ Assimilada *pele branco* a cultura afro-brasileira, logo teria sido incorporada à sociedade brasileira e mais tarde expropriada e industrializada.²⁴⁸ Por outra parte, a África e os valores culturais africanos aparecem atrelados à *cultura negra*, quando se diz, primeiro, que estes valores, embora tenham uma função desalienadora, não são um elemento pertinente nas lutas dos afro-brasileiros, porque a questão fundamental não seria de recriação cultural no sentido de uma volta para à África, mas sim de participação na sociedade brasileira; e, segundo, que os valores culturais básicos para uma educação descolonizadora não estão na África²⁴⁹

Mas tal processo não estaria afetando só a *cultura negra*: homens e mulheres afro-brasileiros estariam também virando folclore ou estariam a serviço de uma folclorização no ato de andar, falar, pensar, escrever e comer.²⁵⁰ A folclorização da *cultura negra* e dos afro-brasileiros seria realizada pelos “simpáticos às coisas do negro”²⁵¹, pelos negrófilos, que contam com a complacência de alguns afro-brasileiros “[i]nclusive pessoas de alguma projeção e muita responsabilidade da comunidade.”²⁵² O afro-brasileiro folclorizado teria passado a aceitar e adotar para se referir a si mesmo as mesmas marcas e os mesmos estereótipos que o branco emprega.

Além da folclorização da *cultura negra*, dos afro-brasileiros, e das omissões da História oficial, a chamada militância negra determinou a imagem caricaturada e estereotipada dos afro-brasileiros como um dos mais sérios problemas a resolver. No Brasil, *o negro* estaria sofrendo um processo de pressão da ideologia dominante.²⁵³ Por uma parte, pela ação dos meios massivos de comunicação que difundem “valores corrosivos à negritude”, *o negro* estaria introjetando o estereótipo negativo que existe na sociedade a respeito dele, além de estar assimilando valores

247 Helena Theodoro Lopes. *EAA* N° 8/9, p. 83.

248 Kabengele Munanga. *EAA* N° 8/9, p. 90.

249 Ibid; Nair Monteiro. *EAA* N° 8/9, p. 93.

250 Odacir de Mattos. *EAA* N° 8/9, p. 94. Ismael Ivo. *EAA* N° 8/9, p. 254.

251 Luiz Silva. *EAA* N° 8/9, p. 217.

252 Odacir de Mattos. *EAA* N° 8/9, p. 94. Penso que talvez neste caso, segundo o sentido das falas, o folclorizado na verdade seria um “exotizado” (é um neologismo, mas...). Passa pela minha cabeça a imagem de Carlinhos Brown. Cf. revista *Bundas*, N°5 de 1999. p. 22.

253 Helena Theodoro Lopes. *EAA* N° 8/9, p. 185-187.

estrangeiros. Pela outra parte, e como causa do anterior, *o negro* estaria perdendo a sua identidade e a sua capacidade de autoconhecimento.

Para alguns ativistas, a educação imposta nas escolas do país além de estar de costas à realidade nacional, estaria impondo a ideologia dominante no sentido de veicular os estereótipos negativos em relação aos afro-brasileiros²⁵⁴. A escola brasileira estaria negando “tudo o que seja a representação autêntica do negro”, ignorando e desprezando os valores culturais negros²⁵⁵, educando os afro-brasileiros no desprezo de sua própria personalidade, e cultivando entre eles o sentimento de inferioridade²⁵⁶. Por outra parte, essa educação é nomeada como um instrumento fundamental da continuidade histórica que legitima a estrutura vigente de desigualdades sociais e raciais.²⁵⁷ Neste sentido, a educação no país teria um caráter elitista. Assim, por exemplo, os *negros* teriam menos possibilidades em relação ao “grupo branco” de ingresso e permanência no sistema formal de ensino. A cor da pele estaria funcionando como um elemento que afeta negativamente o desempenho escolar e o tempo de estada na escola, o que estaria evidenciando a discriminação social e racial no acesso à educação no Brasil.²⁵⁸

É no poder transformador da educação que os ativistas afro-brasileiros detectam a saída ao problema do *negro* colonizado.²⁵⁹ Uma educação pluricultural²⁶⁰ e pluriétnica é considerada indispensável não só para reconstruir a verdadeira história *do negro* e denunciar as diferentes formas de preconceito, mas também para construir uma nação brasileira para todos. O *negro*, a negritude e a cultura negra enquanto cultura de resistência, são desejados como agentes ativos da transformação social visando construir harmonicamente com os demais segmentos da sociedade uma nação fraterna, igualitária, democrática.²⁶¹ Embora se fale dos demais segmentos da sociedade, são os *oprimidos* em geral os que são desejados nos discursos como os companheiros

254 Maria Filomena Rego. *EAA* N° 8/9, p. 85-88.

255 Maria José Lopes da Silva. *EAA* N° 8/9, p. 97-98.

256. *Ibidem*.

257 Nair Monteiro. *EAA* N° 8/9, p. 91.

258 Maria José Lopes da Silva. *EAA* N° 8/9, p. 95.

259 Nair Monteiro. *EAA* N° 8/9, p. 93

260 Helena Theodoro Lopes. *EAA* N° 8/9, p. 83-85

261 Comunicação do Cendepa. *EAA* N° 8/9, p. 61; José Carlos de Souza Gomes. *EAA* N° 8/9, p. 149

de luta dos *negros*.²⁶² Neste contexto, a luta contra os preconceitos de classe e cor é enunciada como uma contribuição importante para uma mudança na estrutura da sociedade brasileira.²⁶³

Outros dois problemas levantados pelos ativistas do chamado movimento negro no Brasil foram a discriminação da *mulher negra* e a questão da discriminação racial no mercado de trabalho. A discriminação contra a mulher negra na sociedade brasileira é enunciada como a materialização de uma ideologia machista e racista. Três são os tipos de discriminação a que estariam expostas as afro-brasileiras, de classe, de raça e de gênero.²⁶⁴ A *mulher negra* estaria relegada a um papel secundário na estrutura social brasileira, desempenhando funções meramente serviços e domésticas. Ela estaria em histórica desvantagem com relação a qualquer outro membro da sociedade, e mais que qualquer um estariam passivas, escravizadas e ignorantes. Levanta-se também o problema do “uso sexual da mulher negra”. Ela estaria sendo cosificada através de uniões irregulares sem responsabilidade social²⁶⁵, e na prostituição.”²⁶⁶ Em síntese, poucas teriam sido as mudanças em relação aos papéis sociais desempenhados pelas mulheres negras nos últimos cem anos.²⁶⁷ A emancipação da mulher negra é desejada como uma condição *sine qua non* e um veículo para a transformação das condições de vida dos afro-brasileiros,²⁶⁸ e a análise da sua problemática é enunciada como tendo um caráter urgente.

Em relação à questão do negro no mercado de trabalho, além da discriminação e do racismo, condicionamentos históricos sócio-econômicos e culturais são enunciados como os fatores que estariam restringindo o acesso dos afro-brasileiros ao mercado de trabalho, entre eles se destacam a herança do passado escravista e as políticas públicas de imigração nos primórdios do século XX, a ideologia do branqueamento, a democracia racial e o contínuo de cor.

Por último, vale a pena assinalar que nos discursos do ativistas a respeito do papel a desempenhar pelos próprios afro-brasileiros na procura das soluções às suas problemáticas, o

262 Delmir Franco. *EAA* N° 8/9, p. 26; Rafael Pinto. *EAA* N° 8/9, p. 138; e Estevão Maya-Maya. *EAA* N° 8/9, p. 234.

263 Cendepa. *EAA* N° 8/9, p. 64.

264 Pedrina de Deus. *EAA* N° 8/9, p. 171-173.

265 Kabengele Munanga. *EAA* N° 8/9, p. 81.

266 Vera Dayse Barcellos. *EAA* N° 8/9, p. 175.

267 Vera Dayse Barcellos. *EAA* N° 8/9, p. 174.

268 Pedrina de Deus. *EAA* N° 8/9, p. 173.

chamado movimento negro é desejado como um movimento social autônomo, mas não isolado, muito pelo contrário, o ideal é que ele esteja articulado “a outros segmentos sociais e raciais oprimidos” da sociedade brasileira, procurando um meio-termo entre o “segregacionismo inútil”, de um lado, e a “posição integracionista inconsequente”, de outro.²⁶⁹

Os grupos negros organizados não devem permitir interferências nem paternalismos quer do poder instituído, quer dos setores progressistas, que, por melhor intencionados que estejam, conseguem descaracterizar as ações criativas e reproduzir os esquemas repressivos do sistema para manter o *status quo*.²⁷⁰

Em síntese, é possível afirmar que, primeiro, segundo o discurso analisado da militância do movimento negro no Brasil, a subordinação sócio-política, econômica e cultural é o grande problema dos afro-brasileiros no país. E que, segundo esse mesmo discurso, o racismo, o preconceito de cor, a democracia racial, o branqueamento, a não igualdade de oportunidades e o capitalismo dependente são as causas principais da dita subordinação. Segundo, que o racismo e o preconceito na escola; o caráter elitista e racista da educação; o papel da educação na reprodução da subordinação dos negros; a inserção do negro mercado de trabalho; a discriminação da mulher negra; a estereotipagem e caricaturização do negro na televisão, foram enunciados como os problemas decorrentes da subordinação dos negros na sociedade brasileira. Terceiro, que a historiografia oficial ou dos vencedores é considerada como um elemento fundamental na reprodução dessa subordinação, na medida em que guarda silêncio em relação às lutas de resistência dos escravizados e às suas produções culturais. Quarto, que a “verdadeira história” dos negros, aquela escrita a partir do seu ponto de vista, ainda não havia sido realizada no Brasil. E, quinto, que existe no Brasil uma cultura negra (religião, literatura, música, dança) de resistência e, que essa cultura está sendo comercializada e folclorizada.

Nos capítulos anteriores, particularmente no terceiro, foram evidenciadas algumas das problemáticas ou “temas” que a academia brasileira tem abordado e que estão diretamente relacionadas com as questões levantadas pela militância do movimento negro no Encontro Nacional

²⁶⁹ Cendepa. EAA N° 8/9, p. 64.

²⁷⁰ Nair Monteiro. EAA N° 8/9, p. 93

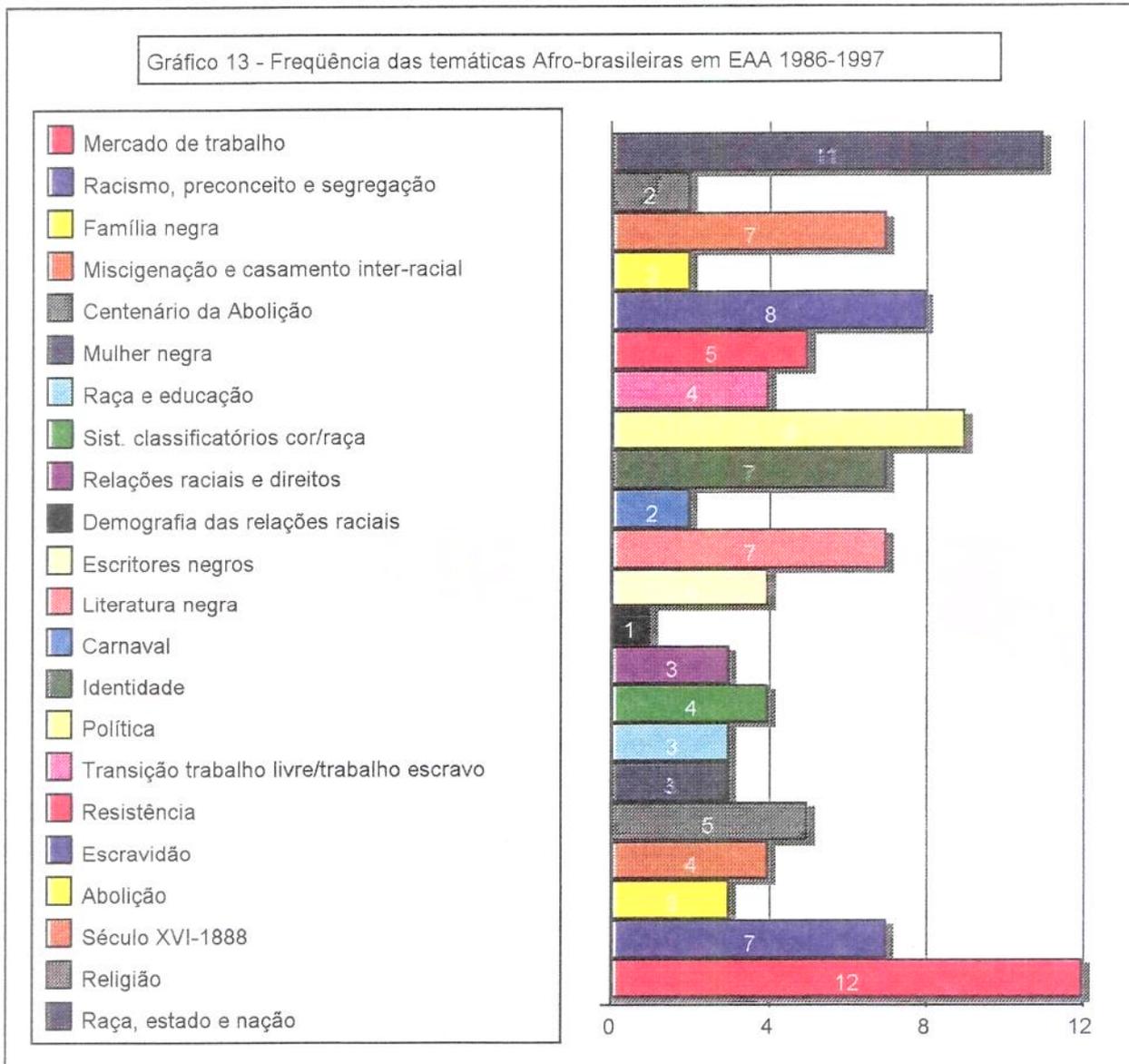
Afro-Brasileiro, acontecido no Centro de Estudos Afro-Asiáticos em 1982. Com efeito, utilizando a produção acadêmica divulgada na revista *Estudos Afro-Asiáticos* como um indicador que diz respeito aos âmbitos da realidade dos afro-brasileiros pesquisada, isto é, às temáticas ou problemáticas pesquisadas, encontramos que foram realizadas treze (13) pesquisas que abordam o problema das desigualdades raciais no mercado de trabalho; três (3) pesquisas sobre raça e educação, nas quais foram abordadas questões como as desigualdades e as oportunidades racias na educação, e o desempenho escolar dos afro-brasileiros; três (3) pesquisas sobre racismo, segregação e preconceito na escola; três (3) pesquisas específicas sobre a “mulher negra”, além daqueles estudos que utilizam a categoria gênero nas suas análises; três (3) trabalhos que tratam a questão da estereotipagem e da caricaturização dos afro-brasileiros na literatura e na televisão; vinte e duas (22) pesquisas sobre cultura: onze (11) sobre o tema literatura negra/escritores negros, 7 (sete) sobre a identidade, 2 (dois) sobre o carnaval, dois (2) sobre religião; e por último, vinte e seis (26) trabalhos que dizem respeito à nova historiografia da experiência negra no Brasil, nos quais os os historiadores não só conceituam os negros e afro-brasileiros escravizados e libertos e os seus descendentes como sujeitos históricos, senão que têm se esforçado pela construção do ponto de vista dos dominados, enfatizando nesse processo criativo a procura da liberdade e da autonomia, a construção de família e de cultura, e a resistência como constitutivos da experiência histórica afro-brasileira.

São setenta e dois trabalhos (72) que tratam diretamente das problemáticas levantadas pelos ativistas do movimento negro em 1982 no Rio de Janeiro, e consideradas como constitutivas da reprodução social da subordinação sócio-econômica, política e cultural afro-brasileiros. Além destes setenta e dois trabalhos, foram publicados outros quarenta e três artigos sobre os afro-brasileiros. Em resumo, têm sido publicados em *EAA*, entre 1986-1997²⁷¹, cento e quinze (115) artigos, dos quais 62,6% correspondem diretamente às questões levantadas pelo movimento negro (Cf. Gráfico 13).

Como é possível perceber, a voz da militância do movimento negro que falou do CEAA em 1982 estava fortemente influenciada pela obra *Discriminação e Relações Raciais no Brasil* de

271. Basicamente no período 1986-1997 ou etapa Hasenbalg da revista *EAA*, porque, como mostramos antes no período 1978-1985 só foram publicados três artigos sobre os afro-brasileiros na publicação.

Carlos Hasenbalg (1979). Com efeito, em muitas das falas da militância só ouvimos a repetição do discurso da academia, que às vezes chega no limite do plágio. Ver por exemplo o texto *Ascensão Social do negro Através dos Desportes*, de Isidoro Cruz Neto no qual aparece quase que transcrito o discurso de Hasenbalg.²⁷²

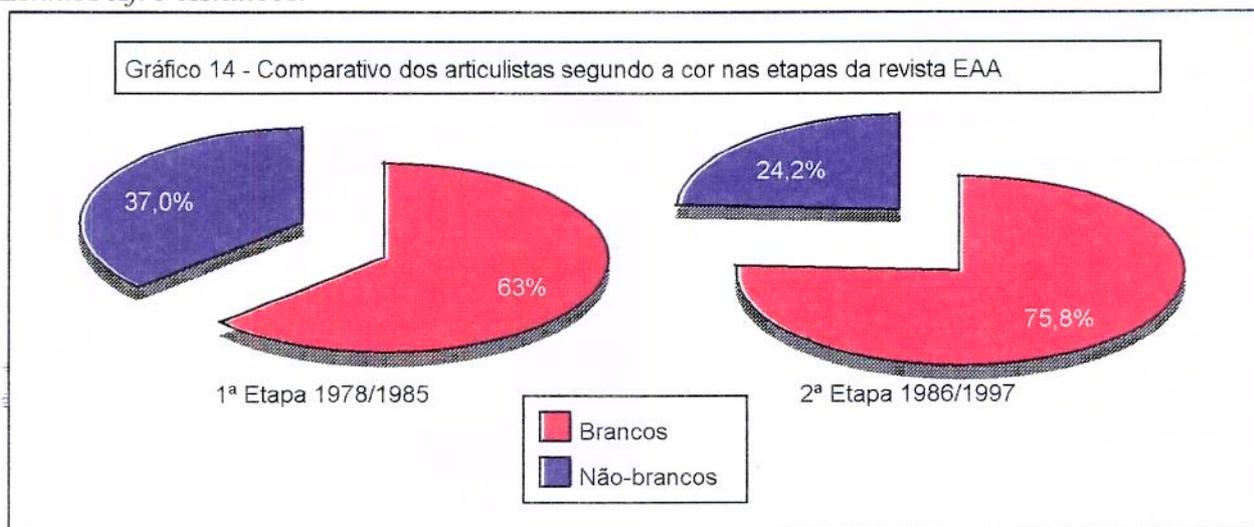


O que fica claro aqui é que num primeiro momento a obra de Carlos Hasenbalg teve uma certa ressonância no movimento negro, e que a academia tem pesquisado questões de vital

²⁷² Cf. Carlos Hasenbalg (1979:223-241) e Isidoro Cruz Neto (EAA N° 8/9: 155-6)

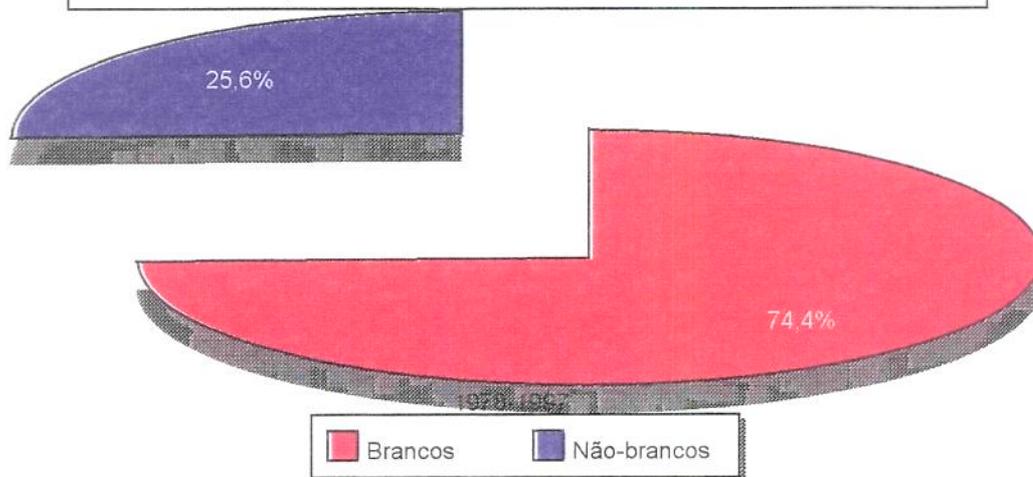
importância para os afro-brasileiros. É neste contexto que faz sentido a fala de Hasenbalg (1999), quando afirma não saber como a militância do movimento negro estava lidando com o conhecimento produzido pela academia e divulgado na revista *Estudos Afro-Asiáticos*.²⁷³

Também foi possível perceber em nossa análise que acadêmicos/as e/ou intelectuais não-brancos, brasileiros e estrangeiros de diversas nacionalidades, tiveram acesso às páginas da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, no sentido terem publicado nela os seus trabalhos. Entre esses pesquisadores encontram-se os estrangeiros Michael Hanchard, Jacques d'Adesky, Sandra Richards, Walton R. Johnson, Peter R. Eccles e Michael Craton. Entre os brasileiros não-brancos, encontram-se, Joel Rufino dos Santos, Helena Theodoro Lopes, José Jorge Siqueira, Celma Rosa Vieira, Flávio dos Santos Gomes, Olivia maria dos Santos Gomes, Luiz Silva (Cuti), Luiz Claudio Barcelos, Denise Ferreira da Silva, Caetana Maria Damasceno e Nei Lopes, entre outros. Nos gráficos 14 e 15 é possível perceber a presença dos articulistas não-brancos e brancos na revista *Estudos Afro-Asiáticos*.



²⁷³. Bom, não sou eu quem vai responder essa pergunta retórica de Hasenbalg, mas o que se tem ficado evidente para mim após três anos no Brasil, não só como estudante da produção acadêmica sobre os afro-brasileiros, mas também como afro-colombiano que assim como os brasileiros negros experimenta o racismo e o preconceito no cotidiano, é que a prática discursiva dos militantes do movimento negro não diz respeito à produção acadêmica produzido e publicada no país sobre os negros, no sentido de que não se percebe nas suas falas a presença nem a articulação desse conhecimento. Neste ponto, a nossa análise nos leva a concordar com Fernando Rosa Ribeiro (1997: 82), no sentido de que o discurso dos movimentos negros não é suficientemente sofisticado para dar conta da questão de maneira satisfatória. Tenho perguntado a alguns estudantes pós-graduandos que se identificam ora como “militantes negros”, ora como “acadêmicos ou intelectuais negros” sobre as suas opiniões a respeito da revista *Estudos Afro-Asiáticos* e da obra de Hasenbalg (1979), e as respostas não são muito alentadoras: são poucos os que visitam as páginas da revista, e outros fazem afirmações tipo “o cara é um sociólogo”, “é muito difícil” ou “é um livro muito velho”.

Gráfico 15 - Presença dos articulistas segundo a cor em EAA 1978/1997



Conclusões

Tem a coragem de servir-te do teu próprio entendimento...
Sapere aude!

Immanuel Kant

A nossa intenção foi fazer uma análise da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, para determinar elementos que nos permitam estudar isso que temos chamado aqui de sub-campo acadêmico das relações raciais no Rio de Janeiro. Nesse sentido, neste texto se encontram espalhados toda uma série de elementos que dizem respeito à constituição de dito sub-campo. Por outro lado, a nossa análise nos permitiu chegar a três conclusões principais.

A primeira diz respeito à relação entre a revista *Estudos Afro-Asiáticos* e a produção acadêmica sobre os afro-brasileiros no período compreendido entre 1986 e 1997. A análise apresentada no capítulo 3 nos permite afirmar a premissa de que a revista *Estudos Afro-Asiáticos* como órgão de difusão dos trabalhos acadêmicos que focalizam o negro no Brasil, basicamente tem publicado artigos que compartilham a linha teórico-política e metodológica da obra *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, de Carlos Hasenbalg, o editor da revista entre 1986 e 1996. Isto é: por um lado, trabalhos de cunho sociológico que enfatizam o racismo e a discriminação pós-abolição como causas fundamentais da subordinação e do recrutamento dos negros a posições inferiores na estrutura social, e, pelo outro, trabalhos de cunho histórico, que fazem uma nova leitura da experiência negra no Brasil, na qual os negros e afro-brasileiros, escravizados e libertos e seus descendentes são pensados como sujeitos históricos que resistiram à escravidão, que lutaram pela sua liberdade e pela a sua autonomia e que construíram família e cultura. É dizer, que a revista *Estudos Afro-Asiáticos*, enquanto revista especializada em “relações raciais” e “cultura negra” no Brasil, tem privilegiado dois tipos de discurso, a saber, o discurso da

sociologia das desigualdades raciais e o discurso da nova historiografia da experiência negra no Brasil.

A segunda conclusão diz também respeito à relação entre a revista *Estudos Afro-Asiáticos* e a produção acadêmica sobre os afro-brasileiros na sociedade de classes. Partindo do pressuposto de que, a partir da revista em questão é possível fazer uma radiografia do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil, afirmamos que o paradigma Hasenbalg tem sido o modelo hegemônico na pesquisa sobre relações raciais nos últimos vinte anos no Brasil.

Terceiro, que o modelo Hasenbalg se constrói num diálogo crítico constante com a explicação de Florestan Fernandes a respeito da subordinação social dos negros na sociedade brasileira. Com efeito, se para Florestan Fernandes a discriminação racial e a pobreza que sofrem os brasileiros negros são um legado do passado escravista a serem superados pelas forças do desenvolvimento do capitalismo moderno, isto é, que raça como critério classificatório é um legado da escravidão que se tornaria inoperante na sociedade de classes. Para Hasenbalg e os filiados à tradição que ele representa, o desenvolvimento aumenta as desigualdades, e raça é um critério fundamental da estruturação das oportunidades sociais e na reprodução das desigualdades raciais. Se para Fernandes a escravidão produziu anomia social nos brasileiros negros, para Hasenbalg a escravidão foi um período de produção de cultura e de resistência. Por outro lado, o grupo convocado em torno a Carlos Hasenbalg, se constitui como tal num processo sistemático de questionamento das premissas fundamentais da explicação de Florestan Fernandes a respeito da subordinação dos negros na sociedade brasileira.

Quinto, que a nossa análise e a leitura do conjunto da produção acadêmica sobre os afro-brasileiros publicada na revista *Estudos Afro-Asiáticos* entre 1978 e 1997 contradiz frontalmente a afirmação de Fernando Rosa Ribeiro (1997: 83) de que a desqualificação dos Estados Unidos é clara e nítida no conjunto da literatura sobre relações raciais no Brasil e que nenhum trabalho brasileiro elaborado por acadêmico de renome do passado ou do presente (entre os quais ele mesmo se inclui) escapa a essa “premissa axiomática”. Com efeito, não há tal desqualificação, muito pelo contrário, algumas das comparações feitas na produção publicada em *EAA* (Andrews, 1992;

Hasenbalg e Valle Silva, 1992; Telles, 1994; Eccles, 1991; Warren, 1997) visam provar que a situação das desigualdades raciais são muito piores no Brasil que nos Estados Unidos.²⁷⁴

Sexto, a análise realizada neste trabalho questiona a tese da “profunda cacofonia”. Esta tese afirma que no Brasil não existem linhas de pensamento teórico-metodológicas definidas. Assim, por exemplo, a revista *Estudos Afro-Asiáticos* não teria uma política editorial definida, pelo fato de que nela tem publicado trabalhos de autores que são “antagônicos”. Aqui ficou claro, que, no lugar de uma cacofonia na área de relações raciais no país, há um coro muito bem afinado que afirma e faz variações sobre a obra *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (Hasenbalg, 1979).

Por último, levantamos a hipótese da existência de uma “escola” carioca de relações raciais, da qual Luiz de Aguiar Costa Pinto é o pai fundador e Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg são os principais representantes, no sentido de terem atualizado, renovado e enriquecido a tradição de pesquisa sociológica fundada por Luiz de Aguiar Costa Pinto. Quando falamos da existência de uma “escola” carioca de relações raciais estamos nos referindo a uma **tradição**, isto é, a uma orientação teórico-política e metodológica que possui uma memória formada por um *corpus* de conhecimentos teórico-metodológicos e práticas de pesquisa que são transmitidas de geração em geração. Dita transmissão geracional se transforma dialeticamente no tempo sem perder o seu significado. Por outro lado, vale a pena assinalar que uma mesma tradição disciplinar pode ter várias versões ou perspectivas sem que necessariamente perca o seu significado.²⁷⁵

Grosso modo, as relações entre as obras de Costa Pinto (1953) e Carlos Hasenbalg (1979) estão dadas pelos seguintes fatos: primeiro, tanto no trabalho de Costa Pinto quanto no de Hasenbalg, a estratificação social ocupa um lugar privilegiado. Segundo, nos dois trabalhos é focalizada distribuição espacial ou segregação ecológica e geográfica dos grupos de cor. Costa Pinto focaliza a área urbana de Rio de Janeiro e Hasenbalg focaliza o Brasil como um todo desde uma perspectiva histórica, diferenciando duas unidades geográficas de análise, o sudeste e o resto

274. Pergunto-me se a divulgação de um enunciado da categoria do afirmado pelo autor em questão esteja exprimindo uma mudança radical na política editorial da revista *EAA*.

275. Cf. Edgar S. G. Mendoza. “Tradición antropológica e integração em América Latina: La antropologia no Brasil.” *Revista de Antropologia, Arqueologia e História*. Universidade de San Carlos Guatemala. 3ª Época, abril de 1995.

uma perspectiva histórica, diferenciando duas unidades geográficas de análise, o sudeste e o resto do país. Terceiro, os dois autores focalizam os índices educacionais e de emprego para determinar a posição subordinada dos brasileiros não-brancos na estrutura de classes e nos degraus inferiores do sistema de estratificação social. Quarto, para ambos os autores a mobilidade ascendente dos não-brancos é obstaculizada por um *círculo vicioso*, isto é, crescer num estrato inferior afeta adversamente as oportunidades ocupacionais e educacionais, as várias condições associadas à baixa origem social se reforçam mutuamente e têm efeitos cumulativos adversos nas oportunidades ocupacionais e educacionais. Quinto, Hasenbalg, assim como Costa Pinto, privilegia a função do preconceito e da discriminação racial no presente. Isto é, o preconceito e a discriminação raciais não são meras sobrevivências ou arcaísmos do passado que permanecem intactas, muito pelo contrário, seriam reformulados e passariam a atuar como formas de desqualificar os não-brancos na competição pelas posições mais almejadas resultantes do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes. Sexto, nos dois trabalhos em questão, é analisado o devir histórico da composição demográfica segundo a raça no país. Sétimo, Hasenbalg (1979: 221) encaminha a sua análise para as formas de mobilização política dos não-brancos e para o conflito inter-racial, já que os processos de competição envolvidos nos processos de mobilidade social operam em detrimento dos não-brancos. A idéia do conflito inter-racial estava presente no trabalho de Costa Pinto. Com efeito, este autor analisou a vida associativa dos negros e as tensões raciais no Rio de Janeiro e tinha a expectativa de que o desenvolvimento das transformações em curso na sociedade brasileira tendiam a agravar o problema racial no país.

Em linhas gerais, as características desta tradição de pesquisa na área das relações raciais no Brasil seriam: a) a conceituação de raça como um critério fundamental de alocação de pessoas na estrutura de classe e na hierarquia da sociedade brasileira; b) o uso de dados estatísticos do IBGE e a utilização, por razões metodológicas, da dicotomia brancos/não-brancos²⁷⁶ e/ou brancos/negros

276. Como sabemos, o uso da categoria não-brancos é um elemento distintivo dos trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. A categoria não-brancos é a reunião ou a soma das categorias pretos e pardos. Este somatório é fundamentalmente uma opção metodológica, já que desde o ponto de vista das características sócio-econômicas os dois grupos são similares. Por outro lado, segundo Nelson do Valle Silva (1999) pelo fato do grupo preto ser tão pequeno (cerca do 5.5% da população) a soma das categorias pretos e pardos permitiria lidar melhor com os dados. Se

nas suas análises; c) enfatizam a desigualdade, o preconceito, o racismo e a dominação como causa da subordinação dos negros na sociedade brasileira; d) questionam a teoria do desaparecimento da desigualdade racial no país via desenvolvimento industrial e modernização; e) conceituam a democracia racial e o ideal de branqueamento como os elementos principais da ideologia racial brasileira; e) o racismo e o preconceito raciais são vistos como aparecendo em situações de competição por ascensão social e têm a função de defender posições sociais que são ameaçadas pela mobilidade social dos não-brancos. Por último, podemos afirmar que a matriz disciplinar da tradição que estamos evidenciando é fundamentalmente sociológica.

Além de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva podem ser filiados à “escola” carioca de relações raciais ou à linhagem Costa Pinto os seguintes pesquisadores: Lucia Helena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro, Tereza Cristina Nascimento Araújo, Edward Telles, Antonio Sergio Alfredo Guimarães, Livio Sansone, e os pesquisadores treinados por Hasenbalg e Valle Silva, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, no contexto do projeto Fundação Ford-CEAA, a saber, Luiz Claudio Barcelos, Denise Ferreira da Silva, Márcia Lima, Marta Aimee Rangel Batista, entre outros.

trataria então de obter uma maior comparabilidade dos dados em termos de um enfoque racial. A origem desse procedimento metodológico, a soma dos pretos e dos pardos, tem sua origem no trabalho *O Negro no Rio de Janeiro*, de Luiz de Aguiar Costa Pinto (1953). Com efeito nesse trabalho Costa Pinto pelas mesmas razões metodológicas alocou pretos e pardos na categoria “grupos de cor”. Fica evidente então que Hasenbalg e Valle Silva beberam da fonte de Luiz de Aguiar Costa Pinto. Os seguidores do modelo teórico-político-metodológico proposto por Hasenbalg e Valle Silva usam os termos não-brancos, negros, grupos de cor ou afro-brasileiros como englobadores dos grupos pretos e pardos.

ANEXOS

**Anexo 1 - Instituições às quais aparecem vinculados os articulistas de EAA
1986/1997**

Instituição	Freqüência
ARQUIVONACIONAL	1
CASA RUI BARBOSA	1
CIEC	1
CEAA -RJ	28
CEAA -LISBOA	1
C. DE ESTUDOS NIPO-BRAS.	1
CERI	1
CERU	1
CNPq	9
CONICET -ARG.	1
CONNECTICUT COLLEGE	1
DORMUTH COLLEGE	1
ELIZABETH TOWN COLLEGE	1
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS	1
FUNDAÇÃO FIOCRUZ	1
FUNDAÇÃO FORD	2
HUNTER COLLEGE -NY	1
IBEGE	11
INST. NAL DE EST. NIGERIANOS	2
INST. NIGERIANO de REL.. INTERNACIONAIS	1
IUPERJ	16
NUCLEO DA COR IFCS/UFRJ	1
PUCAMP	2
PUC-RJ	4
PUC-SP	1
U. AUTONOMA de BARCELONA	2

U. CATOLICA da ARGENTINA	2
U. da FLORIDA	2
U. da VIRGINIA	1
U. CATOLICA de GOIAS	1
U. de AMSTERDÃ	3
U. de AUBURN	1
UnB	2
UCLA	7
UNICAMP	13
U. de CAPETOWN -AFRICA do SUL	1
U. de CHICAGO	1
U. de COLUMBIA	1
U. de CORNELL	1
U. de GRENOBLE	1
U. de HARVARD	1
U. de IDAHO	2
U. de MARYLAND	1
U. de MASSACHUTSSES	2
U. de MICHIGAN	1
U. de MILLERSVILLE -PENS/USA	1
U. de NORTHWESTERN	1
U. de OTAWA	1
U. de PITTSBURG	6
U. de PRINCETON	1
U. de QUEEN – BELFAST	1
U. de READINGS –UK	1
U. de RUTGERS	2
U. de SANTA URSULA –RJ	1
U. de STANFORD	1
U. de TEXAS-AUSTIN	1
U. de UTRECH	1
U. de WASHINGTON	2
U. de WATERLOO –ONTARIO	2
U. de ZAIRE	1

U. do CABO	1
UFRG	1
UF do MATTO GROSSO	1
UF do PARÁ	3
UF do PARANÁ	1
U. do PORTO	1
U. do ROSARIO -ARG.	1
U. EDUARDO MONDLANE -MAPUTO	3
UERJ	4
U. GAMA FILHO	1
UFBa	10
UFF	5
UF de OURO PRETO	2
UFRJ	23
UNIMEP	1
U. NOVA de LISBOA	2
U. SIMON FRAZIER -CANADA	1
USP	12
U. TECNICA de LISBOA	1
VIRGINIA COLLEGE	1
SEM IDENTIFICAR	3
OUTROS	5

Anexo 2 - Listagem segundo a disciplina dos articulistas que abordaram às questões referentes aos Afro-brasileiros - EAA 1978/1997²⁷⁷

Sociologia

1. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (3)
2. Carlos A. Hasenbalg (5)
3. Denise Ferreira da Silva (2)
4. Edward E. Telles (4)
5. Elisa L. Caillaux
6. Fúlvia Rosemberg
7. Lucia Elena Garcia de Oliveira (2)
8. Luiz Carlos R. Sant'Ana
9. Luiz Claudio Barcelos (3)
10. Jean M. de Carvalho França
11. Jonathan W. Warren
12. Márcia Lima
13. Maria Cecília Solheid da Costa
14. Maria Celi Ramos da Cruz Scalon
15. Marta Aimée Rangel Batista
16. Michael Hanchard (2)
17. Nadya Araujo Castro
18. Nelson do Valle Silva (8)
19. Octávio Ianni

277. Entre parentese aparece o número de artigos publicados na revista *EAA*

Sociologia

20. Olga R. de Morães von Simson
21. Olívia Maria Rodrigues Galvão
22. Peggy A. Lovell
23. Rosa Maria Porcaro (3)
24. Reginaldo Prandi
25. Tereza Cristina Nascimento Araujo (2)
26. Vera Moreira Figueira

História

27. Andréa Jácome Simonato
28. Carlos Eugênio Líbano Soares
29. Cecília Moreira Soares
30. Celia Maria Marinho de Azevedo (2)
31. Celma Rosa Vieira
32. Dale T. Graden (2)
33. Flávio dos Santos Gomes (3)
34. George Reid Andrews (2)
35. Hebe Maria Mattos de Castro
36. Isabel Andrade Marson
37. João José Reis
38. José Jorge Siqueira
39. Juliana Beatriz A. de Souza
40. Márcia C. Leão Bonnet
41. Marcia Sueli Amantino
42. Maria Helena Pereira Toledo Machado
43. Marcos Luiz Bretas

História

44. Nancy Pricilla B. Naro
45. Raquel Rolnik
46. Renato Pinto Venâncio
47. Sheila Siqueira de Castro Faria
48. Sidney Chalhoub (2)
49. Silvi Maria Jardim Brügger
50. Sonia Maria Giacomini
51. Tânia Maria Gomes Nery Kajerfve
52. Thomas H. Holloway
53. Verena Stolcke

Antropologia

54. Ari Lima
55. Caetana Maria Damasceno (3)
56. Carlos Rodrigues Brandão
57. Fernando Rosa Ribeiro (2)
58. Francine Winddance Twine
59. Giralda Seyferth
60. Letícia Vidor de Souza Reis
61. Lilia Moritz Schwarcz
62. Livio Sansone (2)
63. Maria Laura Viveros de Castro Cavalcanti
64. Michel Agier
65. Moema de Poli Teixeira Pacheco (3)
66. Olívia Maria dos Santos Gomes
67. Patrícia Birman (2)

Antropologia

68. Peter Fry

69. Rita de Cássia Amaral

70. Vagner Gonçalves da Silva

Ciência Política

71. Ana Maria Goldani

72. Anthony Marx

Ciência Política

73. Carlos B. Vainer

74. Marcos Chor Maio

75. Ronald Walter

Literatura

76. Alberto Baeta Neves Mussa (2)

77. Luiza Lobo (2)

78. Luiz Silva (Cutí)

79. Nei Lopes

80. Zilá Bernd

Ciências Sociais

81. Ari Araújo

82. Jacques d' Adesky

83. Maria Angélica Motta Maués

84. Regina Pahim Pinto

Filosoffia

85. Gislene Santos

86. Helena Theodoro Lopes

Arte Dramático

87. Leda Maria Martins

Direito

88. Peter R. Eccles

Bibliografia

AZEVEDO, Thales. 1955 (1952). *As elites de cor, um estudo de ascensão social*. SP. Nacional

_____ (1966) *Classes e grupos de prestígio. Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BOURDIEU, Pierre. 1996 (1992). *As Regras da Arte*. São Paulo. Cia das Letras.

_____ 1988 (1984). *Homo Academicus*. Califórnia, Stanford University Press.

_____ Pierre (1993). "The Field of Cultural Production". *Essays on Art and Literature*. Oxford, Polity Press.

_____ 1992. *A Economia das trocas Simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva.

_____ 1989. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, BCD União de Editoras.

_____ e PASSERON J.C. 1970 (1992) *A Reprodução. -Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro. Editora Livraria Francisco Alves.

_____ e Wacquant, J.D. Loïc. 1996 (1996). *Respuestas. Por una antropologia reflexiva*. Mexico. Editorial Grijalbo.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, J.D. Loïc. 1998. "Sur les ruses de la raison impérialiste." *Actes de la recherche en sciences sociales*. Mars (121-122), 109-118.

CAVALCANTI VIVEROS DE CASTRO, Maria Laura. 1996. "Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: o estudo do estigma e do preconceito racial" in *RBCS*. Nº31 ano 11.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1988. *Sobre o pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

CORRÊA, Mariza. 1987. *História da Antropologia no Brasil (1930 - 1960)*. Campinas, Vértice & Editora da Unicamp.

_____ 1998 (1982). *As Ilusões da Libertade. A escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, Edusf.

COSTA PINTO, Luiz. 1998 (1953). *O Negro no Rio de Janeiro. Relações de Raça numa Sociedade em Mudança*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

DARNTON, Robert. 1990. *O beijo de Lamourette. Midia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Cia. das Letras.

D' ADESKY, Jacques. Entrevista pessoal, 1999.

DEGLER, Carl, N. 1991 (1971). *Neither black nor white*. Madison, University of Wisconsin Press.

DELEUZE, Gilles. 1989. *Logica del Sentido*. Barcelona, Paidós

_____1992 (1990). "Os intercessores". *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34.

ELIAS, Norbert, 1999. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. São Paulo, Cia. das Letras.

FERNANDES, Florestan. 1965. *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*. São paulo, Cia. Ed. nacional.

_____1972. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difel.

FOUCAULT, Michel. 1969 (1985). *La Arqueologia del Saber*. Mexico, Siglo XXI editores.

FRANCO, Pedro. Entrevista pessoal, 1999.

FREYRE, Gilberto. 1933. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, M & Smith, José Olympo.

FRY, Peter. 1995-6. "O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil", *Revista da USP*, nº 2.

_____ Entrevista pessoal, julho de 1999.

GEERTZ, Clifford. 1993. "The way we think now: toward an ethnography of moder thought". *Local Knowledge. Further Essays in Interpretative Anthropology*. New York, Basic Books.

GILLIAM, Angela. "Globalização, identidade e os ataques à igualdade no Estados Unidos: um esboço de uma perespectiva para o Brasil" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº48, 1997.

GODARD, Francis & CABANES, Robert. 1997. "Uso de las Historias de Vida en las Ciencias Sociales". *Cuadernos del CIDS*. Serie II, nº1, Bogota

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. 1999. "Baianos e paulistas: duas "escolas" de relações raciais?" in *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, São Paulo 11(1): 75-95 maio de 1999.

_____ (1999a). "Raça e os estudos de relações raciais no Brasil" in *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo.

_____ (1998). *Um sonho de Raça*. São Paulo, Hucitec.

HANCHARD, Michael. 1996. "'Americanos', brasileiros e a cor da espécie humana: uma resposta a Peter Fry". *Revista de USP*, nº31.

HASENBALG, Carlos A. 1979. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.

_____ (1996). "Revisitando o projeto Unesco: O negro no Rio de Janeiro". Mimeo.

_____ Entrevista pessoal, julho de 1999.

HASENBALG, Carlos A & VALLE e SILVA, Nelson. 1988. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. São Paulo, Edições Vértice.

_____ 1992. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed.: Iuperj.

HOBBSAWM, Eric. 1998 (1997). *Sobre a História*. São Paulo, Cia. das Letras.

IANNI, Octavio. 1966. *Raças e Classes no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

LARA, Sílvia. (1998). “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, (16).

_____ (“1995). “Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil.” *Projeto História*, São Paulo, (12).

MACHADO, Maria Helana (1988). “Em torno da historiografia escrava: Uma nova direção para a história social da escravidão.” *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v.8 n° 16, pp.143-160.

MADDOO Lengermann, Patrícia. 1979. “The founding of the American Sociological Review: The Anatomy of a Rebellion”. *American Sociological Review*. Vol. 44 (2)

MAGGIE, Yvonne, 1996. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira” In Maio, Marcos e Santos, V. Ricardo (org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil.

MAIO, Marcos Chor. 1997. “Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais”. Rio de Janeiro, *Revista Dados*. Vol. 40, n° 1, pp.127 a 163.

_____ 1997a. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Tese de doutorado, IUPERJ.

MAIO, Marcos Chor & VENTURA SANTOS, Ricardo. 1996. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB.

MENDES, Candido. 1998. "O Afro-Asiático da longa marcha" in *Centro de Estudos Afro-Asiático: 25 anos*. Rio de Janeiro, CEAA.

MENDOZA, Edgar. 1998. *Da Sociologia à Antropologia: O Resgate da Noção de Geração*. Unicamp, Mimeo.

MICELI, Sergio. (Org). 1992. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Fapesp - Editora Sumaré.

MONTEIRO, Helene. 1991. *O ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro na década de 70*. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ. Dissertação de mestrado

MOTTA, Roberto. 1998. *Paradigms on the Study of Race Relations in Brazil*. Mimeo.

MOURA, Clóvis. 1981. *Rebeliões da Senzala. Quilombos, Insurreções, Guerrilhas*. São paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas.

MOUTINHO, Laura. 1996. *Negociando discursos: Análise das relações entre a Fundação Ford, os movimentos negros e a academia na década de 80*. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ. Dissertação de mestrado.

MOYNIHAM, D. P. 1965. *The Negro Family: The Case for National Action*. Washington, D.C., U. S. Department of Labor, Government Printing Office.

NASCIMENTO, Abdias. 1982. *O Negro revoltado*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

NASCIMENTO, Abdias & LARKIN, Elisa. 1997. *Reflexões sobre o Movimento negro no Brasil, 1938-1997*. Mimeo.

NOGUEIRA, Oracy. 1988 (1955). *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, edusp.

NUNES PEREIRA, José Maria 1991. *Os Estudos Africanos no Brasil*. USP. Dissertação de mestrado.

_____ Entrevista pessoal ao autor, julho de 1999.

PEIRANO, Mariza. 1992. *Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília, Ed. UnB.

PIERSON, Donald. 1971 (1942). *Branços e negros na Bahia*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

PONTES, Heloísa. 1989. "Retratos do Brasil: Editores, editoras e "coleções Brasileira" nas décadas de 30, 40, e 50, In Sérgio Miceli (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil /vol 1*. São Paulo. Editoras Vértice e Idesp.

_____ 1988. *Destinos Mistos. O Grupo Clima no Sistema Cultural Paulista*. São Paulo. Tese de doutorado. FFLCH-USP.

_____ 1998. "Racismo sem etnicidade. Políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada" *Revista DADOS*, Rio de Janeiro, Vol. 41, nº4, pp. 751-784.

SANTOS, Joel R. 1996. "O Negro como lugar" in Maio, Marcos Chor (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB.

SCHWARCZ, Lília. 1993. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.

_____ 1998. "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade" in *Historia da Vida privada no Brasil 4*. São Paulo, Cia. das Letras.

_____ 1999. "Questão racial e etnicidade". *O que ler na Ciência Social Brasileira*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo. Sumaré-Anpocs.

_____ & SILVA QUEIROZ, Renato da. (Orgs). 1996. *Raça e Diversidade*. São Paulo, Edusp.

_____ & SOUSA REIS, Leticia, 1996. *Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, Edusp.

SKIDMORE, Thomas E. 1976. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

STONE, John. 1998. "New paradigms for old? Ethnic and racial studies on the eve of the millennium". *Ethnic and racial studies*. Vol. 21 (1).

TURNER, Michael, 1982. *Early Ford Foundation initiatives and strategies in support of African-Brazilian Studies*. mimeo, sem paginar.

VALLE E SILVA, Nelson, 1992. *Racial Discrimination in Income*. Mimeo

_____ 1979. "As Duas Faces da Mobilidade". *Revista Dados*. Nº21, Rio de Janeiro. Iuperj.

_____ 1980. "O preço da cor: diferenças raciais na distribuição da renda no Brasil". *Revista de Pesquisa e Planejamento Econômico*. 10(1), abril. Rio de Janeiro.

_____ Entrevista pessoal, julho de 1999.

VORRABER Costa, Marisa e Hessel Silveira, Rosa Maria. "A revista Nova Escola e a Construção de Identidades Femininas", In Bruschini, Cristina e Buarque de Hollanda Heloísa (Orgs.), *Horizontes Plurais. Novos Estudos de Gênero no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora 34.

WEST, Cornel. 1994 (1993). *Questão de Raça*. São Paulo. Cia. das Letras.

WILLIAMS, Raymond. 1982. "The Bloombury Fraction", *Problems in the Materialisms and Culture*. London, Verso Editions.